



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|------------------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Dobrandino da Silva |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PTB..... | Carlos Simões |
| PFL..... | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Ademar Traiano |
| PMDB..... | Antonio Anibelli |
| PP | Cida Borghetti |
| PT | Tadeu Veneri |
| PDT | Barbosa Neto |
| PPS..... | Waldir Leite |
| Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR | Jocelito Canto |
| Bloco Parlamentar PP/PSB..... | Cida Borghetti |

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 118**SUMÁRIO**

| | |
|---------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva | 02 |
| Presenças | 02 |
| Abertura da Sessão | 02 |
| Expediente: | |
| Ofícios..... | 03 |
| Requerimentos | 03 |
| Projetos de Lei | 06 |

Pequeno Expediente:

| | |
|-------------------------------------|----|
| Dep. Barbosa Neto | 07 |
| Sr. Roberto Carlos - Presidente do | |
| Sindiseab | 08 |
| Dep. José Domingos Scarpellini | 12 |
| Dep. Rafael Greca..... | 12 |

Grande Expediente:

| | |
|--------------------------------|----|
| Pastor Arno Pauls - Comunidade | |
| Cristã ABBA | 15 |

Horário das Lideranças:

| | |
|------------------------------------|----|
| Liderança do PT: | |
| Sr. Roberto Carlos - Presidente do | |
| Sindiseab | 09 |
| Liderança do PMDB: | |
| Dep. Rafael Greca | 13 |
| Liderança do PDT: | |
| Dep. Barbosa Neto | 16 |
| Liderança do PSB: | |
| Dep. José Domingos Scaarpellini | 17 |

Ordem do Dia:

| | |
|--------------------------------|----|
| Leitura do Expediente | 18 |
| Preferência de Votação: | |
| 1ª Discussão | 18 |
| Discussão / Votação: | |
| Redação Final..... | 77 |
| 2ª Discussão | 78 |
| 1ª Discussão | 82 |
| Discussão Única (Propos./Veto) | 92 |
| Requerimentos | 96 |

Encerramento da Sessão Ordinária..... 96**112ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE OUTUBRO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Arlete Caramês, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Durval Amaral, Luiz Accors i, Luiz Fernandes Litro da Silva, Natálio Stica, Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (09). E em viagem representativa os Srs. Deputados Ademir Bier e Marcos Isfer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios*****OFÍCIO S/Nº**

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a V. Exa. que o Deputado Renato Gaúcho não fará parte da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar a Proposição nº 040/2005 - (Nepotismo).

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

(a) BARBOSA NETO

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a V. Exa. que o Deputado Luiz Carlos Martins irá compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar a Proposição nº 040/2005 - (Nepotismo).

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 3340**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a preferência de votação ao Projeto de Lei nº 419/2005, item 13, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoiamento:

Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Pedro Ivo Ilkiv, Hermes Fonseca, Cesar Seleme.

REQUERIMENTO Nº 3331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 14, 15 e 16 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do

Projeto de Lei nº 608/2005, item 12, da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 05 Sessões, do item 14, Proposição de Veto nº 09/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 095/2004, de minha autoria, incluso na presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 572/2003, item 08, da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 3343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do veto apostado ao Projeto de Lei nº 130/2005, item 15, da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 de outubro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3327

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações, ao Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Vereador João Renato Afonso, pela realização da Sessão Solene, dia 25 de outubro, no Plenário César Augusto Leoni, onde será inaugurada a Galeria dos Presidentes daquela Casa de Leis e realizada a solenidade de entrega dos títulos de Personalidade Destaque do município da Lapa, pelos seus feitos em benefício da coletividade.

Encaminhe-se este voto aos Ilmos. homenageados neste requerimento, para Al. David Carneiro, s/nº - Caixa Postal, 04 - CEP 83.750-000.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 3328

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações, aos integrantes da Nova Diretoria da Associação Paranaense da Cultura - APC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, pessoa de seu ilustre Superintendente, o Professor Dr. Marco Barbosa Cândido, ao Magnífico Reitor, Professor Dr. Irmão Clemente Ivo Juliatto e sua equipe com a seguinte composição: Vice-Reitoria: Professor João Oleynik, Pró-Reitoria de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa: Professor Dr. Robert Carlisle Burnett; Pró-Reitorias Administrativa de Planejamento e Desenvolvimento: Professor Valdecir Cavalheiro e Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão: Professor Dr. Ricardo Tescarolo.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de melhorar os serviços aos membros da Comunidade Universitária da PUCPR e colaboradores da Associação Paranaense de Cultura, - a APC passa por um processo de reestruturação e modernização, para isto concentrar-se-á em suas atribuições específicas - jurídicas, fiscais e administrativas - típicas de Mantenedora, muitas das quais vêm sendo historicamente exercidas pela Universidade.

Com estas ações pretende-se alcançar a simplificação da estrutura organizacional, reduzir a burocracia, garantir melhor uso dos recursos, a integração das equipes.

Desta forma a instituição prosseguirá sua trajetória de sucesso na prestação de bons serviços prestados à comunidade.

Encaminhe-se este requerimento aos professores integrantes da nova diretoria da APC e PUCPR - rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - CEP 80.215-901.

REQUERIMENTO Nº 3329

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Associação Médica do Paraná pela posse da Diretoria, gestão 2005/2008, no dia 22 de outubro. Seja da nova Diretoria, na pessoa do Presidente, Dr. José Fernando Macedo, dos médicos Vice-Presidentes: Dr. João Carlos Gonçalves Baracho (Curitiba), Dr. Elton Marcos Ayres Guérios (Norte), Dr. Francisco Antonio Dias Lopes (Nordeste), Dr. Francisco Pereira de Barros Neto (Centro), Dr. Torao Takada (Sudoeste), Dr.

Vilson José Ferreira de Paula (Sul), Secretária Geral: Dra. Claudete Reggiane; 1ª Secretária: Dra. Ana Tereziinha Moreira, 1º Tesoureiro: Dr. Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho; 2º Tesoureiro: Dr. Arthur Leal Neto; Diretor de Patrimônio: Dr. Gilberto Pascolat; Diretora Científica e Cultural: Dra. Ernestina Auache; Diretor de Comunicação Social: Dr. Luiz Carlos Von Bahten e a todos os componentes dos Cargos por Indicação - Departamento de Convênios - Conselho Fiscal - Delegados para a Assembleia de Delegados da Associação Médica do Brasil - Delegados para a Associação Médica do Paraná (Curitiba/Interior).

Bem como à antiga diretoria, na pessoa do médico Cláudio Pereira da Cunha e seus companheiros.

Seja este voto encaminhado à Associação Médica do Paraná, rua Cândido Xavier, 575 CEP 80240-280 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 3334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações para o Sr. José Baka Filho, Prefeito Municipal de Paranaguá e para a Sra. Josiane Batista Mendes da Silva Baka, Presidente do Provopar Municipal, pela firme posição de assumir o projeto e todos os programas da Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá - ACAP, despejada pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, Eduardo Requião.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3339

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar para serem registradas nos Anais da Sessão Plenária desta data, efusivas congratulações e votos de largo sucesso à diretoria - triênio 2005/2008 - da Associação Médica do Paraná, cuja posse aconteceu no último dia 22 de outubro, na cidade de Curitiba.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de grande apreço, via correspondência, a ser remetida ao seu Presidente, Sr. Dr. José Fernando Macedo, rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - 80240-280 Curitiba - Paraná, e com cópia às seguintes associações médicas regionais:

Associação Médica de Assis Chateaubriand, rua XV de Novembro, 191 - 85935-000 Assis Chateaubriand - Paraná; Associação Médica de Cascavel, rua Paraná, 3033 - 4º andar - sala 44 - 85801-000 - Cascavel - Paraná; Associação Médica do Extremo Oeste do Paraná, avenida Bandeirantes, 1820 - 85980-000 -

Guaíra - Paraná; Associação Médica de Foz do Iguaçu, rua Edmundo de Barros, 554 - ap. 103 - 85851-120 - Foz do Iguaçu - Paraná; Associação Médica do Iguaçu, avenida Brasília, 1720 - salas 13 e 14 - 85885-000 - Medianeira - Paraná; Associação Médica de Marechal Cândido Rondon, rua Rio de Janeiro, 150 - 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná; Associação Médica de Palotina, rua Duque de Caxias, 1033 - 85950-000 - Palotina - Paraná; Associação Médica de Toledo, rua Guarani, 1768 - 85900-190 - Toledo - Paraná; Associação Médica do Vale do Piquiri, rua Antonio Moulin, 125 - 87360-000 - Goioerê - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo pelo 58º aniversário de emancipação política do município de Abatiá, realizado no dia 16 de outubro p.p.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Irton Oliveira Muzel, Prefeito Municipal, enviando correspondência à Av. João Carvalho de Mello, 135 - CEP: 84460-000 - Abatiá/PR.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Sempre a melhor idade é aquela que temos no tempo presente. Na verdade, são mais do que números. São vivências, experiências, histórias e um monte de coisas boas que devem ser repartidas numa agradável roda de bate-papo com os amigos.

Se a idade, no caso das pessoas, já traz recordações de toda uma vida, quanto mais quando se trata de um município. Abatiá com toda a sua pujança acaba de completar 58 anos. Não foi apenas um aniversário, mas, acima de tudo, uma grande festa que permitiu a cada cidadão avaliar o que os anos vividos nessa cidade representam em termos de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida.

Abatiá vem construindo uma história que já é motivo de orgulho não apenas à sua população, ou à população do Norte Pioneiro: Abatiá, na verdade, hoje é sinônimo de orgulho para todos os paranaenses.

Uma cidade cujo progresso vem sendo construído pelo esforço e pelo suor desse povo íntegro, honesto e trabalhador. E ainda: um povo hospitaleiro que sabe receber com um sorriso sincero estampado no rosto.

Tenho orgulho de representar os justos interesses de Abatiá na Assembléia Legislativa e junto ao Governo do Estado. Tenho, também, plena satisfação em poder

trabalhar pelo crescimento econômico e social desse importante município paranaense.

Abatiá, 58 anos de uma história de pleno sucesso. Abatiá, uma história de êxito que a cada dia vem sendo escrita pelas boas ações dos seus cidadãos.

Abatiá, parabéns pelos 58 anos de vida!

REQUERIMENTO Nº 3335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de protesto ao Sr. Eduardo Requião, Superintendente da APPA, pela ação de despejo da Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá, do prédio (galpão) da administração do porto. O Superintendente não reconheceu o extraordinário trabalho voluntário da Acap que tinha por objetivo promover ação profissionalizante com jovens e adolescentes e encaminhar os menores desviados socialmente.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura e reforma da quadra de esportes da Escola Estadual Olavo Bilac, no Distrito de Ouro Verde do Piquiri, no município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura e reforma da quadra de esportes da Escola Estadual Olavo Bilac, do município de Corbélia, é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar, cuja obra beneficiará sobremaneira os alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, cujo espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos, protegendo-os desta forma, do forte calor que é comum na região, e na ocorrência de chuvas.

Tal pedido é formulado pelos Vereadores Juliano Schmidt e Ademir Paulo Pasetti, legítimos representantes daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3325

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de cobertura na quadra de esportes

do Colégio Estadual Professor Guido Straube, desta Capital.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Professor Guido Straube, desta Capital, é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar, que conta hoje com uma clientela estudantil de 620 alunos, cuja obra beneficiará sobremaneira os estudantes quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, bem como o espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos, e conforme informação da Direção daquele estabelecimento de ensino, com uma melhor estrutura o Educandário poderá oferecer até 2000 vagas.

REQUERIMENTO Nº 3326

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE seja enviado expediente à Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, bem como ao seu ilustre Prefeito Ritti, apoiando a solicitação da construção da sede do Centro Educacional Jesus Adolescente, obra da benemérita irmã de caridade Irmã Márcia Helena Rodrigues Paroli-fa, rua Aurora, s/nº - Vila Ribeiro, Santo Antônio da Platina, na mesma cidade de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Quem visita o benemérito instituto passa a contar com as irmãs franciscanas de caridade entre as aliadas do combate à miséria material, cultural e moral - entre a valorosa gente brasileira. Atendendo centenas de crianças, no bairro mais humilde de Santo Antônio da Platina, a benemérita obra merece apoio público.

Seja este requerimento encaminhado ao Prefeito José Ritti Filho, Praça Nossa Senhora da Aparecida, s/nº - CEP 86430-000; ao Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Paulo César Alcântara da Silva, Av. Cel. Oliveira Motta, nº 715 - CEP 86430-000 e à Irmã Márcia Helena Rodrigues Paroli-fa, rua Aurora, s/nº - Vila Ribeiro - CEP 86.430-000 - Santo Antônio da Platina.

REQUERIMENTO Nº 3333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Virgílio Moreira Filho, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, solicitando as seguintes informações:

a) quais os cursos que foram contratados pelo Ipem com o Funtel;

b) quais os cursos que foram contratados pelo Inmetro com o Funtel;

c) qual o valor pago pelos órgãos: Instituto de Pesos e Medidas - Ipem e Inmetro à Funtel, bem como o nome dos participantes e dos aprovados dos cursos de capacitação e profissionalização e quem foram os aproveitados pelos órgãos.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando providências para as denúncias referentes a desmandos, mentiras e injustiças ocorridas na Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando denúncia da Sra. Siqueko Ito, de Londrina, solicitando que as devidas providências sejam tomadas.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Edson Basso - Prefeito Municipal de Campo Largo; ao Sr. João Francisco Tigrinho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Largo, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja disponibilizado placas de sinalização dos logradouros e seus respectivos CEPs do Conjunto Habitacional Monsenhor Francisco Gorski, no referido município.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 664/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação ao município de Foz do Iguaçu, da parte de uma área de terras, situado no lugar denominado Arroio Leão, no município e

comarca de Foz do Iguaçu, compreendido dentro dos seguintes roteiros: partindo de um ponto situado na divisa da BR-277, com Terras de Francisco Scherloski, no rumo de 03°53'03"SW, e de mede 635,05 m, confrontando-se com Terras de Francisco Scherloski, atingindo a divisa de Terras de Francisco Scherloski, onde se toma uma deflexão para o rumo de 59°40'00"NW, e se mede 236,10 m, confrontando-se com Terras de Francisco Scherloski, atingindo a divisa de parte de uma área de terras, onde se toma uma deflexão para o rumo de 03°53'03"NE, e se mede 458,97 m, confrontando-se com parte de uma área de terras, onde se toma uma deflexão para o rumo de 89°04'52"NW, e se mede 284,93 m, confrontando-se com parte de uma área de terras, atingindo a divisa da estrada municipal, onde se toma uma deflexão para o rumo de 12°08'54"NE, e se mede 10,31 m, confrontando-se pela Estrada Municipal com Lote 93, atingindo a divisa da BR-277, onde se toma uma deflexão para o rumo de 83°58'33"NE, e se mede 500,00 m, confrontando-se com a BR-277, atingindo o ponto de partida deste roteiro, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu, sob matrícula nº 14.672.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, as edificações inacabadas construídas sobre o referido imóvel.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A área que pretendemos seja devolvida ao município de Foz do Iguaçu foi doada ao Estado pelo município no ano de 2000, e situa-se entre os Kms 07 e 08 da BR-277, no local denominado Arroio Leão, também conhecido por Portal da Foz.

No referido terreno foi construída, pelo Estado do Paraná, uma edificação, a qual encontra-se inacabada.

Ao retornar o imóvel ao patrimônio de Foz do Iguaçu, este será destinado a ações dirigidas ao desenvolvimento sócio-econômico da cidade, motivo que merece, portanto, a presente proposição, o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo do Estado, atendendo a uma solicitação do Ministério das Minas e Energia, vai passar por cima de todos os relatórios de impacto ambiental para construir usinas hidrelétricas em três rios no Estado do Paraná: Usina de Salto Grande, no rio Chopin, no baixo do rio Iguaçu; Usina Mauá, no rio Tibagi entre Ortigueira e Telêmaco Borba.

O Governo Federal pede e o Governo do Estado se mantém numa posição crítica. Parece que em determinados assuntos aquiesce quando é de interesse do próprio Governador. Até mesmo a Copel tem dois tipos de discursos: um perante os ambientalistas e outro perante os empreiteiros, perante os donos do cimento, as grandes empresas que estão por trás da construção dessa famigerada usina hidrelétrica, que será construída principalmente no rio Tibagi a que me reporto na tarde de hoje. Essas usinas vão gerar mais superávit energético do Paraná para outros estados brasileiros.

Mais uma vez vamos ter uma posição de colônia em relação aos outros países, sujeitando-nos ao maior desastre ecológico, maior crime ambiental que será profanado contra um dos poucos rios virgens que o Brasil possui.

Lamentavelmente, o rio Tibagi, ao que se parece, está fadado a virar um rio condenado com a sua fauna e flora das mais ricas, com a maior biodiversidade do Estado do Paraná, sendo desrespeitadas. Com um estudo de impacto ambiental totalmente fraudado, alguns quesitos burlados sob investigação do Ministério Público e o Governo, passa por cima como um verdadeiro trator em nome do superávit energético. Ora, Sras. e Srs. Deputados, o Paraná já exporta 80% da sua energia elétrica; por que vamos ter que ficar com mais esse passivo ambiental e social também? Não corremos o risco do colapso do fornecimento de energia elétrica. Será que vamos ter que arcar de novo com esse discurso do apagão? O Governo não tem criatividade para adotar novos tipos de energia alternativa com menos impacto ambiental do que a energia elétrica? Por que despreza a energia dos ventos, das marés, a energia do sol, do biodiesel e tantas outras?

No momento em que esse novo modelo adotado pelo Governo Federal não remunera tão bem quanto antes os estados geradores de energia elétrica. Não há demanda local, não há necessidade de se cometer esse crime ambiental. Por que o Governo não muda a sua matriz energética, que 84% dela está centrada na energia elétrica? Existem tantas alternativas, mas ao que nos parece vai ser sacramentado esse crime ambiental, esse engodo, esse embuste.

Não vamos nos calar e vamos continuar atentos com manifestações, iremos às ruas, iremos às últimas consequências; contamos com o Ministério Público para evitar que seja desvirginado o rio Tibagi em benefício de poucos, em detrimento da condenação ambiental para os próximos séculos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Pequeno Expediente está reservado para o Deputado Tadeu Veneri. Mas, o Deputado, num entendimento, cedeu o Pequeno Expediente e mais dez minutos do Horário da Liderança do PT, ao Sindiseab.

Sr. Roberto Carlos (Sindiseab)**SR. ROBERTO CARLOS**

Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Assembléia Legislativa, servidores da Agricultura, Seab, do Meio Ambiente, Suderhsa e IAP, Sema, da Fundepar, do Diário, da parte de Ponta Grossa, colegas da saúde, representados pelo Sindisaúde, colegas do sistema penitenciário, estão também conosco apoiando e participando desse movimento reivindicatório.

Hoje, é quarta vez que estamos aqui. Desde outubro, já é a segunda. Desde março o Sindiseab lançou a sua campanha salarial, coisa que faz todo ano, uma questão de necessidade, de discutir com o Governo do Estado as nossas reivindicações, colocando os problemas que passa à decisão pública.

Começando, eu teria que explicar melhor o que significa, o que compõe o quadro próprio do Poder Executivo, ao qual estamos inseridos.

O quadro próprio, na verdade, é um dos quadros de carreira do Estado, composto por servidores de secretarias e órgãos públicos do Estado do Paraná. Já que citei alguns, passo a citar outros: tem gente da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Administração, da Previdência, do Planejamento e autarquias tipo Ipardes, Fundepar, Imprensa Oficial, Ipen, Detran.

Então, na verdade é um quadro que compõe todas aquelas secretarias e órgãos que fazem uma série de serviços do Estado do Paraná.

Isto é importante dizer, porque não temos uma cara própria quando nos referimos aos fiscais do Estado, todos identificam como Secretaria da Fazenda. Quando fala do magistério também, ou das instituições do ensino superior. O pessoal compreende onde estão esses servidores. Quando se trata do quadro próprio, o entendimento é mais difuso, até por conta dessa pulverização, desse espalhamento de serviços e atribuições, dos próprios servidores que estão pelo Estado inteiro.

Só para citar mais uma característica, a SEAB, assim como o IAP, possuem escritórios regionais e existem outras secretarias que também possuem, então, essa que é a caracterização do quadro próprio do Poder Executivo.

Nesse quadro estão lotados esses servidores da carreira de agente de apoio. O pessoal de primeiro grau, agente de execução, de segundo grau e agente profissional, pessoal de terceiro grau.

Existe ainda uma tabela específica para agente penitenciário e outro de agente da aviação. Então, são cinco tabelas dentro do quadro próprio do Executivo que está definida na Lei nº 13.666, que foi aprovada em julho

de 2002. Como estava citando no início, temos a campanha salarial, realizamos em 30 de setembro o terceiro encontro estadual do ano e definimos todo um processo que costumamos chamar de lutas e de ações visando sensibilizar o Governo do Estado para o atendimento da nossa pauta de reivindicações. No dia 18 estivemos aqui, e hoje, vale destacar, estão aqui presentes lideranças de todo o Estado: Londrina, Paranavaí, Apucarana, Beltrão, enfim todas aquelas regiões onde existem escritórios do IAP, ou núcleo regional da Seab, tem colegas presentes. E hoje, numa assembléia geral bastante discutida, um indicativo de greve geral. No dia 18 fazíamos esse alerta que tínhamos encaminhado desde março a pauta de reivindicações para todas as áreas do Governo do Estado, e ficamos então, na expectativa de ter uma resposta do Governo com relação à nossa pauta.

Concretamente, até agora não tivemos essa resposta, não tivemos a sinalização no sentido de que o servidor estadual terá neste ano um começo da reposição das suas perdas. E vale lembrar que só de dezembro passado até dezembro de 2002 as perdas situam-se em 84%, do Governo Requião, que iniciou-se em janeiro de 2003 até esses dias, até setembro, a perda de 25%. Então, na somatória, é de 125%. Alguém pode perguntar: mas vocês querem tudo isso? Sabemos que o orçamento pode não suportar um reajuste de 125% para 45 mil servidores, mas o Governo precisa sinalizar, conforme os seus discursos, se ele valoriza os servidores. E no contexto do que estou falando, insiro a questão dos aposentados do quadro próprio do Executivo, que são quinze mil no total de oito mil pensionistas. Se o pessoal da ativa, que são mais ou menos, 23 mil servidores, tiveram nesse período citado um abono de cem reais, uma gratificação de assiduidade, que por sinal não leva à aposentadoria, os aposentados nada tiveram nesse período.

Então, existe dentro do quadro próprio um segmento pior do que o pessoal da ativa. E enfatizamos isso porque o Governo precisa tomar uma atitude emergencial no sentido de reparar essa injustiça com relação a esses servidores que prestaram serviços relevantes ao Estado do Paraná, e que hoje, muitas vezes, não têm condição de enfrentar uma luta, um trabalho, até por questão de saúde. E ao contrário do que muitos acham, ou chegam a dizer, os aposentados, como uma questão até óbvia, acrescentam as suas idas gastos que muitas vezes na ativa não possuem, por exemplo, como assistência médica, todos conhecem a realidade do crescimento dos preços dos medicamentos.

Não preciso me delongar, tratando sobre a questão dos aposentados, que estão desde 95, ou seja, mais de dez anos, esquecidos pelo Governo do Estado, governo anterior e também por este. Vale dizer que não foi por falta de buscarmos diálogo, de expiação dos problemas, mesmo porque existe um movimento organizado de aposentados e pensionistas que tem tratado dessa questão de forma mais enfática, mas não tem recebido a devida atenção do Governo do Estado. Quando falo atenção, é no sentido

concreto, de estar apontando soluções, perspectivas, discutindo índices, formas de reparar essas injustiças que perduram sobre esses servidores.

Estamos aqui não para fazer discurso. Estamos aqui entendendo que o Poder Legislativo é um poder da República, é um segmento importante do estado brasileiro e que tem o seu papel. Papel de fiscalizar a administração pública, de corrigir os rumos dos governos. É para isso que estamos pleiteando o apoio de vocês.

Está aí um fato gravíssimo, uma situação de crise da nossa agropecuária que é o caso da febre aftosa. E lá na Seab, no Meio Ambiente existem pessoas envolvidas neste momento para debelar essa crise o quanto antes.

Precisa se entender que por trás das ações da Seab, do Meio Ambiente estão servidores que necessitam ter a mínima condição de sobrevivência. A necessidade da incorporação das gratificações para que as pessoas possam se aposentar. As gratificações são mecanismos criados pelos sucessivos governos, chamados os penduricalhos no contra-cheque que os governos concedem no sentido de amenizar a situação dos servidores, ou de falta de uma política de revisão de perdas salariais.

Outra questão é a data-base. No Estado do Paraná existe a Lei nº 9547/91 do Governo Álvaro Dias, o Roberto Requião assumiu em março e colocou a data-base para junho. O governo anterior não cumpriu.

Alguns podem perguntar: mas, existe data-base? Existe, sim. A Constituição Federal, no artigo 37, inciso X, coloca bem claro que deve haver um momento da revisão anual dos salários; um momento onde a União, os estados e os municípios sentem com os servidores e concedam reajuste para repor as perdas. Então, não temos esse reconhecimento.

Outro ponto é a tabela do quadro próprio do Poder Executivo, aprovada em julho de 2003. Tivemos o advento da Lei nº 13.666, sem a devida correção das perdas passadas. Naquela ocasião, em julho de 2002, as perdas do Governo anterior superavam 70%. Hoje, os salários estão baixos, basta ver que o menor salário da nossa tabela é R\$ 228,00. O que o Governo faz, em muitos casos, é complementar até R\$ 300,00, porque ninguém pode ganhar abaixo do mínimo.

Outro item que compõe a nossa pauta é o cumprimento da lei aprovada nesta Casa, a Lei nº 14.590, que trata dos enquadrados. Faz mais de dez anos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que há servidores no Estado do Paraná que trabalham em desvio de função. São explorados pela administração pública, trabalham em serviços, em funções superiores àquelas que ingressaram no serviço público, mas percebendo remuneração da função anterior. Esta Casa, com proposição do Governo do Estado, propôs uma lei para corrigir isso; foi em dezembro de 2004. Já estamos em outubro de 2005 e cadê o cumprimento da lei? Cadê?

O Governo tentou, por vias indiretas, várias Adin's no Supremo Tribunal Federal e não conseguiu liminares

no sentido de derrubar a lei. Então, a lei está em vigência, precisa ser cumprida.

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pedimos a compreensão dos nossos ilustres visitantes, pois só o fato de darmos oportunidade para uma entidade vir aqui se manifestar, esta Casa demonstra que é muito democrática. Quero falar à senhora e para todos os que estão nos ouvindo: não adianta agredir Deputado, porque depois precisam deles para votar a mensagem de aumento.

Não admito que a senhora... por gentileza, a senhora não está inscrita para falar. Acalme-se.

Tanto é, que o tempo do Roberto era quinze minutos e nós nem questionamos, estamos deixando o Roberto falar!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero dizer à senhora que gritou da galeria que não cabe a este Parlamentar ser chamado atenção. Eu estava cumprindo o meu papel, sentado naquela cadeira ali, ouvindo o funcionário da Secretaria da Agricultura. Então, por favor, um pouco de respeito com os Parlamentares não faz mal a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devolvo a palavra ao companheiro Roberto.

Passa a usar o horário a Liderança do PT:

O SR. ROBERTO CARLOS

Sr. Presidente, obrigado! Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queria só a compreensão de vocês porque, na verdade, a servidora, ao fazer a manifestação, obviamente ela não atinge, não busca atacar aos Srs. Parlamentares, mas, sim, expressar o drama vivido. Na verdade esse drama é muito pior do que o expressado ali. Quer dizer, no dia-a-dia a coisa é muito pior.

Têm aposentados do Estado com setenta anos, que hoje vocês sabem a aposentadoria compulsória é setenta anos, que as pessoas chegam e são mandadas para casa. Então, as pessoas se derramam em lágrimas porque têm que sair, largar o trabalho...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Desculpe-me V. Exa, mas o senhor querer fazer defesa de alguém que vem aqui faltar com o respeito aos Parlamentares, V. Exa. não tem esse direito. Exponha a sua posição e as suas reivindicações que estamos ouvindo e depois vamos nos posicionar. Quem tem que dar aula de moralidade aqui não é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço que o nosso convidado se mantenha só no assunto que é pertinente ao seu convite hoje.

O SR. ROBERTO CARLOS

Só fiz uma ressalva para que haja compreensão de todos os lados. Na verdade, não apoiei a iniciativa da servidora, porque se acho que tem aqui um representante, ele está falando em nome de todos. Mas, ao mesmo tempo há de se considerar o desespero, as angústias, as questões emocionais que o servidor é levado por conta de “um descaso” que eles vêm sentindo no dia-a-dia.

Tenho que dizer, do drama do servidor aposentado, para não dizer dos ativos que ainda estão lá no local de trabalho, produzindo, e recebem uma vez ou outra uma promoção, mas dos aposentados a situação é muito cruel. Basta os Srs. Deputados ou qualquer cidadão, a imprensa, que vão até a Paranaprevidência, até as filas dos bancos, até a própria Seap e vejam lá o nível de endividamento dos servidores. Vejam na Paranaprevidência quantas pessoas estão em busca de empréstimos, entrando-se cada dia mais em dívidas quando têm capacidade de financiamento, de crédito. Porque hoje nem há mais. Tenho olhado os contracheques com a certeza que as contas das mercearias também estão penhoradas. Isso é sério, é grave.

Até por sinal, tenho que lembrar, ontem assisti na TV Educativa do Paraná, ao debate sobre a situação das montadoras, que é dramática no tocante ao serviço de medicina e saúde ocupacional. Reservo-me ao direito de dizer que a situação do Estado não é diferente.

Hoje, servidores - e tenho que reconhecer também que a situação não é de hoje, e esse governo também não deu resposta sobre isso desde janeiro de 2003 quando assumiram - não possuem comissão interna de prevenção de acidentes, não possuem sequer um serviço de saúde ocupacional. Existe a Dimes que faz algumas perícias, alguns técnicos para concessão de gratificações de insalubridade ou periculosidade ou risco de vida quando se trata de policiais, ou de professores, mas só isso. Ninguém sabe, hoje a saúde pública também não faz esse trabalho como deveria ser feito. Hoje, não sabemos quando a pessoa adocece, se foi um problema advindo de uma doença natural, ou se é uma doença profissional, ocupacional. E na Seab, para não falar do IAP, de outros serviços, existe a brucelose, a tuberculose, o agrotóxico que essas pessoas trabalham e convivem e são contaminada com esses agentes físicos ou biológicos.

E faz parte da nossa pauta, onde colocamos que falta um serviço que dê suporte, respostas a essas carências.

Sem falar de outros relacionados à prevenção de doenças, da droga, do alcoolismo, de outros desvios emocionais ou de natureza psiquiátrica.

Falta ao Estado encarar o serviço público e os servidores como trabalhadores. E se lá na montadora, na Audi ontem não falaram isso - quem são as montadoras.

A Audi e a Renault se precisam ter as garantias de saúde e medicina ocupacional, no Estado também é necessário.

Não vou discorrer com relação à saúde do trabalhador no tocante....

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Roberto, pediria que concluísse em dois minutos.

O SR. ROBERTO CARLOS

Então é isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores presentes. Acho que demos o nosso recado. Enfatizo a necessidade dos senhores nos ajudarem e de cumprirem com o papel que lhes couber, como terceiro Poder da República, de sensibilizar o Governo do Estado a encetar iniciativas concretas, no sentido de atendimento na íntegra ou começando o atendimento da nossa pauta de reivindicações.

Finalizando, agradecemos esse espaço nesta Casa do povo, nesta Casa de Leis. Enfatizamos que temos tido na gestão do Deputado Hermas Brandão, enquanto Presidente, esses momentos de espaço para podermos dialogar. Agradecemos esse espaço e contamos com o apoio integral e concreto de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer, Roberto, deixar bem claro, que nunca faltou e nunca faltará, sem dúvida nenhuma, apoio desta Casa, de todos os Parlamentares, de qualquer Partido que seja, às reivindicações da classe. Por isso estranhei a manifestação de uma pessoa, de uma senhora que nos visita, da qual temos orgulho de recebê-la querendo prejudicar os Deputados. Não posso aceitar, porque sempre houve - você é testemunha disso - uma disposição enorme em colaborar com a classe.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, Pela Ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(**Assentimento**)

O Presidente Roberto está aqui, fomos colegas de faculdade. Há poucos dias atrás estiveram aqui os funcionários do quadro geral, com a mesma reivindicação, porque ela não é nova, é antiga. Faz muito tempo que os funcionários do quadro geral estão nessa situação, porque geralmente há um apoio maior aos segmentos que têm também uma concentração maior. Temos pessoas do quadro geral em vários órgãos. Vejo aqui pessoas do IAP, da Secretaria da Agricultura, da Fundepar, da Saúde.

Temos que partir para algum encaminhamento concreto, daquilo que pode ser feito. Sabemos há algum tempo da reivindicação, com relação a essa questão dos funcionários do quadro geral. Em primeiro lugar, Deputado não pode legislar sobre receita. Nenhum Deputado pode fazer um projeto, fazendo concessão de benefício a

qualquer funcionário, porque não vale. Não temos essa prerrogativa legal.

O presidente, quando proporciona a possibilidade da discussão, é muito importante, como foi feito através do Deputado Tadeu Veneri, que está participando também dessa negociação.

Conversava com o Deputado Dobrandino da Silva, Líder do Governo, para que ele falasse com o Chefe da Casa Civil, com o Governador, com o Secretário da Administração, no sentido de, juntamente com a mensagem que virá para cá, dos policiais, pudesse atender o pleito do quadro geral do Estado.

Imagino, Sr. Presidente, que poderíamos, através do Líder do Governo, achar esse canal de negociação, para que Sindiseab pudesse negociar, porque há uma situação de dificuldade muito grande. Todos os outros incrementos na área do reajuste salarial sempre ficaram com o quadro geral de fora. É importante que os servidores possam encontrar uma alternativa de solução para os seus problemas.

Agora, podemos apoiar, dizer que é justo, buscar alternativas, buscar ligação. Esse é o nosso papel! Seria fácil para qualquer Deputado fazer um projeto para reajuste salarial. Porém, não cabe a nós essa função.

Então, quero me solidarizar à situação dos funcionários e, de público, reconhecer que o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, fez esse contato agora com o Chefe da Casa Civil, entrou em contato com a Secretaria da Administração, porque diz o Chefe da Casa Civil que possivelmente o caso dos servidores do quadro geral seja tratado junto com essa questão da polícia.

Apenas me coloco à disposição também para ajudar naquilo que for possível, mas entendo que o apoio do Deputado Dobrandino, da Bancada que apóia o Governo, é muito importante para que possamos evoluir nessa negociação. No mais, solidarizar-me com os nossos funcionários, já que faço parte do Sindiseab - mantendo em dia inclusive a minha mensalidade - e sou funcionário licenciado da Secretaria.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas quero me somar ao pronunciamento do Deputado Zucchi e também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, cumprimentar o Roberto e os servidores que estão aqui e dizer que estaremos também, junto com o Deputado Dobrandino, que é o Líder do Governo, para tentarmos - nós já conversávamos hoje de manhã sobre isso - intermediar uma solução que venha a contento dos funcionários, que estão há dez anos sem reajuste e que, obviamente, possa também trazer para o Governo uma tranquilidade neste momento em que atravessamos uma crise, inclusive com problemas com a febre aftosa, que estão sendo cuidados pelos próprios funcionários e por isso muitos deles não estão aqui. Parabéns ao Roberto e deixar o nosso mandato e os mandatos

dos Deputados do Partido dos Trabalhadores às disposições.

Obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, para informar à Casa, aos nossos Deputados e principalmente aos servidores, que nós entendemos a sua angústia. Nós sabemos que há realmente uma demanda reprimida nas mais diversas categorias pedindo aumento de salário e o Deputado Zucchi nos pedia para marcar uma audiência com a Casa Civil neste momento. E falei com o Deputado Caíto Quintana, liguei agora na Secretaria da Administração. O Governo já determinou e por isso ainda não veio à Assembléia o projeto de lei que autoriza o reajuste da Polícia Civil, que já está pronto e já está pronto também o da Polícia Militar, para junto com essas duas categorias, também um projeto para as mais diversas categorias que estão pedindo aumento.

Imagino que na próxima semana deverá vir para a Assembléia um projeto que abrange todas essas categorias.

Então, queria dizer que nós não podemos sair fazendo discurso que está vindo o projeto, mas estamos trabalhando nisso quase todos os dias, porque não adianta querermos criar uma falsa expectativa e depois, se isso não se concretizar, será frustrante para os nossos servidores que aqui estão. Mas, eles podem ficar tranquilos, porque nós estamos brigando, e muito, no sentido de corrigir essas distorções salariais enormes que já vêm de muitos anos, para que nossos servidores tenham dignidade. Não são só esses que estão aqui, mas são diversas categorias.

Obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença na Casa, do Deputado Romeu Reolon, pelo Estado de Rondônia, que está visitando Curitiba. É paranaense, já foi Vereador no município de Santa Helena por dois mandatos e hoje assume uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Não se elegeu como Deputado, mas ficou na suplência. E agora com a renúncia do titular, ele assume uma cadeira na cidade de Rondônia. E para nós do Paraná sempre é bom receber os nossos conterrâneos, ainda mais quando podem representar também os nossos irmãos de Rondônia. E o Reolon nos dá o prazer da sua visita na Sessão de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas ao Romeu Reolon, paranaense, que é Deputado em Rondônia. Já o tínhamos cum-

primimentado pessoalmente, mas oficialmente, em nome desta Casa, damos as nossas boas-vindas.

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas; Srs. Deputados; minhas senhoras; meus senhores:

Hoje, não vou falar do Governador que não cumpriu a sua palavra com relação ao pedágio; não vou falar do Governador que não cumpriu a sua palavra com relação ao reajuste salarial dos funcionários ativos e inativos; não vou falar do Governador que não recriou o IPE.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar do Governador que não cumpre decisão judicial.

O Tribunal de Justiça confirmou a reintegração de posse da fazenda Brasileira, no município de Ortigueira, neste Estado, e determinou que fosse reintegrada a posse aos seus legítimos proprietários. Isso se deu em função da invasão dessa fazenda, considerada produtiva, por mil e duzentas famílias do MST.

A invasão se deu no dia 02 de janeiro de 2003, um dia depois da posse do Governador Roberto Requião, e do Presidente Lula. E a reintegração de posse está nas mãos dos oficiais de justiça em Ortigueira e em Faxinal, porque a fazenda, que mede quatro mil e quatrocentos alqueires, tem uma parte em Faxinal e uma parte em Ortigueira. Tinha nessa fazenda uma grande criação de búfalos, aproximadamente oito mil cabeças, na divisa de Faxinal, Ortigueira e Grandes Rios. E o que aconteceu de lá para cá? Os sem-terra vêm cassando búfalo a tiro, até parece aqueles filmes do Oeste americano em que se caça os animais à bala, época do Búfalo Bill.

Pois bem, o gado foi se alongando, foi adentrando às margens do Rio Alonso, onde tem mata, e lá foi se escondendo. E com isso foi se tornando um gado arredio e selvagem. E é lá exatamente onde não se fez a reintegração de posse, no município de Grandes Rios, que está o foco da aftosa, que está sendo noticiada pelos jornais, porque o gado da fazenda Brasileira não foi vacinado e não está sendo vacinado em sua totalidade. Primeiro que os sem-terra não deixaram vacinar e segundo que agora o gado está alongado no mato fugindo das balas, evidente, para não morrer. E com isso nós estamos praticamente com foco de aftosa originário pelo descaso do Governo do Paraná.

Muito bem, esse gado que está lá, pertence à família Petrilli, proprietários da fazenda Brasileira há cinquenta anos. Agora virou um gado selvagem. E esse gado está transmitindo a febre aftosa por onde vai, pois não é vacinado. E esse gado inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, arromba a cerca das outras fazendas e vai levando tudo.

Então, Srs. Presidente, eram essas as considerações que queria fazer nessa tarde sobre o Governador que não cumpre mandato de reintegração de posse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Rafael Greca, que irá usar o Pequeno Expediente e o Horário da Liderança do PMDB, por quinze minutos.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como todos sabem, e está nos jornais de hoje, ontem uma decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por dois votos contra um me condenou por ter construído o hospital do Bairro Novo. Isso é uma ação de improbidade administrativa que vem sendo movida contra mim desde quando eu era Prefeito de Curitiba.

Na 4ª Vara da Fazenda Pública, em 1ª instância, que é onde se examina se houve dano aos cofres públicos, o juiz Jhonson me deu uma sentença favorável dizendo que o Prefeito nada ganhou e não houve prejuízo aos cofres municipais.

Ontem, porque nem tudo está perdido no mundo, o juiz Adalberto Xisto Pereira, num pronunciamento de uma hora e meia, citando inclusive jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, fundamentou a minha possibilidade de defesa e impediu o que queriam os meus algozes, a minha cassação.

Sofri, e “a dor da gente não sai no jornal”, como diz a música, mas quero lhes dizer que faria tudo de novo. Tudo de novo por uma única vida salva, faria tudo de novo. Não foi uma vida, foram centenas, talvez milhares de vidas.

Antes de ser feito o hospital e maternidade do Bairro Novo, que é o hospital amigo da criança e considerado o melhor do Brasil, antes disso ter sido feito, morriam 25 crianças em cada mil nascidas vivas em Curitiba. 25 anjinhos em cada mil novos curitibanos. Hoje, morrem onze crianças em cada mil nascidas.

Acho que contribuí para a diminuição da mortalidade infantil. E também contribuí para dar dignidade à cidade, porque uma cidade como Curitiba, que é meu berço, merece receber os seus filhos no mundo num berço escolhido, numa cama limpa, com uma UTI neo natal. Não são feitos os filhos de uma cidade para nascerem nos carros de polícia, nos carros da guarda municipal, nos postos de saúde do bairro. Mulheres são filhas de Deus, imagem e semelhança de Nossa Senhora da Luz, nossa mãe Maria, mãe de Jesus, e não merecem, como ela, serem tratadas, quando os judeus disseram à Maria: “Não há lugar para vocês na estalagem”.

Dizer não há lugar para uma mulher dar à luz numa cidade é repetir o martírio de Jesus sobre o povo. É repetir a performance de Herodes, que era rei, não era prefeito, mas matou os inocentes.

Eu sou perfeitamente feliz naquilo que fiz. A ONU me deu o hospital, a Organização Mundial da Saúde. Eu dei o terreno para a ONG tradicional de Curitiba, chamada Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Cesa Lates. A Sra. Cesa Lates, porque muitos vieram de fora, é preciso se dizer, era viúva do cientista César Lates. Uma senhora de grande qualidade moral no amparo às mulheres mais pobres. Essa Associação ganhou dinheiro da ONU, e nós fizemos o hospital, em onze meses. Quem quiser ver no meu site www.rafaelgreca.org.br poderá ver as fotografias.

Agora, os juízes que me condenaram deveriam fazer uma execução ao Bairro Novo, porque há o mundo formal, o mundo das letras e há o mundo das dores, o mundo do povo. Há o mundo da letra que condena e reprime, e há o mundo das obras que aliviam, que acolhem. Dizia o padre Antônio Vieira: “As letras falam ao vento, as obras falam ao coração”.

O hospital do Bairro Novo é igual a um outro hospital que foi fechado, ontem, em Pinhais, porque o Prefeito Luiz Cassiano está com medo de fazer um convênio, como eu fiz. Em Santo Antônio da Platina há um outro hospital igual e o Prefeito Ricci, também teme abri-lo, ou quer abri-lo como hospital regional.

Ou o Ministério Público muda de postura, ou abre um ambulatório. Quem sabe eles abrem um ambulatório e passam a socorrer as mães que correm risco de morte no momento do parto. As grávidas em situação de risco. As crianças mal formadas pela pobreza e pela miséria e que não chegam a ter o direito de nascer.

Nunca imaginei ser condenado por isso. Dizem os sábios, que o martírio é um atalho para a santidade. Eu não quero ser santo. Aliás, eu não sou santo, todos vocês sabem, mas eu pretendo ver a justiça, no Tribunal de Justiça do Paraná. Desembargadores precisam -se não fazer partos - em situação de risco, pelo menos visitar a maternidade do Bairro Novo.

Tem o senhor o aparte, Deputado Scarpellini.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O Sr. José Domingos Scarpellini (PPS)

Sr. Deputado, fico muito honrado em apartear-lo, ao mesmo tempo Deputado Rafael Greca de Macedo, fico triste em ver esse quadro que V. Exa. hoje passa.

Quadro, Deputado Rafael Greca de Macedo, que eu também passei. Mas, Deputado, V. Exa. irá fazer um recurso, através do seu advogado e a justiça deverá ser feita. Não sei se mantendo a decisão atual ou se absolvendo V. Exa. Não conheço os fatos e o direito que estão depositados dentro dos autos que V. Exa. está sendo julgado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O senhor conhece o hospital do Bairro Novo?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PPS)

Eu conheço o trabalho e a assistência que o hospital vem fazendo ao povo de Curitiba. Mas, certamente V. Exa. não foi condenado por construir o hospital, foi por alguma irregularidade do ponto de vista formal, certamente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Porque eu construí o hospital em emergência...

O Sr. José Domingos Scarpellini (PPS)

Não quero fazer um juízo precipitado, só quero fazer uma lembrança, Deputado Rafael Greca de Macedo, que nós estávamos na Comissão de Direitos Humanos, discutindo com o Secretário da Segurança um assunto das cadeias públicas do Paraná, e V. Exa. se levantou e disse que eu tinha sido processado e que eu tinha sido protegido do Sr. Governador para fugir dos meus processos.

V. Exa. naquele dia, fez um ato de injustiça, e eu não quero fazer isso com relação a V. Exa. Dizer que desse processo que o senhor disse que eu havia sido protegido do Governador, ganhei no Tribunal de Justiça, agora, há questão de um mês atrás; está transitando em julgado, e a sentença de primeira instância foi mudada no Tribunal, a minha condenava em primeira instância e eu fui absolvido em segunda; o senhor estava absolvido em primeira e foi condenado em segunda. Eu também fui condenado por ter construído cento e oitenta e uma casas, mas não pela construção das casas, pela irregularidade numa questão formal.

Espero que a justiça, e que Deus ilumine os homens que vão julgá-lo, para que se faça justiça.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Muito obrigado. Quero agradecer ao Deputado José Domingos Scarpellini, e dizer o seguinte: todos os prefeitos deveriam ser perseguidos pelo que não fazem, jamais pelo o que fazem. O César Maia está lá com o Souza Aguiar e o Miguel Couto fechados, e o povo morrendo na calçada, e a justiça não se ocupa dele, o Ministério Público não se ocupa dele. Eu pergunto: por quê? Será porque a dor do povo não é faturada, não gera impostos, por isso ela não comove o Ministério Público?

O Sr. Jocelito Canto

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Greca, eu só gostaria de me solidarizar com V. Exa., e dizer que, quando vi o seu caso ser julgado também no Tribunal de Justiça, fiquei um tanto preocupado, ainda mais que eu também recentemente fui condenado, e pior ainda, fui condenado porque liberei cem mil reais para salvar a Santa Casa de Ponta Grossa que havia explodido, uma seção especial que cuidava das pessoas, e que se não colocasse aquele dinheiro, no outro dia morreriam pessoas. E eu, numa ação rápida, numa

ação de alguém que está todo dia no rádio, cedo, trabalhando, imediatamente fui à Santa Casa e retirei recursos que a Prefeitura nem tinha e levei o dinheiro à Santa Casa. Fui condenado por levar cem mil reais para salvar vidas. E enquanto isso hoje, Deputado Rafael Greca, percebemos que, como V. Exa. acabou de falar, quem manda recursos para a saúde, quem tira recursos até que as vezes não existem e manda, está sendo condenado. Mas, as pessoas que estão morrendo nos hospitais, nas UTI's, as pessoas que estão morrendo por falta de apoio, aí não levanta ninguém para fazer uma ação e cobrar desses agentes públicos exatamente esses recursos.

Então, quero me solidarizar ao senhor, e dizer que só lamento, porque enquanto eu estava sozinho, como único que mandou dinheiro para a saúde, e eu estava até me preparando para me inscrever no Guines Book como único político do Paraná que foi condenado porque mandou cem mil reais para salvar vidas, mas V. Exa. esculhambou agora o meu negócio, eu não posso mais ser do Guines Book.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu quero dizer o seguinte: as emergências urbanas não são iguais ao mundo dos cartórios.

Uma cidade é diferente de um cartório, onde põem carimbos, recebem papéis, seguem a lei. No cartório não tem sangue, não tem morte, não tem dor, pode ser que tenha a alegria do judicial, para o direito urbano. O direito urbano é imediato, pede urgência. O direito urbano pressupõe a emergência. Juízes, desembargadores falam com as letras. As letras falam ao vento. As obras falam ao coração.

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus (PFL)

Todos devemos nos solidarizar com V. Exa., porque estamos diante de alguma coisa que é absurda. Tive a oportunidade de assisti-lo num programa de televisão nesta semana, meus parabéns, pois o programa estava muito bom, e V. Exa. nessa oportunidade, apresentou a sua justificativa a uma pergunta do repórter a esse respeito.

Quem já foi do executivo ou que é empresário sabe quão difícil é ir à busca do resultado e esbarrar nessas burocracias, às vezes, como essa, boba, e que atrasam as coisas e por isso não acontecem.

Tenho certeza absoluta do sucesso dos seus advogados no recurso. Se não existisse a obra, se não tivesse acontecido, a conversa seria outra. A obra existe, presta um serviço e conheço bem o hospital. Isso aconteceu em outros municípios aqui no Estado do Paraná.

Curitiba inteira é grata por ter esse hospital lá no Bairro Novo. Hipoteco a minha solidariedade, o meu respeito e a minha torcida para que isso acabe de uma vez.

Pode ter certeza que respingo algum cairá sobre a imagem de V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero dizer que fui hoje à televisão e fui muito consolado. Até chorei. As pessoas do povo ligavam, foram seis telefonemas. Um dizendo que a filha foi muito bem servida no hospital. Outro dizendo que mulher e filho foram salvos, porque a ambulância foi buscá-los em casa e levou-os ao hospital. Havia também um artista que se solidarizava comigo em nome da classe artística. E ouve também um homem do povo, muito simples e que parecia, pela voz, ser um pedreiro, que proclamava a virtude de seu prefeito, que no caso era eu.

É bom ver no espelho da realidade o reflexo da boa intenção que a gente sempre tem quando governa. Prefiro ser condenado pelas minhas obras do que pelas minhas omissões.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Em nome da nossa Bancada do PMDB, que V. Exa. faz parte, quero trazer a nossa solidariedade.

Neste país onde se constrói, querem processar. Existem os fantoches do Ministério Público, dos tribunais, autocondenando-se e condenando os outros poderes. Enquanto no Congresso Nacional tramita uma emenda para prorrogar dos setenta para 75 anos dos magistrados dos Tribunais de Contas. Onde nós estamos?

Temos que moralizar este país, talvez diminuir a idade, até dos Deputados, quem sabe. Nós, que já temos mais de sessenta anos, talvez estejamos ultrapassados na opinião dos corruptos deste país, mas não da dignidade que V. Exa. teve como grande Prefeito que foi, nosso adversário na época, mas construiu hospitais para quem precisa.

Nós estamos cansados de ver mães e pais, como veio, hoje, uma senhora chorando pedir se eu poderia dar algo para ela rifar em Pato Branco, para que seu filho, de nove anos, fosse operado de um câncer. Quem resiste?

Nós somos sentimentais; temos coração; somos cristãos, Deputado Greca, V. Exa. a mesma coisa. Não aceitamos a miséria alheia; não podemos ver corruptos, como em Brasília, locupletando-se e nós aqui, vendo lágrimas de uma mãe chorando por um filho.

Quem roubar para salvar um filho, para comprar remédio, por mim seria absolvido e condenado os magistrados, talvez, que na euforia da sua capa preta, colocam-se como donos da verdade.

Minha solidariedade, em nome do meu Partido, a V. Exa., tem todo nosso respeito e V. Exa. será absolvido porque prestou serviços à nossa sociedade curitibana.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Para concluir, nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Para concluir, quero dizer o seguinte: o pungente aparte do Deputado Anibelli alerta a Assembléia sobre o

perigo do Ministério Público se colocar acima dos poderes. É gravíssimo isso!

Podem os concursados julgar os eleitos?

Eu até já progredi. Aquele promotor público torto lá de Brasília, Luís Francisco de Souza, torto na alma e, às vezes, na postura, dizia que eu era da máfia italiana do narcotráfico. Agora, só estou sendo processado porque fiz um hospital.

Então, acho que na escala do martírio eu progredi, prosperou a acusação, pelo menos para ser uma acusação mais digna e menos inverossímil. O hospital existe, eu fiz por exceção, dispensei a licitação, construí em onze meses.

O último hospital construído em Curitiba tinha sido o Hospital Evangélico em 1950; houve o Hospital das Clínicas em 1948 e os vários hospitais que fez o Governador Caetano Munhoz da Rocha nos idos de 1900 e 1905: o Hospital São Roque, o Isolamento do Estado e a Santa Casa (de 1880). Agora o Requião está fazendo treze hospitais no interior e eu fiz o Hospital do Bairro Novo. Se conhecerem algum outro Prefeito que tenha feito um hospital, por favor, informem-me.

Muito obrigado e uma boa-tarde!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje está reservado à Deputada Cida Borghetti que reservou à Comunidade Cristã Abba. Seria dividido com o Sindicato, mas o Sindicato, em uma deferência toda especial do PT e do Deputado Tadeu Veneri, já usou o tempo.

Nós vamos conceder a palavra, portanto, no Grande Expediente, ao pastor Arno Pauls, da Comunhão Cristã Abba.

Pastor Arno Pauls - Comunidade Cristã ABBA

O SR. ARNO PAULS

Sr. Presidente Hermas Brandão; Deputada Cida Borghetti; demais Deputados e Deputadas:

Boa-tarde! Eu quero, na verdade, trazer uma breve palavra, fazer um convite aos senhores e senhoras e, também, ao final, ler uma pequena poesia acerca da nossa querida cidade.

A palavra que eu quero dizer é a seguinte: o salmo 128 inicia dizendo “bem-aventurado aquele que teme ao Senhor!”, todos nós, todo ser humano, inclusive cada um que trabalha nesta Casa, tenho certeza, busca crescimento, busca conquistar, busca crescer, desenvolver-se. Todos nós, aos sermos criados, fomos criados com a busca em três áreas das nossas vidas: buscamos o material. Gostamos de comer, morar, de nos transportarmos de nos vestirmos, bem.

Todos fomos criados, também, com uma busca para nossa alma, ou seja, para o nosso emocional; todos

procuram alegria, satisfação, felicidade. No entanto, fomos criados com um espírito. Esse espírito, sem dúvida nenhuma é eterno, e é para esse que precisamos atentar. Sei que devido à correria, às exigências do dia-a-dia, muitas vezes nos esquecemos desse aspecto da nossa vida: que temos um corpo, temos uma alma, no entanto, somos um espírito.

E nós, como igreja, estamos neste mês fazendo, pelo terceiro ano consecutivo, um evento chamado JESUS É MAIS. Talvez muitos dos que estão aqui, possam estar pensando: mas o que significa isso? Quem promove esse evento? Quem são essas pessoas? Para isso trouxe um pequeno vídeo e gostaria que fosse passado.

(O vídeo, com duração de trinta segundos, é passado)

A campanha chama-se: JESUS É MAIS. Qual o propósito desse evento e por que estamos realizando este mês? Conforme dissemos, todo ser humano busca uma satisfação interior. Existe um espaço em nossa vida que só pode ser preenchido por Jesus. Não estou aqui para falar de uma igreja, para defender minha igreja em detrimento da outra. A única coisa que vim fazer, nesta tarde, para sua vida, para cada um que trabalha nesta Casa por quem oramos, constantemente, é convidá-lo para que você pudesse investir uma noite da sua vida, participando desse evento. Começa amanhã, quinta-feira, e vai até sábado à noite. Asseguro que será um grande investimento na sua vida, na sua família.

Muitas vezes, enquanto estamos no dia-a-dia junto com outros colegas de trabalho, temos uma postura, uma conduta. No entanto, quando estamos sozinhos lá, na nossa casa, quando deitamos nossa cabeça sobre o travesseiro, corre aquela lágrima - às vezes por uma incompreensão, uma frustração ou um projeto não alcançado. Somente o Senhor Jesus pode consolar e pode trazer paz também no seu casamento; na vida do seu filho que atravessa alguns problemas, alguns desafios; na vida da sua filha. Enfim, nas nossas famílias.

Vocês podem estar pensando: Pastor, que milagre que vai acontecer? Talvez o primeiro milagre seja você e eu estarmos em um evento como este. E assim, muitos milagres acontecem: curas, manifestação do poder de Deus.

Gostaria de ler uma poesia acerca da nossa querida cidade:

(Lê):

“Curitiba querida

Curitiba querida

Jesus sara tua ferida

da doença a ferida

da tristeza a ferida

Jesus sara a tua ferida

Curitiba querida

Curitiba querida
 Marechal Floriano é a Avenida
 Trabalhadores na sua lida
 O Ligeirinho em corrida
 O Expresso em sua ida
 O Ceasa trazendo comida
 A Praça Rui Barbosa em vida
 O café da boca bendita convida

Curitiba querida
 Verde, vermelho, branco, azul e preto são as cores
 da torcida
 Muitas vezes tão sofrida
 Pinhão, polenta e vina é a comida preferida
 Shineki, capilé e gasosa de framboesa foi um dia
 Curitiba querida
 Turistas chegando e de partida
 A Rua XV florida
 Pela vontade de viver movida
 Qualidade de vida na medida
 Para outras capitais transmitida
 A tecnologia do articulado transferida
 Curitiba querida

Por alguns termos incompreendida
 Antipó, raia alimentador e palitos Gina
 Quem imagina?
 Madalosso, Pierogue ou Batida
 Pastel com Wimi ou torta da Dona Frida
 Todos querem dar uma mordida
 Curitiba querida
 Abrigo de nações és tida

Jesus Cristo te dá vida
 Pelo diabo tu não és mais vencida
 O Espírito Santo te convida
 O Pai Celestial declara
 Minha Curitiba querida”

Oro para que Deus possa abençoar o trabalho desta
 Casa, dos senhores e das senhoras e fica, de coração, o
 convite para quinta, sexta e sábado participarem deste
 evento chamado JESUS É MAIS.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário da Liderança do PDT, concedo a pala-
 vra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos nesta quinta-feira, na cidade de Londrina
 - na Câmara Municipal, um momento histórico para

nossa cidade e para a região Norte do Estado do Paraná,
 quando a Comissão de Orçamento desta Assembléia
 Legislativa fez uma audiência pública com a presença do
 Presidente, Deputado Ademir Bier; do relator, Deputado
 Marcos Isfer e este Deputado.

Uma atitude extremamente louvável e histórica
 pelo fato de que, pela primeira vez, uma audiência
 pública da Comissão de Orçamento foi feita na Câmara
 Municipal de Londrina envolvendo as cidades do Norte
 do Estado que estavam representadas por lideranças regi-
 onais, secretários, vereadores, prefeitos e lá estive, inclu-
 sive, o Prefeito Nedson Micheletti, onde pudemos trazer
 as reivindicações, algumas colocadas por lideranças e
 este Deputado também se posicionou. E é sobre isto que
 subo à tribuna, na tarde de hoje. Porque nós, de Londrina,
 do Norte do Paraná, queremos ter um tratamento igualitá-
 rio nesse orçamento que está sendo confeccionado para
 que o Governo do Estado faça a execução orçamentária
 de forma estratégica, de forma técnica.

Digo que sonho com o momento em que o Gover-
 nador e até a própria Comissão de Orçamento fará a libe-
 ração de recursos de forma isenta, independentemente se
 o Deputado é da Base do Governo ou é contrário. A
 cidade, o cidadão, o ser humano, o indivíduo merece ser
 respeitado e o município em questão, todos eles, os 399
 municípios devem ser aquinhoados de forma igualitária
 dentro da representatividade, dentro do princípio da pro-
 porcionalidade. Os grandes países, onde a democracia é
 sólida, isso já acontece. Não há o “toma lá da cá”, não há
 a questão de “é a favor do governo recebe, é contra o
 governo não recebe”.

É assim que sonhamos, e um estágio democrático
 do Brasil, com certeza, alcançará esse patamar que com
 certeza vai colaborar e muito com a democracia brasi-
 leira.

E na apresentação técnica que foi feita para todos
 os presentes, recebemos um balanço da execução orça-
 mentária nos 22 meses do Governo Roberto Requião.
 Vimos como o tratamento é desigual para com a cidade
 de Londrina.

Senão vejamos: tivemos alguns programas do
 governo, a dotação orçamentária, que deveria atingir a
 ordem quase de 50%, já que o Governo está chegando
 mais da metade, diga-se de passagem, da sua gestão.
 E nós vimos, por exemplo, que o leite das crianças
 tem 26,7% daquilo que foi programado para ser inves-
 tido nessa área; assistência social, 26%, casa da famí-
 lia, 12,57%; porto público, 33%; meio ambiente,
 25,18%.

E quando se fala da questão da região metropoli-
 tana de Curitiba, a execução orçamentária é de 52%, na
 questão do desenvolvimento urbano. E nós sabemos que
 as outras áreas não tiveram esse mesmo tratamento, o que
 demonstra o privilégio da região metropolitana de Curi-
 tiba em detrimento do interior do Estado. Se aqui existem
 17% dos habitantes do Estado do Paraná, deveria receber
 até mais do que esses 17% por ser uma capital.

Mas, por que Londrina, por que Maringá, não têm uma dotação orçamentária para a região metropolitana? Por que Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, também não possuem esse mesmo tratamento?

Deveria haver de quem tem planejamento estratégico, de quem trata os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual. É assim que funciona dentro do princípio democrático.

Digo mais uma vez isso, porque a região metropolitana de Curitiba, além de ser implementada, ainda possui uma dotação orçamentária, como aconteceu no ano passado, de 69 milhões de reais enquanto que para essas regiões nominadas, não tivemos um único centavo. E o Governador vetou inclusive a implementação da região metropolitana de Londrina.

Por que não temos esse mesmo tratamento? E o pior de tudo isso é que o Governo que prega tanto contra o neoliberalismo, contra a diminuição do Estado, que fala tanto que o Estado tem que ser grande; e principalmente, no que tange à segurança, ao emprego, ao transporte, à moradia, à saúde, está se retirando dessas obrigações e abrindo espaço para que cresça o neoliberalismo! Uma região abandonada, diga-se de passagem.

Existe um projeto elaborado pela Prefeitura de Londrina, junto com as Prefeituras de Iporã, de Rolândia, de Arapongas, de Apucarana, chamado “Arco Norte”, que poderia receber, não recursos para já a execução da obra, mas para que esse projeto primeiro ficasse consignado, aprovado para que em 2007, 2008, pudesse ser implementado porque é em benefício de uma região que tem mais de um milhão e duzentos mil habitantes, se colocarmos a região metropolitana de Londrina até Apucarana. Não podemos desprezar mais de 10% da população paranaense.

Isso abre brecha para que a iniciativa privada tome conta e até investimentos do governo do exterior, como está acontecendo, graças a um cidadão de Rolândia, que foi Ministro da Economia da poderosa Alemanha, Caio W. W., que está traçando um projeto de interligação para o desenvolvimento econômico e social de uma região extremamente beneficiada pela natureza, mas esquecida pelo Governo do Estado, que é a ligação Londrina-Maringá. Ali há aporte de recursos internacionais, a fundo perdido e não há sequer um 1% de participação do Governo, nesse projeto. É o crescimento da diminuição do Estado e o crescimento da iniciativa privada, sem passar sem a discussão governamental. Se houvesse a implantação da região metropolitana de Maringá e de Londrina, poderiam ter trocado experiências - o Governo poderia, com uma contrapartida muito pequena, porque os recursos estão destinados e vai ser a grande salvação da nossa região até Maringá. Ali é um projeto ambiental, social e desenvolvimentista para mandar a matéria-prima e a matéria transformada em mercadoria para o Mercado Comum Europeu.

Vamos ficar alheios. O Estado vai ficar alheio. É de dar vergonha para nós Deputados, porque o Estado pode-

ria patrocinar tudo isso, sem colocar dinheiro. Bastaria uma atitude, uma vontade política, o que infelizmente não vem acontecendo.

Londrina precisa ser respeitada nesse orçamento. A região metropolitana não pode ser esquecida no orçamento que virá para esta Casa aprovar e para que a execução orçamentária seja feita pelo Governo que está chegando, no último ano do seu mandato. Não estamos vendo as obras que são realmente necessárias. Os principais programas do Governo que se elegeu há três anos, como o Leite das Crianças, Casa da Família e tantos outros, não estão sendo executados como deveriam.

Esperamos que o plano plurianual possa contemplar esse projeto do Arco Norte, para beneficiar a nossa região e além de diretrizes orçamentárias precisa orientar nesse sentido. Isso é planejamento estratégico. Isso é pensar no futuro. Isso é respeito ao cidadão, independentemente, se é da capital ou do interior, rico, pobre, preto, branco. Pagamos os nossos impostos e merecemos os investimentos na mesma medida, porque todos somos cidadãos paranaenses.

É a cobrança que faço na tarde de hoje nesta Casa, Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Encaminhamos ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União, pedido de providências no sentido de auditar as contas nos gastos do Ipem e do Inmetro, para que seja um levantamento cuidadoso para se saber exatamente como funcionam os cursos de profissionalização e capacitação do Ipem e do Inmetro. Porque pelo que se sabe, uma fundação da cidade de Londrina, chamada Funtel, vem tendo o monopólio à exclusividade, para ministrar esses cursos e cobrando somas que não condizem com a realidade dos cursos que são dados a esses estagiários e alunos que se preparam para trabalhar no Ipem e no Inmetro.

E queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saber exatamente por que é que uma Fundação de deficientes físicos da cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul, tem convênio de prestação de serviços e mão-de-obra com o Ipem e o Inmetro do Paraná. Não é possível que tenha que se fazer convênio com uma entidade filantrópica de deficientes físicos de Canoas, no Rio Grande do Sul, para que essa entidade possa vir aqui no Inmetro e no Ipem em Curitiba, para prestar serviços, contratando mão-de-obra dos funcionários que trabalham para essa Fundação, que

presta serviços ao Ipem e ao Inmetro. É um verdadeiro absurdo uma coisa dessas!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos na CPI e ficamos estarelecidos de ver que uma empresa seguradora, chamada Interbrasil, uma empresa sem capital, sem condições técnicas se desloca do eixo Rio-Brasília e vem ao Paraná para fazer seguros, aonde?

Na Copel. Para fazer seguros aonde?

No Porto de Paranaguá, contratada pelo irmão do Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Para fazer seguro aonde?

Na Secretaria da Educação, representada pelo Secretário Maurício Requião. São tantos os Requião que até nos confundimos se é o do porto, se é o da Secretaria da Educação, se é o do Provopar ou se é do Museu.

Então, essa Interbrasil sai lá do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília e vem aqui no Paraná sem um histórico, sem uma tradição em seguros, sem capital, sem o aporte necessário e faz o seguro da Copel. A que título pode ter ocorrido isso?

Essa mesma seguradora Interbrasil, que dava dinheiro no “caixa 2” do PT, do Valério, e aí disseram que o PT trouxe essa seguradora para cá. Não pode ser o inverso? Não pode ser o PMDB do Paraná que levou essa seguradora a Brasília?

Porque depois dos vínculos que apareceram, comprova-se que era muito forte a relação dessa Interbrasil com o Governo Requião. Seguro na Secretaria da Educação! Seguro no Porto de Paranaguá! Não é muita coincidência, onde estão os irmãos do Governador? E seguro na Copel, que sempre o Governador Roberto Requião disse que as coisas importante de lá, ele decide.

Ora, não tenho dúvidas de que alguma coisa muito séria está, desse vínculo. Foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesse sentido que encaminhamos à CPI uma sugestão, pela Comissão de Defesa do Consumidor, para que sejam ouvidos os dirigentes da Copel, o Secretário da Educação, e para que seja ouvido o Superintendente do Porto de Paranaguá, para quebrar os seus sigilos, através da CPI Mista do Congresso Nacional, e para que possamos ver às claras o que é que aconteceu com o seguro da Copel, com o dinheiro do Porto de Paranaguá, com o seguro da Secretaria da Educação, porque não basta só o discurso da transparência, queremos as coisas bem claras e transparentes.

Queremos, Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, as coisas bem transparentes, esse é o discurso que aprendi com o Governador Roberto Requião. Parar! Parar, não paro. Esquecer! Esquecer, não esqueço. Se caráter custa caro, pago o preço! Pago, embora seja raro, mas homem não tem avesso.

Então, Sr. Governador, abra as contas da Secretaria da Educação, do Porto de Paranaguá, abra as contas da Copel, seja transparente mesmo, que é o seu discurso. Queremos isso na prática, Governador, para podermos, então, se estiver tudo certo, cumprimentá-lo e dizer: parabéns! Não houve nenhum dolo nem má-fé. O que houve

apenas foi uma simples coincidência. Uma coincidência: a mesma empresa que fazia seguro para o PT nas empresas estatais do Governo Federal, veio aqui no Paraná e fez seguros aqui. Agora, e se tiver coincidência também nas doações? Doou para o PT, pode ter doado aqui. Queremos só saber para esclarecer.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Expediente subscrito pelo Deputado Barbosa Neto, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, comunicando que o Deputado Renato Gaúcho não fará parte da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar a Proposição nº 040/2005 (nepotismo). **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Barbosa Neto, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, comunicando que o Deputado Luiz Carlos Martins irá compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar a Proposição nº 040/2005 (nepotismo). **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3323, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3340, de autoria do Deputado Delegado Bradock, com apoio dos Deputados Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv e Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando preferência de votação do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005, item 13 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Preferência de Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª Discussão

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2005, de autoria do Tribunal de Contas, dispondo sobre a Lei Orgânica

do Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 419/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

NATUREZA, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

Capítulo I

Natureza e Competência

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei;

II - julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal;

III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

IV - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

V - realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, fiscal e ambiental, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso III;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os repasses para entidades privadas de caráter assistencial, que exerçam atividades de relevante interesse público, sem fins lucrativos, assim declaradas em lei, ou que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizarem acordos de

Parceria Pública Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público, por contratos de gestão, termos de parceria ou instrumentos congêneres;

VII - homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos municípios, dando ciência à Assembléia Legislativa;

VIII - prestar, por intermédio do Presidente do Tribunal, as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa e suas respectivas comissões e demais Poderes do Estado, inclusive pelo Procurador Geral de Justiça, na forma de suas leis orgânicas e regimentos, sobre matérias sujeitas ao seu exame e o resultado das auditorias e inspeções que realizar;

IX - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas no artigo 85 e seguintes dessa lei, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei e adotar as medidas cautelares cabíveis;

X - assinar prazo de até (30) trinta dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

XI - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa;

XII - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado;

XIII - decidir sobre a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receita, no julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete;

XIV - decidir a respeito, se a Assembléia Legislativa, as Câmaras Municipais ou os Poderes estaduais ou municipais, inclusive o Ministério Público, no prazo de 90 (noventa) dias, não efetivarem as medidas previstas no parágrafo 2º, do artigo 75, da Constituição Estadual;

XV - decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato e sobre representações feitas pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público;

XVI - julgar recursos interpostos contra as suas decisões;

XVII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida nesta lei;

XVIII - emitir parecer conclusivo, no prazo de (30) trinta dias, por solicitação de comissão técnica ou de inquérito da Assembléia Legislativa, devidamente constituída, em obediência ao disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 76, da Constituição Estadual;

XIX - emitir parecer prévio sobre a proposta orçamentária, por solicitação da Assembléia Legislativa,

nos termos do parágrafo 8º, do artigo 135, da Constituição Estadual;

XX - exercer poder regulamentar, podendo expedir atos normativos sobre matérias da sua competência, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

XXI - prestar contas, anualmente à Assembléia Legislativa, da sua execução orçamentária, na forma do artigo 77 parágrafo 6º da Constituição Estadual;

XXII - determinar a baixa de responsabilidade nos casos previstos nesta lei e no Regimento Interno;

XXIII - solicitar ao Poder Executivo a intervenção nos municípios, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Estadual;

XXIV - oficial ao chefe de Poder e representar ao Ministério Público, no curso de qualquer atividade fiscalizatória, para fins de afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causando novos danos ao erário ou inviabilizando o seu ressarcimento;

XXV - comunicar à Assembléia Legislativa as impugnações de atos e despesas, propostas pelas Inspetorias de Controle Externo do Tribunal, após o julgamento pelo órgão colegiado, expondo os motivos e fundamentos legais, para subsidiar procedimentos de investigação e/ou comissões de inquérito;

XXVI - comunicar às câmaras municipais, o resultado das inspeções e auditorias, realizadas nos respectivos municípios, concluídas e aprovadas em Plenário, bem como das impugnações de atos e despesas em até 6 meses após o encerramento do exercício financeiro a que se referem para subsidiar procedimentos de investigação e/ou comissões de inquérito;

XXVII - apreciar, em grau de recurso, as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário.

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

I - elaborar e aprovar o Regimento Interno e normas de procedimento administrativo;

II - eleger, nos termos desta lei, o seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral, e dar-lhes posse;

III - organizar as suas diretorias e serviços auxiliares e os das unidades que lhes forem vinculadas;

IV - elaborar sua proposta orçamentária, bem como as referentes a créditos adicionais, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Poder Legislativo;

V - propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos;

VI - apreciar e deliberar sobre direitos, vantagens e afastamentos dos Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e demais integrantes do quadro de pessoal;

VII - propor à Assembléia Legislativa a fixação de subsídios dos Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

VIII - prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, os cargos necessários ao quadro de pessoal do Tribunal e os de Auditor e de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, exceto os de confiança assim definidos em lei;

IX - criar e adotar metas, planos, programas, fundos e sistemas compatíveis com a sua autonomia e finalidade;

X - adquirir, alienar bens e contratar obras e serviços;

XI - celebrar termo de cooperação técnica para utilização de cadastro de pessoas físicas e jurídicas com vistas à obtenção de domicílio fiscal atualizado para fins de citação e intimação dos atos de competência do Tribunal;

XII - exercer outras funções e atribuições inerentes à sua autonomia e finalidades.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, ao Tribunal de Contas do Estado, as prerrogativas e competências previstas no artigo 102, da Constituição do Estado do Paraná, inclusive com a iniciativa do projeto de lei, sobre atividades inerentes à sua atuação controladora e fiscalizatória.

Capítulo II

Da Jurisdição do Tribunal de Contas

Art. 3º A jurisdição do Tribunal abrange:

I - qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso III, do artigo 1º desta lei, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

II - aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

III - os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

IV - os responsáveis pelas contas das empresas estatais ou de cujo capital social o Estado ou o Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos do ato constitutivo;

V - os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam contribuições e prestem serviços de interesse público ou social, bem como, as que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que

formalizaram acordos de Parceria Público Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público;

VI - todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos;

VII - os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, que sejam contabilizados pelo Tesouro Estadual ou Municipal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive recursos internacionais;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV, do artigo 5º, da Constituição Federal;

IX - os representantes do Poder Público na Assembleia Geral das empresas estatais, das autarquias e sociedades anônimas de cujo capital o Estado, os Municípios ou o Poder Público participem, solidariamente, com os membros dos Conselhos Fiscais e de Administração, pela prática de atos de gestão ruinosa ou liberalidade à custa das respectivas instituições.

Parágrafo único. Os agentes públicos, mencionados neste artigo, ficam obrigados a franquear o acesso e fornecer informações e elementos indispensáveis ao desempenho da competência do Tribunal.

Capítulo III

Do Controle Interno

Art. 4º Para as finalidades e na forma prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, bem como, para apoio ao controle externo, todos os jurisdicionados deverão, obrigatoriamente, instituir sistemas de controle interno com as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos municípios;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios; e

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 5º No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento

Art. 6º Os responsáveis pelo controle interno, ou na falta destes, os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º Na comunicação ao Tribunal, o dirigente do órgão de controle interno competente indicará as providências adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário; e

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º Verificada em inspeção ou auditoria, ou no julgamento das contas, irregularidade ou ilegalidade que não tenham sido comunicadas tempestivamente ao Tribunal, e provada a omissão, o dirigente do órgão de controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Art. 7º Os Secretários de Estado, Secretário Municipal, o Diretor ou Supervisor da área, ou a autoridade de nível hierárquico equivalente, emitirão sobre as contas e o parecer do controle interno expresso e indelegável pronunciamento, no qual atestarão haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

Art. 8º A falta de instituição do sistema de controle interno poderá sujeitar as contas ou o relatório objeto do julgamento à desaprovação ou recomendação de desaprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão injustificada no atendimento ao seu dever legal.

TÍTULO II

DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 9º No exercício das funções de fiscalização, o Tribunal de Contas, através de inspeções e auditorias, acompanhará a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos, estadual e municipais e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

§ 1º O acompanhamento de que trata este artigo visará à verificação dos atos quanto à legitimidade e economicidade, bem como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade, devendo:

- I - verificar e orientar o controle interno;
- II - examinar o controle contábil e os registros a ele correspondentes;
- III - acompanhar as fases da despesa, inclusive verificando a regularidade dos empenhos, liquidações, contratos e procedimentos licitatórios;
- IV - acompanhar a arrecadação da receita, bem como as operações de crédito, a emissão de títulos, além de verificar os depósitos em caução, fiança, ou dos bens dados em garantia;
- V - verificar a regularidade da execução da programação financeira;
- VI - examinar os créditos adicionais, as despesas de exercícios encerrados e os “Restos a Pagar”;
- VII - verificar a eficiência dos mecanismos de controle interno;
- VIII - avaliar os programas governamentais;
- IX - verificar o controle de custos das ações e projetos públicos;
- X - acompanhar a gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000;
- XI - todas as demais matérias previstas em lei específica, bem como, o que mais for determinado em Regimento Interno ou Resolução do Tribunal de Contas.

§ 2º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado às inspeções ou auditorias do Tribunal de Contas, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.

§ 3º Em caso de sonegação, será fixado prazo para ser apresentado o processo ou o documento requisitado, ou prestada a informação solicitada, findo o qual serão adotadas as providências necessárias.

Art. 10. O Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e indireta dos Poderes Públicos estaduais ou municipais para instruir os seus procedimentos de acompanhamento e fiscalização, conforme estabelecido em Regimento Interno ou Resolução.

Capítulo II

Da Formalização dos Processos

Seção I

Das Matérias

Art. 11. No exercício do controle externo e interno, serão formalizadas em processos administrativos, além de outras matérias referidas nesta lei e no Regimento Interno as relativas a:

- I - prestação de contas;
- II - tomada de contas;
- III - alerta e notificação;

- IV - admissão de pessoal;
- V - aposentadoria, reforma, reserva, revisão e pensão;
- VI - denúncia e representação;
- VII - impugnações;
- VIII - consulta;
- IX - prejudicado e súmula;
- X - uniformização de jurisprudência;
- XI - incidente de inconstitucionalidade;
- XII - homologação de ICMS;
- XIII - recurso fiscal;
- XIV - sindicância e processo administrativo disciplinar;
- XV - pedido de rescisão;
- XVI - relatório de auditoria;
- XVII - relatório de inspeção;
- XVIII - relatório de adiantamento;
- XIX - atos internos de pessoal;
- XX - proposta de resolução;
- XXI - proposta de regimento;

Parágrafo único. Os recursos, as medidas cautelares e demais incidentes processuais, assim como os processos autônomos acima relacionados, serão regulados pelo Regimento Interno.

Seção II

Da Tomada e Prestação de Contas

Art. 12. Os processos de tomada e prestação de contas abrangem os ordenadores de despesa, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração, nos termos do artigo 3º desta lei, sendo previsto no Regimento Interno os tipos e procedimentos a serem adotados, conforme as regras gerais e princípios ora estabelecidos.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas procederá à apuração, mediante inspeções e exames, quanto à realização das despesas a que se refere o processo de tomada de contas de que trata este artigo, nos termos estabelecidos no Regimento Interno e demais atos normativos deste Tribunal.

Art. 13. Diante da omissão do dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e Municípios na forma prevista no inciso VI, do artigo 1º, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou anti-econômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Parágrafo único - Não providenciando o disposto no *caput*, o Tribunal determinará a instauração de tomada de contas de gestão em caráter especial, ordinário e extra-

ordinário, conforme previsto no Regimento Interno e em resoluções.

Art. 14. Responderá pelos prejuízos que causar ao erário o ordenador de despesa, o responsável pela guarda de bens e valores públicos ou aquele que autorizar ou der causa direta ou indiretamente ao gasto irregular.

Seção III

Decisões em Processos de Tomada ou Prestação de Contas

Art. 15. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

§ 1º Preliminar é a decisão pela qual o Relator ou órgão colegiado, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve ordenar a citação, intimação ou a manifestação dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias à instrução do processo, observadas as limitações e vedações previstas nesta lei, bem como, as regras de formalização dos atos previstas no Código de Processo Civil, no que couber.

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.

§ 3º Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, nos termos desta lei.

Art. 16. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão; e,

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) infração à norma legal ou regulamentar;
- c) dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou ainda, lesivo ao meio ambiente;
- d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- e) desvio de finalidade.

§ 1º Nas hipóteses das alíneas c, d e e, do inciso III, deste artigo, o Tribunal de Contas fixará responsabilidade solidária:

- a) do agente público que praticou o ato irregular; e,
- b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

§ 2º Na hipótese da alínea e, do inciso III, deste artigo, a decisão do Tribunal de Contas fixará a responsabilidade solidária do ente público beneficiado com o desvio de finalidade, para fins de ressarcimento e do agente público responsável, e sem prejuízo das demais sanções pessoais deste último.

§ 3º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

Art. 17. Ao julgar as contas, o Tribunal de Contas decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, definindo conforme o caso, a responsabilidade patrimonial dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 18. Quando julgar as contas irregulares, havendo dano, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida, atualizada monetariamente e com os acréscimos legais devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa nos termos da lei, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

Parágrafo único. Não havendo dano, mas comprovada qualquer das ocorrências previstas no artigo 16, inciso III, alíneas a, b, d e e, o Tribunal de Contas aplicará multa ao responsável, cujo *quantum* poderá atingir a totalidade do valor do dano causado.

Art. 19. O julgamento de irregularidade das contas poderá acarretar Declaração de Improbidade na condução das contas públicas, com inabilitação temporária para o exercício de cargo ou função na Administração Pública, nos termos legais.

Art. 20. O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o conseqüente arquivamento do processo.

§ 1º As contas serão consideradas iliquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

§ 2º Dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação da decisão terminativa nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas.

§ 3º Transcorrido o prazo referido no parágrafo anterior sem que tenha havido nova decisão, as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

Seção IV

Das Contas Anuais

Subseção I

Das Contas do Governador e dos administradores estaduais

Art. 21. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembléia Legislativa, no prazo máximo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

§ 1º As contas abrangerão a totalidade do exercício financeiro, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, sendo que o parecer prévio se restringirá apenas ao Poder Executivo, e as demais contas de gestão objeto de julgamento em separado, em procedimento próprio.

§ 2º As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o parágrafo 6º, do artigo 134, da Constituição Estadual.

§ 3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira Sessão Ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar, durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida nesta lei e demais atos normativos do Tribunal.

§ 4º O acompanhamento compreende, também, a reunião de elementos de informação e prova para a elaboração, no exercício subsequente, na forma da legislação aplicável, do relatório final e parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado prestar anualmente à Assembléia Legislativa, como restar estabelecido em Regimento Interno ou norma regulamentar.

Subseção II

Das Contas dos Prefeitos e dos Administradores Municipais

Art. 22. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, no mesmo prazo, a prestação de contas apresentada pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

§ 2º Se as contas não forem enviadas na forma e prazo indicados no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas comunicará ao Legislativo Municipal, para os fins de direito, sem prejuízo da instauração do processo de tomada de contas.

§ 3º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas deixará de prevalecer, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, não perdendo a validade de seu teor perante este Tribunal, bem como, não implicará em convalidação ou saneamento das irregulari-

dades apontadas no respectivo opinativo, que serão objeto de julgamento individualizado e apartado da prestação de contas anual, enquanto ato de gestão e de ordenação de despesa.

Subseção III

Das Disposições Comuns

Art. 23. As contas dos administradores e responsáveis referidos na Seção IV, do Capítulo II, do Título II, serão anualmente submetidas ao Tribunal, organizadas de acordo com normas regimentais, resoluções e instruções técnicas.

§ 1º Devem ser incluídos na prestação de contas todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.

§ 2º O Sistema Estadual de Informação - SEI, obrigatório no âmbito da administração pública estadual, recepcionará e sistematizará, através de meio eletrônico, dados necessários à realização do controle externo de competência do Tribunal de Contas.

§ 3º O Sistema de Informações Municipais - SIM, obrigatório na esfera das administrações públicas municipais, recepcionará e sistematizará, através de meio eletrônico, a coleta e remessa de dados necessários à composição da prestação de contas anual dos agentes públicos municipais.

§ 4º O Sistema Integrado de Transferências Voluntárias Estaduais - Sinte, obrigatório para os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta repassadores de recursos públicos, a título de transferências voluntárias, bem como para as entidades públicas e privadas beneficiárias dos recursos, recepcionará e padronizará, através de meio eletrônico os dados necessários à realização do controle externo de competência do Tribunal de Contas.

§ 5º O Tribunal poderá alterar os sistemas informatizados previstos nesta lei ou criar novos sistemas, para o melhor desempenho de suas atribuições.

Art. 24. Os demais gestores e responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, na esfera estadual e municipal, prestarão contas, anualmente, até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao das referidas contas, como previsto nesta lei e no Regimento Interno, além de Resoluções específicas do Tribunal de Contas.

Art. 25. As prestações de contas, bem como, os respectivos pareceres prévios, evidenciarão os principais aspectos da Gestão Fiscal como parte integrante da avaliação anual.

Art. 26. Os pareceres prévios, julgamentos de gestão anual e avaliação da gestão fiscal, bem como, instruções técnicas e opinativos integrantes, serão objeto de ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico, ficando

disponíveis para consulta de qualquer interessado, após trânsito em julgado.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas disciplinará em Regimento Interno as versões simplificadas desses instrumentos de transparência da gestão pública.

Art. 27. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididas em:

- I - recomendação;
- II - determinação legal;
- III - ressalva.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre os conceitos e casos de aplicação das conclusões referidas neste artigo.

Seção V

Fiscalização de Atos e Contratos

Art. 28. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa praticada pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, conforme previsto nesta lei, no Regimento Interno ou nos demais atos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas, competindo-lhe, para tanto, em especial:

I - acompanhar, pela publicação na imprensa oficial, ou por outro meio:

a) a lei relativa ao plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e a abertura de créditos adicionais;

b) os editais de licitação, os contratos, inclusive administrativos, e os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

II - fiscalizar, na forma estabelecida no Regimento Interno, as contas estaduais das empresas nacionais ou supranacionais de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

III - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

IV - fiscalizar a execução de termos de parcerias, contratos de gestão, concessões, permissões, parcerias público privadas e instrumentos congêneres.

Seção VI

Das Denúncias e Representações

Art. 29. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.

Art. 30. A denúncia poderá ser oferecida por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

Art. 31. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:

I - obrigatoriamente pelos responsáveis dos controles internos dos órgãos da Administração Pública estadual ou municipal, sob pena de serem solidariamente responsabilizados;

II - por comunicação de irregularidades subscritas por qualquer autoridade judiciária estadual ou federal, membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, dos Ministérios Públicos Estadual, Federal ou do Trabalho;

III - através de comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União ou órgãos da União Federal em relação às atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado;

IV - por ato encaminhado pela Assembléia Legislativa do Estado, através de seu Presidente ou comissões permanentes, especiais ou de investigação, em relação à administração pública estadual ou municipal;

V - em função de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito ou Comissão Especial, instauradas e concluídas pelos Poderes Legislativos Municipais, desde que contendo conclusões específicas e a comprovação das medidas efetivamente adotadas ou recomendadas nos respectivos relatórios;

VI - outras medidas previstas em Regimento Interno ou Resolução do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 32. O Tribunal de Contas dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria, a fim de preservar direitos e garantias individuais.

Art. 33. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.

Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.

Art. 34. A denúncia e a representação tramitarão em regime de urgência, devendo:

I - em 5 (cinco) dias ser protocolada, autuada e remetida ao Presidente;

II - em 10 (dez) dias, encaminhada pelo Presidente do Tribunal de Contas ao Corregedor Geral;

III - em dez (10) dias ser despachada liminarmente pelo Corregedor que, se a entender regularmente apresentada:

a) quando suficientemente instruída, mandará citar o responsável para apresentar defesa, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias;

b) quando insuficientemente instruída, encami-

nhará o processo à unidade de fiscalização deste Tribunal competente para informações em igual prazo;

c) ocorrendo o previsto no item anterior, após recebidas as informações, determinará, se for o caso, a citação do responsável, para oportunidade de defesa no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

IV - decorrido o prazo de defesa, será encaminhada pelo Corregedor à unidade técnica para, em 15 (quinze) dias, emitir parecer, e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para igual fim, no prazo de 30 (trinta) dias;

V - em 30 (trinta) dias, com relatório e voto escrito, ser encaminhada pelo Corregedor para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.

Art. 35. A decisão do Tribunal que julgar procedente a denúncia determinará a intimação das autoridades responsáveis para as providências corretivas e punitivas inerentes ao procedimento.

Art. 36. Ao denunciante será assegurada a condição de parte interessada, seja para acompanhamento da instrução processual, seja para oferecimento dos recursos previstos nesta lei.

Seção VII

Da Consulta

Art. 37. A consulta deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ser formulada por autoridade legítima;

II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida;

III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal;

IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;

V - ser formulada em tese.

Parágrafo único. Havendo relevante interesse público, devidamente motivado, a consulta que versar sobre dúvida quanto à interpretação e aplicação da legislação, em caso concreto, poderá ser conhecida, mas a resposta oferecida pelo Tribunal será sempre em tese.

Art. 38. Além dos Conselheiros, estão legitimados para formular consulta:

I - no âmbito estadual, Governador do Estado, Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador Geral de Justiça, Procurador Geral do Estado, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e

conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

II - no âmbito municipal, Prefeito, Presidente de Câmara Municipal, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios intermunicipais e conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

III - Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional.

Art. 39. É obrigatória a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas em todas as consultas submetidas ao conhecimento do Tribunal Pleno, não sendo oponível, neste caso, nenhuma vedação ou impedimento institucional, considerando a característica específica da jurisdição do Tribunal de Contas.

Art. 40. A decisão do Tribunal Pleno, em processo de consulta, tomada pelo quorum qualificado a que se refere o art. 117, desta lei, tem força normativa, constitui prejulgamento de tese e vincula o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação.

Seção VIII

Do Recurso Fiscal de Decisões Fazendárias

Art. 41. O recurso fiscal da decisão fazendária previsto no artigo 79, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, deverá ser remetido ao Tribunal para apreciação e julgamento devidamente instruído com a manifestação do contraditório do contribuinte autuado, nos termos do Regimento Interno.

Capítulo III

Dos Procedimentos Comuns aos Processos

Seção I

Do Processo de Julgamento

Art. 42. Após a autuação será efetuada a distribuição, por processamento eletrônico, mediante sorteio aleatório e uniforme, por tipo de processo, observadas as causas de prevenção, dependência, sucessão, impedimentos ou outras, respeitada a devida compensação, conforme previsto no Regimento Interno.

Parágrafo único. O sorteio deverá observar a alternatividade e o princípio da publicidade e será regulamentado no Regimento Interno.

Art. 43. Distribuído o processo, o Relator presidirá a instrução do feito, determinando a citação dos interessados, quando instaurado o processo por iniciativa do Tribunal, e, em qualquer caso, as diligências necessárias ao seu saneamento, mediante encaminhamento às unidades competentes e à manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos do Regimento

Interno, podendo determinar, ainda, a intimação e a audiência dos responsáveis.

§ 1º - Concluída a instrução do processo, o relator pedirá a inclusão em pauta para julgamento, conforme o Regimento Interno:

§ 2º A pauta de julgamento será publicada nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, atendendo ao princípio da publicidade e ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

§ 3º A retirada de pauta somente será permitida por decisão colegiada, mediante proposta devidamente motivada, devendo o Regimento Interno disciplinar as causas excepcionais, prevendo, também, o prazo de retorno para julgamento.

Art. 44. O relator determinará as diligências antes da inclusão em pauta para julgamento.

§ 1º Após o relatório, havendo dúvidas, os Conselheiros, os Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral poderão fazer uso da palavra, pedindo esclarecimentos, defendendo o posicionamento do relator ou formulando novas soluções ao caso em exame.

§ 2º Excetuado o julgamento do Recurso de Agravo e dos Embargos de Declaração, será permitida à parte fazer sustentação oral, por 15 (quinze) minutos, desde que inscrito seu nome, na Diretoria Geral, até o início da sessão.

§ 3º O uso da tribuna para os fins previstos no parágrafo anterior é facultado a qualquer das partes ou representante legalmente constituído.

§ 4º O Procurador Geral, no decorrer dos debates, poderá opinar, sem prejuízo da manifestação de outro Procurador, que conste dos autos.

Art. 45. Proferido o relatório do processo ou voto do Relator, os Conselheiros, Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral, poderão requerer vistas dos autos, pelo prazo máximo 4 (quatro) sessões consecutivas, observado o disposto no artigo 54, desta lei.

§ 1º O pedido de adiamento, após a sua inclusão em pauta ou após o retorno de pedido de vistas, deverá ser motivado pelo Relator e será concedido, somente uma única vez, pelo prazo máximo de 4 (quatro) sessões regulamentares.

§ 2º Vencido o prazo do pedido de vistas, o Presidente do colegiado deverá avocar os autos e determinará sua inclusão na próxima sessão Plenária, com as devidas anotações na ata, vedado ao requerente da vista solicitar novas diligências, bem como votar no processo.

Art. 46. O Relator que der causa ao excesso, em relação ao prazo para julgar ou de adiamento, ficará impedido de relatar, votar ou solicitar qualquer diligência, devendo o Presidente retirar de pauta o processo e determinar sua redistribuição eletrônica mediante compensação.

Parágrafo único. Não caberá designação de Auditor, para o fim previsto no *caput* deste artigo, ficando, reduzido o *quorum* do respectivo julgamento.

Art. 47. As atribuições, conferidas nesta seção ao Presidente do colegiado, constituem ato vinculado a ser praticado de ofício, independente de prévia manifestação ou autorização do colegiado, caracterizando a sua omissão como ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. O não atendimento à requisição de devolução solicitada pelo Presidente, constituirá conduta tipificada no artigo 11, da Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, sujeitando o faltoso às penas previstas no artigo 12, inciso III, do citado diploma legal.

Art. 48. Será parte integrante e obrigatória das decisões do Tribunal, voto escrito, elaborado pelo Relator, nas seguintes hipóteses:

I - quando imputar sanções, débitos e outras responsabilidades;

II - quando divergir das instruções técnicas e jurídicas do processo;

III - nas Consultas, Recursos, Impugnações, Denúncias e Representações;

IV - outras previstas no Regimento Interno ou Resolução.

§ 1º O voto conterá obrigatoriamente:

I - a ementa;

II - o relatório circunstanciado do Relator, do qual constarão as conclusões das instruções das unidades técnicas que se manifestaram no processo e do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

II - fundamentação jurídica da análise das questões de fato e de direito;

III - dispositivo legal que embasou a decisão do voto;

IV - a indicação dos responsáveis, do dano ao erário e dos valores, no caso de ressarcimento, se houver.

§ 2º As decisões dos órgãos colegiados constarão de acórdãos.

Art. 49. Sendo o voto do Relator vencido, será designado pelo Presidente, na própria sessão, novo Relator dentre os votantes vencedores, para lavratura de voto, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A lavratura de voto vistas ou declaração de voto é facultativa por qualquer dos membros do colegiado.

Art. 50. Comprovada no julgamento do processo, de qualquer natureza, a ocorrência de ilegalidade ou irregularidade, haverá obrigatoriamente a delimitação de responsabilidades e sanções aplicáveis ao ente jurisdicionado e aos responsáveis, de forma individualizada ou solidária, seja pecuniária ou reparatória do dano, de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos estabelecidos em lei.

Art. 51. Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber, em todos os julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas.

Seção II

Das Medidas Cautelares

Art. 52. O Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente, aos órgãos e Poderes competentes a determinação de medidas cautelares definidas em lei, ou ordenar aquelas previstas no Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil.

§ 1º A solicitação ou a determinação, conforme o caso, deverão ser submetidas ao órgão julgador competente para a análise do processo, devendo ser apresentada em mesa para apreciação independente de inclusão prévia na pauta de julgamentos.

§ 2º As medidas cautelares referidas no *caput* são as seguintes:

I - afastamento temporário de dirigente do órgão ou entidade;

II - indisponibilidade de bens;

III - exibição de documentos, dados informatizados e bens;

IV - outras medidas inominadas de caráter urgente.

§ 3º São legitimados para requerer medida cautelar:

I - o gestor, para a preservação do patrimônio;

II - as partes;

III - o Relator;

IV - o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal.

Seção III

Da Comunicação dos Atos e da Contagem dos Prazos

Art. 53. As citações e intimações serão feitas:

I - via postal, mediante carta registrada com aviso de recebimento;

II - por despacho publicado nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas;

III - por meio eletrônico, assegurada a sua certificação digital;

IV - por oficial de intimação, em casos excepcionais, conforme previsto no Regimento Interno.

§ 1º Nos processos instaurados por iniciativa do interessado, a comunicação dos atos, desde o início, será feita na forma do inciso II.

§ 2º Nos processos de iniciativa do Tribunal, a citação se dará na forma do inciso I; quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o interessado, far-se-á a citação, por edital, publicado no periódico do Tribunal, sendo este em qualquer caso, o modo de intimação para os demais atos do processo, inclusive

da decisão definitiva, ressalvados casos excepcionais a serem regulados no Regimento Interno.

Art. 54. Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º Os prazos são contínuos, não se interrompendo nos feriados.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o início ou o término cair em finais de semana, feriado ou dia que:

a) for determinado o fechamento do Tribunal;

b) o encerramento do expediente ocorrer antes da hora normal.

§ 3º No caso de ocorrência das alíneas a e b, será de obrigação do Tribunal a publicação prévia do fechamento para conhecimento dos interessados, sendo que se decorrente de fato imprevisto é obrigatória a realização da publicação posterior.

Art. 55. Os prazos serão contados:

I - da data da juntada aos autos do aviso de recebimento;

II - da data da publicação nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas;

III - da data da certificação eletrônica.

Parágrafo único. No caso do inciso II, tratando-se de intimação a se realizar em município do interior do Estado, os prazos iniciam-se após o decurso de três dias úteis da data da publicação, nos termos do Regimento Interno.

Art. 56. Todos os atos ordenatórios e decisórios do Relator e do órgão colegiado que envolva comunicação aos jurisdicionados serão publicados nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, e colocados à disposição em meio eletrônico de amplo acesso.

Art. 57. Salvo disposição em contrário no Regimento Interno, o prazo para manifestação dos interessados, inclusive na oportunidade do contraditório e ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.

Art. 58. Salvo disposição expressa nesta lei, o Regimento Interno disciplinará os prazos aplicáveis em todas as fases do processo.

Art. 59. Aplica-se, no que couber, o Código de Processo Civil, nas disposições sobre comunicação dos atos processuais.

Seção IV

Dos Prazos do Relator e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Art. 60. Após o recebimento dos feitos, o Relator disporá de:

I - 10 (dez) dias, para os despachos de mero expediente;

II - 10 (dez) dias, para despacho liminar em denúncia;

III - 10 (dez) dias, para apreciar os pedidos de liminar, inclusive em medidas cautelares, e outros de natureza urgente;

IV - 10 (dez) dias, para o juízo de admissibilidade de recursos e consultas;

V - 15 (quinze) dias, para o juízo de retratação no Recurso de Agravo.

VI - 30 (trinta) dias, para o julgamento dos Embargos de Declaração.

Art. 61. Concluída a instrução, disporá o Relator dos seguintes prazos para a inclusão dos processos em pauta para julgamento, contados desde a data da remessa para o Gabinete:

I - Recursos em geral: 60 (sessenta) dias;

II - Recurso de Agravo: 30 (trinta) dias;

III - Embargos de Declaração: 30 (trinta) dias;

IV - Parecer Prévio das Contas dos Prefeitos Municipais: 60 (sessenta) dias;

V - Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias;

VI - Denúncia: 30 (trinta) dias;

VII - Pedido de Rescisão: 60 (sessenta) dias;

VIII - Consulta: 60 (sessenta) dias;

IX - Atos sujeitos a registro, previstos no artigo 1º, IV, desta lei: 30 (trinta) dias;

X - demais processos: 30 (trinta) dias.

Art. 62. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas disporá de 10 dias para requerer as diligências que entender necessárias, e, para manifestação conclusiva, os mesmos prazos referidos no artigo anterior.

Art. 63. O Regimento Interno disporá sobre os demais prazos para a instrução e tramitação dos processos.

Seção V

Dos Recursos

Art. 64. São admissíveis os seguintes recursos:

I - Recurso de Revista;

II - Recurso de Revisão;

III - Recurso de Agravo;

IV - Embargos de Declaração.

Art. 65. Estão legitimados a interpor recurso, quem foi parte no processo, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e o terceiro interessado ou prejudicado.

Art. 66. O recurso do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas poderá ser interposto pelo Procurador

Geral intimados os demais interessados para manifestarem-se no prazo recursal.

Art. 67. O recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência dos demais interessados, desistir do recurso ou renunciar ao direito de recorrer.

Art. 68. A petição recursal, acompanhada das razões, será dirigida ao Relator, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.

Parágrafo único. Nos municípios do interior, para efeito de tempestividade, será considerada a data de postagem no correio como a de sua interposição, nos termos do Regimento Interno.

Art. 69. Excetuado o caso de Embargos de Declaração, o Relator da decisão recorrida será excluído do sorteio para relato do recurso.

Art. 70. Salvo hipótese de má-fé, as partes interessadas não poderão ser prejudicadas pela interposição de um recurso por outro, desde que interposto no prazo legal.

Parágrafo único. Se o Tribunal, desde logo, reconhecer a inadequação do recurso interposto, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que, satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade.

Art. 71. Dos despachos de mero expediente não caberá recurso.

Art. 72. Cabe Recurso de Revista, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, com efeito devolutivo e suspensivo, contra acórdão proferido por qualquer das Câmaras.

Art. 73. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferidos, nos seguintes casos:

I - acórdão não unânime, que, ao julgar Recurso de Revista, houver reformado a decisão da Câmara;

II - nas decisões em Pedido de Rescisão;

III - negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;

IV - divergência de entendimento no âmbito dos Tribunais de Contas ou dissídio jurisprudencial demonstrado analiticamente, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 1º No caso do inciso I, a fundamentação do recurso e seu conhecimento restringir-se-ão ao objeto da divergência.

§ 2º Não cabe recurso em processo de consulta que tiver sido julgado pelo fórum qualificado.

Art. 74. Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito, apenas devolutivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Auditor ou do Presidente do Tribunal.

§ 1º Relevante a fundamentação e constatado o risco iminente de lesão grave e de difícil reparação, o Relator poderá conceder efeito suspensivo, submetendo tal ato, para convalidação colegiada, nos termos do Regimento Interno.

§ 2º Por ocasião do exame de admissibilidade, o Relator poderá exercer o juízo de retratação.

§ 3º Caso não reforme a decisão, o Relator submeterá o Recurso de Agravo ao órgão colegiado competente para o conhecimento do processo em que foi interposto.

§ 4º Tratando-se de recurso dirigido contra ato do Presidente do Tribunal, a ele caberá exercer o juízo de admissibilidade e de retração, e o Tribunal Pleno será o competente para seu conhecimento.

Art. 75. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:

- I - contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou,
- II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado competente.

§ 2º A interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos.

Seção VI

Do Pedido de Rescisão

Art. 77. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, desde que:

- I - a decisão se haja fundado em prova cuja falsidade foi demonstrada em sede judicial;
- II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;
- III - erro de cálculo ou material;
- IV - tenha participado do julgamento do feito Conselheiro ou Auditor alcançado por causa de impedimento ou de suspeição;
- V - violar literal disposição de lei.

Parágrafo único. O direito de propor a rescisão se extingue em dois anos, contados da data da irrecorribilidade da decisão.

Seção VII

Dos Incidentes Processuais

Subseção I

Do Incidente de Inconstitucionalidade

Art. 77. Se, por ocasião do julgamento de qualquer feito pela Câmara, esta verificar a inconstitucionalidade de alguma lei ou ato normativo do Poder Público, os autos serão remetidos à discussão em sessão do Tribunal Pleno para pronunciamento preliminar sobre a matéria, conforme procedimento a ser estabelecido em Regimento Interno.

§ 1º Em sessão plenária, o Relator do feito exporá o caso, procedendo-se, em seguida, à deliberação sobre a matéria.

§ 2º Proferido o julgamento pelo Tribunal Pleno e publicada a respectiva deliberação, serão os autos devolvidos à Câmara, para apreciar o caso de acordo com a decisão prejudicial.

§ 3º Idêntico incidente poderá ser suscitado por qualquer Conselheiro, Auditor quando em substituição, ou Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em feitos da competência originária do Tribunal Pleno.

§ 4º A decisão contida no Acórdão que deliberar sobre o incidente de reconhecimento de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, solucionará a questão prejudicial, constituindo prejulgado a ser aplicado a todos os casos a serem submetidos ao Tribunal de Contas.

Subseção II

Prejulgado e Súmula

Art. 78. Por iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas, a requerimento do Relator ou do Procurador Geral junto ao Ministério Público, poderá o Tribunal Pleno pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecendo a importância da matéria de direito e de sua aplicabilidade de forma geral e vinculante até que o prejulgado venha a ser reformado na forma prevista em Regimento Interno.

Parágrafo único - Sendo a matéria de iniciativa do Presidente do Tribunal, será ele o Relator da matéria..

Art. 79. Será inscrita na Súmula o entendimento que o Tribunal tenha por predominante e firme, conforme procedimentos a serem estabelecidos em Regimento Interno.

Subseção III

Uniformização de Jurisprudência

Art. 80. O Relator, de ofício ou por provocação da parte interessada, antes de proferir seu voto na Câmara, poderá solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno acerca de interpretação de direito, quando, no

curso do julgamento, a interpretação for diversa da que lhe haja dado outro órgão colegiado do Tribunal.

Parágrafo único. O mesmo incidente poderá ser suscitado em sessão do Tribunal Pleno, em relação aos seus próprios julgados.

Subseção IV

Disposições Comuns aos Incidentes Processuais

Art. 81. Para a deliberação dos incidentes de que tratam essa Seção, será exigido quorum qualificado, conforme previsto no artigo 116 desta lei.

Art. 82. Além dos Conselheiros e do Presidente do Tribunal, os Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas possuem legitimidade para suscitá-los.

Art. 83. Os processos dos incidentes de que trata esta Seção serão regulamentados em Regimento Interno, obedecido, em qualquer dos casos, o mesmo quórum qualificado para modificação ou revogação de entendimento sumulado ou prejulgado.

Capítulo IV

Das Sanções e Responsabilidades

Seção I

Das Sanções

Art. 84. O Tribunal de Contas, na forma do disposto no artigo 76, inciso VIII, da Constituição Estadual, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas:

- I - multa administrativa;
- II - multa por infração fiscal;
- III - multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento;
- IV - restituição de valores;
- V - impedimento para obtenção de certidão liberatória;
- VI - inabilitação para o exercício de cargo em comissão;
- VII - proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; e
- VIII - a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será comunicada à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, a decisão que determinar a sustação de ato, e à Secretaria de Estado da Administração e Previdência a decisão que declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e proibição de contratar com o Poder Público Estadual e à secretaria municipal correspondente no âmbito do município interessado.

Art. 85. Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei os jurisdicionados definidos no Capítulo II, do Título I desta lei, sem prejuízo de outras pessoas jurídicas ou físicas, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, por disposição legal.

§ 1º A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular, e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, devendo o Acórdão definir as responsabilidades individuais.

§ 2º A decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo extrajudicial.

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias, após a intimação, sem que tenha havido a quitação da multa ou seu parcelamento, ou interrompido este, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria Geral do Estado, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 4º É facultado o parcelamento da multa aos demais responsáveis, na forma da legislação estadual.

Art. 86. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, fixadas em valor certo, em razão dos seguintes fatos:

I - No valor de R\$ 100,00 (cem reais):

a) prestar com atraso de até 100 (cem) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

II - No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaiando esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

b) prestar com atraso de 101 (cento e um) dias a 180 (cento e oitenta) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

c) prover cargo em comissão para funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento, a ser aplicada por cargo provido.

III - No valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;

b) deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos;

c) prestar com atraso de 181 (cento e oitenta e um) dias a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

d) deixar de observar, no processo licitatório, formalidade determinada em lei, incluindo-se a não exigência de certidões negativas e de regularidade fiscal, podendo ser aplicada ao presidente da comissão de licitação, ao emitente do parecer técnico ou jurídico e ao gestor;

e) retardar, além do prazo fixado, sem motivo justificado, a devolução de autos com pedido de carga processual ou encaminhados por força de diligência;

f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;

g) sonegar processo, documento ou informação em inspeções *in loco* ou auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas.

IV - No valor de R\$ 1.000,00 (mil reais):

a) prestar com atraso superior a 1 (um) ano as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em Provimento do Tribunal de Contas;

b) realizar concurso nos termos da Lei nº 8666/93, bem como, admissão de pessoal, sem a observância das normas legais aplicáveis;

c) fazer nomeação ou contratação, em virtude de concurso público, sem a observância da ordem de classificação;

d) contratar ou adquirir bens, serviços e obras de engenharia, sem a observância do adequado processo licitatório, quando exigível este, ou sem os devidos processos administrativos justificando a dispensa ou inexigibilidade, excetuando-se as compras de pequeno valor, realizadas mediante pronto pagamento;

e) não repassar, no prazo e na forma avençada, recurso que esteja obrigado a repassar em virtude de lei ou de convênio celebrado;

f) obstruir o livre exercício de inspeções e auditorias determinadas pelo Tribunal;

g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário.

V - No valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

a) nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo;

b) não realizar o objeto de convênio, auxílio ou subvenção, no prazo e na forma fixados no instrumento próprio, salvo se demonstrado não ter concorrido o agente para a inexecução do pacto;

c) realizar obra de construção civil sem a observância das normas técnicas e legislação específica, de âmbito profissional, fiscal, previdenciária e trabalhista.

§ 1º A multa prevista no inciso II, alíneas “a” e “b” e inciso II, alínea “a” poderá ser relevada, levando-se em

conta as circunstâncias e o entendimento do responsável quanto aos fatos em si considerados, o exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução do servidor e sua qualificação funcional, aplicando-se a advertência, que será sempre pessoal, ao gestor, ao ordenador de despesa, ou ao responsável pela prestação de contas ou apresentação de documentos solicitados, sendo que após 03 (três) advertências seguidas não mais se relevará a multa.

§ 2º Nas sanções e multas referidas no inciso II, alíneas “a” e “b”, serão aplicadas por cada ato de pessoal não encaminhado o cargo em comissão provido e regularmente.

§ 3º Nas infrações administrativas enumeradas neste artigo, a cada fato corresponderá uma sanção, podendo incidir o agente em mais de uma, no mesmo processo.

§ 4º A reincidência somente será apurada em processo de mesma natureza, e será aplicada a multa em dobro quando o fato for superveniente à aplicação de multa anterior.

§ 5º A desaprovação da prestação de contas ou irregularidade, formal ou material, da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III.

a) ao gestor se em razão da inadequada instrução do feito;

b) ao responsável pela contabilidade se em razão de erro grave de natureza contábil;

c) aos agentes públicos responsáveis pela prática de atos cometidos com grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza financeira, fiscal, orçamentária, operacional ou patrimonial.

§ 6º Os valores das multas estabelecidos no presente artigo serão revistos anualmente por ato administrativo do Tribunal, com base na variação acumulada no período, na forma e pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários estaduais, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses.

§ 7º Não cumpridas as determinações contidas na decisão que impôs débito ou multa, quando houver, deverá o Tribunal de Contas, mesmo no caso de recolhimento dos valores, renovar sua imposição como reincidência, até a efetiva regularização.

Art. 87. Caberá ao Tribunal de Contas o processamento, julgamento e aplicação da multa de 30% (trinta por cento) de seus vencimentos anuais, prevista no artigo 5º, da Lei Federal nº 10028, de 19 de outubro de 2000.

Art. 88. Ficará sujeito à multa proporcional ao dano, sem prejuízo da reparação deste, o ordenador da despesa ou terceiro que com este concorrer, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, que resultar em lesão ao erário.

§ 1º Considera-se lesão ao erário:

I - a prática de ato que importe em despesa desnecessária ou indevida, ou acima da devida, apurando-se

esta mediante aferição do valor médio de mercado, de bens e serviços, ou de média de consumo, bem como no caso de dilapidação de receita ou patrimônio social, e ainda a perda de valor decorrente do mau uso e conservação de bens públicos;

II - a prática dos atos relacionados no artigo 10, da Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992;

III - o recolhimento direto de encargos previdenciários e trabalhistas na hipótese de obra contratada por empreitada global;

IV - a perda de receita decorrente do não lançamento de tributos; do lançamento a menor; da emissão fraudulenta de guia de recolhimento; de concessão indevida de anistia, remissão, isenção; da não realização de atos administrativos tendentes à constituição e execução de crédito tributário ou não;

V - a não sustação, no prazo fixado pelo Tribunal, observado o inciso IX do artigo 76 da Constituição Estadual, de ato irregular ou que implique em despesa ilegal;

VI - o pagamento de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias ou remuneração a qualquer título, em desconformidade com as normas legais.

§ 2º A multa será arbitrada em percentual variável de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do dano, não excluindo a aplicação de multa administrativa prevista no artigo 86, desta lei, como também não exclui o dever de restituição ou reparação do dano.

Art. 89. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do trânsito em julgado da decisão, quando líquida, ou a partir da intimação da liquidação da decisão, quando ilíquida.

§ 1º Será admitido o parcelamento da multa ao agente público que demonstrar que o valor desta ultrapassa 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal, sendo que o referido percentual passará a corresponder ao valor das parcelas respectivas, excetuando-se a última.

§ 2º Para beneficiar-se do parcelamento o interessado deverá comprovar o fato, no prazo do *caput*, mediante juntada da guia de recolhimento da primeira parcela e do seu contracheque no processo administrativo correspondente.

§ 3º O não recolhimento da parcela subsequente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recolhimento anterior, implica na desistência do parcelamento e autoriza a adoção dos atos executivos correspondentes.

§ 4º O valor da multa terá atualização segundo os índices utilizados para os créditos tributários estaduais, e decorrido o prazo fixado no *caput* incidirá juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 5º Decorridos 60 (sessenta) dias, após a intimação, sem que tenha havido a quitação da multa ou seu parcelamento, ou interrompido este, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 6º É facultado o parcelamento da multa aos demais responsáveis, na forma da legislação estadual.

Art. 90. As multas e encargos que forem imputados aos responsáveis, contar-se-ão sempre da data da mora ou omissão até a data do efetivo recolhimento, salvo nos casos de atos e despesas ilícitas, que serão calculada a partir do efetivo dano ou do evento danoso.

§ 1º A atualização monetária, segundo os índices oficiais praticados nos créditos tributários estaduais, será devida sempre a partir da mora, do dano ou da data em que o ressarcimento passou a ser devido.

§ 2º Os juros moratórios serão calculados em 1% (um por cento) ao mês.

Art. 91. Decorridos 60 (sessenta) dias, após a intimação, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

Parágrafo único. Semestralmente deverá ser encaminhado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, um relatório circunstanciado das medidas executivas adotadas pelo ente federativo, relacionando-se os títulos e valores quitados, títulos e valores protestados, títulos e valores inscritos em dívida ativa, títulos e valores em execução judicial, a existência de garantia do Juízo e de embargos à execução, e relatório sucinto da fase processual em que se encontram os autos respectivos, nos termos do Regimento Interno.

Art. 92. Os débitos relacionados à devolução de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias, ou remuneração a qualquer título, cujos índices de reajustes estejam aquém dos índices de atualização monetária oficial, desde que não tenha havido dolo ou má-fé, serão corrigidos de acordo com a variação das parcelas recebidas, contando-se os juros da data da constituição da mora ou omissão, quando se tratar de atraso no recolhimento.

Art. 93. O não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, por parte das entidades vinculadas à sua jurisdição, no prazo e forma fixados, resultará em impedimento para obtenção de certidão liberatória, emitida para fins de transferências voluntárias.

§ 1º As entidades de Direito Público ou Privado, que receberem do Estado auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título, serão obrigadas a comprovar, perante ao Tribunal, a aplicação das importâncias recebidas, aos fins a que se destinarem sob pena de suspensão de novos recebimentos, além das cominações cabíveis aos seus responsáveis legais.

§ 2º Emitida a certidão liberatória e caracterizado o inadimplemento de decisão do Tribunal de Contas, poderá ser aplicada a sanção de suspensão de transferências voluntárias, excetuadas as hipóteses previstas no

parágrafo 3º, do artigo 25, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 94. Caracterizada a fraude em procedimento licitatório, ou outra irregularidade tipificada na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, ou ainda o cometimento de ato de improbidade, o Tribunal, por maioria absoluta do Corpo Deliberativo, poderá declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão dos gestores ou terceiros envolvidos, no âmbito da Administração Municipal e Estadual, e ainda aplicar a sanção de proibição de contratação com o Poder Público, observados os prazos fixados no artigo 12, da Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992.

Art. 95. O Tribunal de Contas, no julgamento dos atos e contratos administrativos em que for verificada a ocorrência de fraude ou naqueles que resultarem em dano ao Erário, expedirá Declaração de Inidoneidade dos responsáveis perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios.

Parágrafo único. A Declaração de Inidoneidade inabilitará os responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como para contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Art. 96. A decisão que resulte em imputação de multa, reparação de dano e/ou restituição ao erário quantificará os valores, bem como identificará e qualificará os responsáveis pelo ressarcimento de danos causados, quando for o caso, o dispositivo legal aplicável à espécie, a identificação do credor, atribuindo-se, ainda a responsabilidade solidária ou subsidiária, quando cabíveis.

Art. 97. A decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

Parágrafo único. No caso de decisão ilíquida, far-se-á a liquidação na forma estabelecida no Código de Processo Civil, cabendo ao Conselheiro Relator do Acórdão a condução e decisão da fase de liquidação do julgado.

Art. 98. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a conseqüente baixa de pendência.

Parágrafo único. O recolhimento integral do débito ou de multa não importa em modificação do julgamento do mérito das contas, bem como, o adimplemento de.

Art. 99. Expirado o prazo de cumprimento da decisão de imputar débito ou multa, sem a efetivação de recolhimento pelo responsável, o Tribunal deverá encaminhar peças ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

para adoções das providências de acompanhamento da execução das decisões do Tribunal de Contas.

Art. 100. Os valores nominais referidos nesta seção sofrerão atualização monetária, nas datas e pelos índices oficiais a serem definidos no Regimento Interno.

Art. 101. Caracterizada a fraude, em procedimento licitatório, ou outra irregularidade tipificada na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, ou ainda o cometimento de ato de improbidade, o Tribunal, por maioria absoluta do Corpo Deliberativo poderá declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão dos gestores ou terceiros envolvidos, no âmbito da Administração Municipal e Estadual, e ainda aplicar a sanção de proibição de contratação com o Poder Público, observados os prazos fixados no artigo 12, da Lei Federal nº 8429, de 02 de julho de 1992.

Art. 102. Toda decisão condenatória deverá ter voto motivado e por escrito nos autos, identificando o responsável.

§ 1º A decisão que resulte em imputação de multa, reparação de dano e/ou restituição ao erário, quantificará os valores, bem como identificará e qualificará os responsáveis pelo ressarcimento de danos causados, quando for o caso, o dispositivo legal aplicável à espécie, a identificação do credor, atribuindo-se, ainda, a responsabilidade solidária ou subsidiária, quando cabíveis.

§ 2º O Tribunal de Contas manterá em sistema informatizado o banco de dados das sanções aplicadas.

§ 3º As decisões que fixarem multa ou implicarem em restituição de valores ou reparação de dano terão registro específico, a partir do qual se extrairá a Certidão de Débito relativamente às decisões transitadas em julgado em que não se constate o recolhimento respectivo.

Seção II

Do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas

Art. 103. Fica instituído o Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - FETC/PR, sendo o gestor o Tribunal de Contas do Estado, na pessoa de seu Presidente.

Art. 104. Constituem-se receitas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Tribunal de Contas, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar, em percentual, total ou parcial, a ser definido pelo Conselho de Administração;

III - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Tribunal de Contas para terceiros;

IV - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Tribunal de Contas;

V - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Tribunal de Contas;

VI - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Tribunal de Contas;

VII - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e mídias eletrônicas;

VIII - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Tribunal de Contas;

IX - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

X - multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas;

XI - taxa de ocupação das dependências de imóveis do Tribunal de Contas;

XII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XIII - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIV - receita decorrente do custo de operacionalização dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Tribunal de Contas, em decorrência da inclusão de descontos consignáveis;

XV - outras receitas eventuais.

§ 1º As receitas do FETC/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão recolhidos em conta específica, junto à instituição financeira oficial definida pelo seu Conselho de Administração.

Art. 105. O Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem por finalidade suprir o Tribunal com os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação, adaptação, reforma de materiais e equipamentos, em imóveis destinados ao Tribunal de Contas, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional;

V - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em percentual da receita do Fundo a ser definido pelo Conselho de Administração;

VI - despesas relativas ao desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade;

VII - despesas relativas a treinamento, aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional dos servidores do Tribunal, bem como do desenvolvimento de programas de qualificação e capacitação de gestores de entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas;

VIII - 1º Não serão admitidos, por conta do FETC/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal.

Parágrafo único. Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 106. Aplicam-se à Administração Financeira do Fundo as normas da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade Pública, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação pertinente a contratos e licitações.

Art. 107. O FETC/PR terá escrituração contábil própria, sendo seu representante legal e ordenador das despesas, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 108. O FETC/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente, constituindo parte integrante da prestação de contas o parecer prévio elaborado pelo respectivo Conselho de Administração.

Art. 109. O Conselho de Administração baixará as instruções normativas complementares à operacionalidade do FETC/PR, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária, submetendo-os à aprovação do Plenário do Tribunal.

Art. 110. O Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Paraná - FETC/PR, terá como gestor um Conselho de Administração, que será formado por funcionários efetivos, designados pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 111. Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), pra fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei, utilizando com recursos aqueles previstos no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 112. A atual Diretoria de Tomada de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná fica transformada em Diretoria de Execuções, inserindo-se dentre

suas atribuições previstas em Regimento Interno, o registro e o controle das sanções de advertência, multa administrativa, multa proporcional ao dano, restituição de valores, impedimentos para obtenção de certidões liberatórias, declaração de inidoneidade, inabilitação para exercício de cargos em comissão, proibição para a contratação com o Poder Público estadual ou municipal e a sustação de ato impugnado.

Parágrafo único. É responsabilidade da Diretoria de Execuções o acompanhamento do parcelamento das multas previsto no artigo 6º, desta lei, bem como a atualização dos valores e o cálculo de juros moratórios.

TÍTULO III **ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL**

Capítulo I **Sede e Composição**

Art. 113. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem sede na Capital e jurisdição sobre o território do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Tribunal poderá criar unidades administrativas descentralizadas e regionais, dentro do território do Estado, para o exercício da sua função institucional no controle dos Poderes Públicos estadual e municipal.

Art. 114. Integram o Tribunal de Contas:

- I - o Tribunal Pleno;
- II - as Câmaras;
- III - a Presidência;
- IV - a Vice-Presidência;
- V - a Corregedoria Geral;
- VI - os Conselheiros;
- VII - os Auditores;
- VIII - o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;
- IX - o Corpo Instrutivo, composto pelo Quadro de Pessoal do Tribunal.

Capítulo II **Do Tribunal Pleno**

Art. 115. O Tribunal Pleno, órgão máximo de deliberação, será dirigido pelo Presidente e terá seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente, em caso de ausência ou impedimento, será substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal, ou pelo Conselheiro mais antigo.

Art. 116. Para o funcionamento do Tribunal Pleno, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais seis de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores regularmente convocados, ressalvadas as hipóteses de quorum qualificado, previstas no Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 117. Quando exigido o *quorum* qualificado para a deliberação, será necessária, para a instalação da sessão, a presença de, pelo menos 4 (quatro) Conselheiros efetivos, além do Presidente e para a aprovação da matéria, o voto de, no mínimo, 3 (três) Conselheiros efetivos.

Art. 118. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno e nesta lei, compete ao Tribunal Pleno, originariamente:

- I - emitir Parecer Prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado;
- II - julgar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos órgãos do Poder Legislativo Estadual, do Poder Judiciário Estadual e do Ministério Público;
- III - julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas;
- IV - responder às consultas que lhe forem formuladas;
- V - apreciar e julgar as denúncias e representações;
- VI - julgar os Recursos de Revista, Revisão e Agravos, Embargos Infringentes e os Pedidos de Rescisão;
- VII - julgar os Embargos de Declaração opostos à deliberação de sua competência originária;
- VIII - decidir sobre prejulgados e incidentes de inconstitucionalidades, uniformizar a jurisprudência do Tribunal e expedir súmulas sobre matéria de sua competência, conforme regulamentado em Regimento Interno;
- IX - aprovar a solicitação ao Poder Executivo de intervenção nos municípios, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Estadual;
- X - aplicar as penalidades propostas pela Comissão Disciplinar;
- XI - dar posse ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Corregedor Geral, aos Conselheiros e ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, bem como, atestar-lhes o exercício nos respectivos cargos;
- XII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e demais Resoluções, observado o disposto no artigo 117 desta lei, assim como decidir sobre as dúvidas suscitadas na sua aplicação;
- XIII - elaborar e aprovar o encaminhamento ao Poder Legislativo de proposta para fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;
- XIV - elaborar e aprovar o encaminhamento ao Poder Legislativo de proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso XII, entende-se por Resolução os atos de caráter normativo, que têm por objeto a regulamentação desta lei, com

observância obrigatória pelo próprio Tribunal e seus jurisdicionados.

Capítulo III **Das Câmaras**

Art. 119. O Tribunal de Contas dividir-se-á em duas Câmaras deliberativas, compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros, com exclusão do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 1º A Primeira Câmara será presidida pelo Vice-Presidente do Tribunal e, a Segunda Câmara, pelo Conselheiro mais antigo, adotando-se, para substituição em caso de falta ou impedimento, a ordem de antiguidade dos Conselheiros no Tribunal, dentro de cada Câmara.

§ 2º O Presidente de cada Câmara, além de relatar e votar os processos de sua pauta participará da votação de todas as matérias, nos termos do Regimento Interno.

§ 3º O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas integrará obrigatoriamente as Câmaras, através do seu Procurador-Geral ou por Procuradores especialmente designados.

§ 4º Cada Câmara terá um Secretário, a quem competirá preparar a pauta e encaminhá-la à Diretoria Geral, elaborar das atas, dentre outras atribuições a serem previstas no Regimento Interno.

Art. 120. Para o funcionamento da Câmara, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais dois de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores.

Art. 121. A composição e o funcionamento das Câmaras serão regulamentados pelo Regimento Interno.

Capítulo IV

Do Presidente, do Vice-Presidente e Corregedor Geral

Art. 122. Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

§ 1º A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, exigindo-se, sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§ 2º No caso de vaga eventual, a eleição realizar-se-á em sessão plenária e ordinária, até 30 (trinta) dias após a vacância e obedecido o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 4º O eleito para vaga eventual completará o tempo de mandato anterior.

§ 5º Não se procederá a nova eleição se ocorrer vaga dentro de 60 (sessenta) dias anteriores ao término do mandato.

§ 6º A eleição do Presidente precederá a do Vice-Presidente, e a deste, a do Corregedor-Geral.

§ 7º Considerar-se-ão eleitos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, os Conselheiros que, no respectivo escrutínio, obtiverem maioria absoluta dos votos.

§ 8º No caso de não haver maioria absoluta de sufrágios, proceder-se-á a novo escrutínio, prevalecendo, neste caso, o critério da maioria relativa.

§ 9º No caso de empate, proceder-se-á novo escrutínio, e, persistindo o empate, dar-se-á, como eleito, o mais antigo no cargo de Conselheiro ou de mais idade, se tiverem a mesma Antiguidade.

§ 10. Somente os Conselheiros efetivos, ainda que licenciados, ou em gozo de férias, poderão tomar parte nas eleições.

§ 11. Na primeira sessão plenária ordinária do exercício seguinte às eleições, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado.

Art. 123. Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente, o Presidente será substituído pelo conselheiro mais antigo em exercício no cargo, excetuando-se o Corregedor Geral.

Art. 124. Competem ao Presidente, além de outras atribuições previstas nesta lei, no Regimento Interno ou em Resoluções, as seguintes:

I - dirigir e representar o Tribunal;

II - dar posse aos Auditores, membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dirigentes de seus órgãos e serviços auxiliares, na forma estabelecida no Regimento Interno;

III - encaminhar ao Poder Legislativo proposta para fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;

IV - encaminhar ao Poder Legislativo proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração.

V - expedir atos de nomeação, admissão, exoneração, remoção, dispensa, aposentadoria e outros atos relativos aos servidores do quadro de pessoal do Tribunal;

VI - diretamente ou por delegação, praticar os atos de administração orçamentária, financeira e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal;

VII - encaminhar, trimestral e anualmente, à Assembléia Legislativa, relatório das atividades do Tribunal de Contas;

VIII - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo estadual as listas tripliques para escolha de Conselheiro, nos termos do artigo 127, inciso I desta lei.

Art. 125. Na ausência ou impedimento, o Vice-Presidente será substituído pelo conselheiro mais antigo em exercício no cargo.

Art. 126. Caberá ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, além das demais atribuições previstos pelo Regimento Interno.

Capítulo V

Da Corregedoria Geral

Art. 127. A Corregedoria Geral terá como titular o Corregedor-Geral na pessoa do conselheiro eleito para o cargo, com atribuições previstas nesta lei e no Regimento Interno.

Art. 128. Ao Corregedor-Geral do Tribunal, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser definidas pelo Regimento Interno, compete:

I - determinar correição, por iniciativa própria ou por solicitação do Presidente, na forma prevista em Regimento Interno, em todos os órgãos e unidades administrativas do Tribunal, emitindo a competente conclusão;

II - instaurar e presidir processo administrativo disciplinar tanto contra o corpo técnico como contra membro do Tribunal de Contas precedido ou não de sindicância;

III - exercer o juízo de admissibilidade e presidir a instrução dos processos de denúncia e representação;

IV - interpor recursos em matéria administrativa do Tribunal, conforme previsto no Regimento Interno;

V - respeitadas as normas do Regimento interno, elaborar instruções normativas para a organização de seus serviços internos e externos;

VI - receber, proceder a instrução e proferir decisões inclusive de caráter cautelar ou preventivo em processos de representação previsto na Lei nº 8666/93;

VII - organizar os serviços de Ouvidoria do Tribunal de Contas, conforme estabelecido em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Corregedor Geral será substituído, em seus impedimentos, pelo Conselheiro mais antigo em exercício no Tribunal.

Capítulo VI

Dos Conselheiros

Art. 129. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, observados os requisitos constitucionais e escolhidos:

I - três pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo um de livre escolha e dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista

tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antigüidade e merecimento, na forma estabelecida no artigo 6º.

II - quatro pela Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Estando completo o quadro de conselheiros, segundo as normas constitucionais, as próximas vagas serão preenchidas segundo a origem do ocupante do cargo vago.

Art. 130. Ocorrendo vaga de cargo de Conselheiro a ser provida por Auditor ou por membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o Presidente convocará sessão extraordinária para deliberar sobre a respectiva lista tríplice, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de ocorrência da vaga.

§ 1º O quórum para deliberar sobre a lista a que se refere o *caput* será de, pelo menos, 5 (cinco) Conselheiros efetivos incluindo o que presidir o ato.

§ 2º A lista tríplice obedecerá, alternadamente, ao critério de Antigüidade e merecimento.

§ 3º Quando o preenchimento da vaga deva obedecer ao critério de Antigüidade, caberá ao Presidente elaborar a lista tríplice, no caso de vaga a ser provida por Auditor, e, ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas se o provimento for destinado a membro do Ministério Público, a ser submetida ao Tribunal de Pleno.

§ 4º No caso de vaga a ser preenchida segundo o critério de merecimento, o Presidente apresentará ao Plenário, conforme o caso, os nomes dos Auditores ou a lista sêxtupla dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que possuam os requisitos constitucionais, elaborada pelo Procurador Geral.

§ 5º Cada Conselheiro escolherá até 3 (três) nomes, se houver, de auditores ou de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

§ 6º O Presidente chamará na ordem de Antigüidade, os Conselheiros, que colocaram na urna os votos contidos em invólucro fechado.

§ 7º Os três nomes mais votados, se houver, constarão da lista tríplice a ser encaminhada ao Governador do Estado.

§ 8º Na avaliação do merecimento serão considerados prioritariamente os trabalhos e as atividades especiais desenvolvidas no âmbito do Tribunal de Contas e os dados profissionais e acadêmicos de cada indicado, como anotado em ficha funcional.

Art. 131. Os Conselheiros terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, sendo-lhes estendidas, também, as mesmas causas de impedimento e suspensão previstas na lei processual.

Art. 132. São deveres dos Conselheiros:

I - cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e atos de ofício;

II - não exceder injustificadamente os prazos para prolação de votos, inclusão em pauta ou despachos interlocutórios e de mero expediente;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

IV - tratar com urbanidade os jurisdicionados, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, os advogados, servidores e terceiros, e atender aos que os procurarem, a qualquer momento, quando se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência;

V - comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente ou sessão, e não se ausentar injustificadamente antes de seu término;

VI - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados;

VII - manter conduta irrepreensível na vida pública e particular, velando pela autoridade da judicatura;

VIII - portar-se com lisura e probidade, inclusive no que concerne à relação entre suas atividades públicas e particulares;

IX - organizar suas atividades privadas de maneira a prevenir a ocorrência real, potencial ou aparente, de conflito com o interesse público, que prevalecerá sempre sobre o interesse privado;

X - zelar incondicionalmente pela coisa pública;

XI - declarar-se suspeito ou impedido na forma da lei processual, sob as penalidades de lei, pela omissão verificada;

XII - não perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas;

XIII - informar, na forma da Lei Federal nº 8730/93, sua situação patrimonial, além da Declaração de Bens e Rendas.

Art. 133. É vedado aos Conselheiros:

I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista;

II - exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração;

III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos deliberativos, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

V - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

VI - exercer a advocacia no Tribunal, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;

VII - valer-se, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada, ainda que após seu desligamento do cargo;

VIII - utilizar para fins privados servidores, bens ou serviços exclusivos da administração pública;

IX - discriminar subordinado e jurisdicionado por motivo político, ideológico ou partidário, de gênero, origem, étnica, idade ou portador de necessidades especiais;

X - descurar-se do interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis do País;

XI - manifestar convicções políticas e partidárias em relação a indivíduos, grupos ou organizações;

XII - aceitar participar de conselhos ou comissões de órgãos ou entidades jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas;

XIII - manifestar-se previamente sobre matéria sujeita à sua decisão ou de cujo processo decisório venha a participar;

XIV - aceitar participar de Conselhos, Comissões de entidades privadas que tenham por finalidade fins lucrativos ou exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, sem remuneração;

XV - participar, a qualquer título, de organizações do terceiro setor;

XVI - dedicar-se à atividade político-partidária, incluindo qualquer ato, manifestação individual ou coletiva, e aparição pública de conotação partidária ou eleitoral.

Art. 134. É vedado ao Membro do Tribunal de Contas exercer suas funções nos processos de qualquer natureza que envolva:

I - sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado do qual o estado mantenha o controle acionário, concessionária de serviço público, fundações e autarquias de que tenha sido dirigente, cotista ou empregado;

II - município em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, exerça o mandato eletivo;

III - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual ou municipal, em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seja dirigente;

IV - gestor, responsável, denunciante, denunciado, interessado ou advogado que seja seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

§ 1º O Conselheiro impedido não poderá relatar nem votar no julgamento do processo, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 2º O impedimento poderá ser suscitado por qualquer Conselheiro, Auditor, quando em substituição, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, responsável ou interessado no processo.

Art. 135. Não podem ocupar, simultaneamente, cargos de Conselheiro, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau.

Parágrafo único. A incompatibilidade decorrente da restrição imposta no *caput* deste artigo resolve-se:

I - antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço, se nomeados na mesma data;

II - depois da posse, contra o que lhe deu causa;

III - se ambos imputável, contra o que tiver menos tempo de exercício no Tribunal.

Capítulo VII

Dos Auditores

Art. 136. Os Auditores, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que satisfaçam os requisitos para o cargo de Conselheiro, após aprovação em concurso público, em que será exigido nível superior com pertinência temática às funções do Tribunal de Contas.

Art. 137. Os Auditores, mediante convocação prévia, substituirão os Conselheiros em seus impedimentos e ausências por motivo de licenças, férias, vacância do cargo ou outro afastamento legal.

§ 1º A vinculação dos Auditores aos respectivos titulares será tratada em Regimento Interno.

§ 2º Os Auditores ficarão vinculados aos processos conclusos que lhes forem distribuídos para relatar, mesmo depois de cessada a substituição.

§ 3º Os Auditores serão também convocados para substituir os Conselheiros, para efeito de quórum, inclusive durante as sessões, em razão de ausências declaradas ou impedimentos.

Art. 138. Os Auditores terão, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, os de Juiz de Direito de última entrância.

Art. 139. O Auditor, quando não convocado para substituir Conselheiro, presidirá a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, nos termos do Regimento Interno, relatando-os em Plenário com proposta de decisão a ser votada pelos integrantes do Plenário.

Art. 140. Aos Auditores aplicam-se as mesmas incompatibilidades, deveres, vedações e causas de impedimento e suspeição a que se submetem os Conselheiros.

Capítulo VIII

Das Disposições Comuns aos Conselheiros e Auditores

Art. 141. Os Conselheiros e Auditores poderão funcionar como juízo singular, naquelas matérias definidas em Regimento Interno, ressalvados os casos em que, por disposição legal ou constitucional, imponha-se a manifestação do Tribunal como órgão colegiado.

Art. 142. O Conselheiro e o Auditor, depois de empossados, somente perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Art. 143. Aos Conselheiros e Auditores aplicam-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, inclusive, no que diz respeito a direitos, vedações, impedimentos e obrigações.

Capítulo IX

Do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Art. 144. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao qual se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, é integrado por onze procuradores, sendo chefiado pelo Procurador-Geral escolhido pelo Governador do Estado em lista tríplice formada por seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução pelo mesmo processo.

§ 1º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, dentre bacharéis de direito, que possuam, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica regularmente comprovada, observada nas nomeações a ordem de classificação.

§ 2º Após a posse, será de 2 (dois) de efetivo exercício no cargo, o período do estágio probatório.

Art. 145. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução além de outras estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal de Contas, as seguintes atribuições:

I - promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário;

II - comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, exceto os relativos à matéria administrativa do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação por escrito nos processos de consulta, prestação e tomada de contas, nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias,

reformas e pensões, bem como nas denúncias e representações;

III - é obrigatória a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas em todos os recursos e pedidos de rescisão, bem como, nos incidentes de uniformização de jurisprudência, reconhecimento de inconstitucionalidade e na formação de prejudgados e entendimentos sumulados;

IV - velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

V - elaborar seu Regimento Interno, observadas as especificidades de suas competências, encaminhando-o ao Presidente do Tribunal para avaliação e publicação.

Art. 146. Compete ao Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas:

I - chefiar o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

II - delegar atribuições a membro do quadro de Procuradores, e aos servidores integrantes do serviço administrativo do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

III - solicitar nova audiência ao Ministério Público dos processos submetidos a julgamento em cuja fase de discussão se fizer necessária à complementação ou retificação do parecer ministerial, nos termos desta lei;

IV - propor ao Presidente medidas administrativas de interesse do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

V - expedir instruções e atos disciplinando as atividades administrativas dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dos servidores lotados na respectiva unidade, conforme artigo 147, desta lei;

VI - solicitar diárias, e encaminhar os pedidos de licença, férias, ou autorização para afastamento de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e de servidores lotados na respectiva unidade;

VII - encaminhar ao Presidente a lista sêxtupla, de que trata o parágrafo 4º do artigo 130 desta lei;

VIII - interpor os recursos permitidos em lei;

IX - requerer a rescisão de julgados.

Parágrafo único. Em caso de vacância, impedimentos ou ausência por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, o Procurador-Geral será substituído pelo Procurador que designar para a função de Sub-Procurador-Geral, e, na ausência deste, pelo Procurador mais antigo em exercício, sendo assegurado, nestas substituições, os vencimentos do cargo exercido.

Art. 147. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná contará com apoio admi-

nistrativo e de pessoal do quadro próprio do Tribunal de Contas, através de ato próprio do Presidente do Tribunal.

Art. 148. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas aplicam-se o artigo 130 da Constituição da República e, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo-lhes vedado atribuições de representação judicial.

§ 1º Aplicam-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas as vedações contidas no artigo 134 desta lei.

§ 2º Ao Procurador-Geral terá o mesmo vencimento de Conselheiro.

Capítulo X

Do Corpo Instrutivo

Seção I

Das Atribuições

Art. 149. Ao Corpo Instrutivo é atribuído o exercício das atividades operacionais necessárias ao desempenho da função institucional do Tribunal de Contas, na forma do estabelecido no Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá os segmentos administrativos que comporão a estrutura organizacional de que trata este artigo.

Seção II

Do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

Art. 150. Os cargos do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, nos termos do Anexo I, desta lei, são de provimento efetivo, cuja investidura depende de aprovação prévia em concurso público, observados os requisitos de escolaridade e demais exigências legais.

Art. 151. A progressão funcional se dará mediante avaliação de desempenho, observados os critérios a serem estabelecidos em Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aplicando-se subsidiariamente as normas pertinentes estabelecidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 152. Ao servidor do Tribunal de Contas é vedada a prestação de serviços particulares de consultoria ou assessoria a órgãos ou entidades sujeitos à sua jurisdição, bem como promover, ainda que indiretamente, a defesa dos administradores e responsáveis referidos no artigo 4º, desta lei.

Art. 153. Os servidores do Tribunal de Contas poderão ser cedidos a Poderes, Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta da União, Estado ou do Município, por ato da Presidência e respeitada a legislação vigente, na forma prevista no Regimento Interno.

Parágrafo único. Os servidores do Tribunal cedidos na forma disciplinada no *caput* deste artigo, quando do seu retorno, ficam impedidos de atuar em processos oriundos dos Poderes, Órgãos e Unidades da Administração Estadual ou Municipal para os quais prestaram serviço, referentes ao período da gestão em que ocorreu a cessão.

Art. 154. Ao servidor, no exercício de suas atividades fiscalizatórias, são asseguradas as seguintes prerrogativas:

I - livre ingresso em órgãos e entidades, incluindo o acesso a todos os documentos e informações necessários à realização do seu trabalho; e

II - competência para requerer, nos termos do Regimento Interno, aos responsáveis pelos órgãos e entidades objetos de inspeções, auditorias e diligências, as informações e documentos necessários para a instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado por sua chefia imediata.

Capítulo XI

Controle Interno do Tribunal de Contas

Art. 155. O Tribunal de Contas manterá Sistema de Controle Interno com a finalidade de:

I - acompanhar e avaliar o cumprimento da programação das atividades das atividades e projetos;

II - apreciar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial quanto à legitimidade, à legalidade, à eficiência e à eficácia;

III - subsidiar a elaboração de relatórios gerais e informativos previstos nesta lei, inclusive para serem encaminhados ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 156. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, à Presidência e à Corregedoria Geral sob pena de responsabilidade solidária, indicando as medidas administrativas necessárias para a correção da falha ou ilícitos encontrados.

Capítulo XII

Da Comissão de Ética e Disciplinar

Art. 157. A Comissão Disciplinar, destinada ao recebimento e instauração de processo administrativo contra os Membros do Tribunal de Contas, será composta pelo Vice-Presidente, pelo Conselheiro mais antigo e pelo Corregedor-Geral, que a presidirá.

Parágrafo Único. O Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado tratará da forma de funcionamento e competências da Comissão de Ética e Disciplinar.

Art. 158. A violação das normas estipuladas no Código de Ética Disciplinar acarretará, conforme sua gravidade as seguintes sanções:

I - recomendação;

II - advertência confidencial em aviso reservado;

III - censura ética em publicação oficial.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo deverão ser anotadas na ficha funcional, sem qualquer outra formalidade.

§ 2º É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio interessado ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo.

TÍTULO IV

FISCALIZAÇÃO A SER EXERCIDA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Art. 159. Ao Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, compete:

I - realizar por iniciativa da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, e nas entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público;

II - prestar, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa ou por suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

III - emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela comissão técnica ou de inquérito;

IV - auditar, por solicitação da Assembléia Legislativa, de comissão, a que se refere o inciso IV, do artigo 76, da Constituição Estadual, projetos e programas autorizados na Lei Orçamentária Anual do Estado, avaliando os seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade;

V - comunicar, no prazo de (30) trinta dias, à Assembléia Legislativa as impugnações de atos e despesas, propostas pelas Inspetorias do Tribunal, expondo os motivos e fundamentos legais, após o julgamento pelo órgão colegiado, exceto em caso de requerimento expresso da Assembléia Legislativa, relativo a fato específico.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas dará prioridade, na forma estabelecida no Regimento Interno, à matéria de que trata este artigo.

Art. 160. Os trabalhos de auditoria e inspeção, de natureza operacional, independentemente de eventuais responsabilizações, após a aprovação do respectivo relatório pelo órgão colegiado, decorrido os prazos recursais, serão encaminhados à Assembléia Legislativa, para subsidiar as suas atividades de controle do Poder Público, nos termos previstos em Regimento Interno.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 161. Os Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas têm prazo de (30) trinta dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por igual período, mediante solicitação escrita, para posse e exercício no cargo.

Art. 162. Os mandatos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral deste Tribunal, a partir da eleição de dezembro de 2006, cuja posse ocorrerá em 2007, serão bienais.

Parágrafo único. A vedação de reeleição de que trata o artigo 122, não se aplica aos eleitos em dezembro de 2005, cuja posse ocorrerá em 2006.

Art. 163. As atas das sessões e demais decisões do Tribunal serão publicadas na íntegra, no órgão de divulgação oficial do Tribunal e, subsidiariamente, no site do Tribunal na internet.

Art. 164. Os atos oficiais do Tribunal de Contas serão publicados gratuitamente no periódico próprio instituído pela Lei Estadual nº 14704, de 01 de junho de 2005.

Art. 165. O Regimento Interno do Tribunal somente poderá ser aprovado e alterado pelo voto de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, vedada neste caso a substituição.

Art. 166. O Tribunal de Contas poderá firmar Acordos de Cooperação com outros Tribunais, organismos nacionais e internacionais e demais entidades cujos fins sejam correlatos.

Art. 167. Ficam mantidas as disposições provisórias que não conflitem com a presente lei, nos termos previstos em Regimento Interno.

Art. 168. O Tribunal enviará nos prazos previstos em legislação específica, no Regimento Interno e em Resoluções, ao Tribunal Regional Eleitoral, a lista contendo o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares, em decisão transitada em julgado, para fins de declaração de inelegibilidade.

Art. 169. Os prazos previstos nesta lei aplicam-se aos processos protocolados no Tribunal a partir da data da vigência desta lei.

Art. 170. O Conselho Superior será extinto na data de instalação das Câmaras.

Parágrafo único. Na mesma data, fica transformado o cargo de Assessor Jurídico do Conselho Superior, símbolo DAS-3 em Secretário de Câmara, símbolo DAS-3 e extintos os cargos de Secretário de Sessão, DAS-5 e Assessor Técnico do Conselho Superior, símbolo 1-C, e criado um cargo de Secretário de Câmara, símbolo DAS-3.

Art. 171. Ficam extintos os cargos de Consultor Técnico e de Consultor Jurídico.

§ 1º Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* integrarão quadro em extinção.

§ 2º Ficam criados 1 (um) cargo de Assessor de Engenharia Ambiental - AE, 2 (dois) de Analista de Sistemas - AS e 02 (dois) de Programador Analista - PA, que serão providos quando extinguidas as vagas a que se referem o parágrafo anterior, na medida das disponibilidades orçamentárias e na mesma proporção financeira.

§ 3º A progressão na carreira de Assessor de Engenharia Ambiental - AE dar-se-á do nível AE 01 ao nível G 11.

Art. 172. Ficam criados 20 (vinte) cargos de Técnico de Controle Contábil - TCC e 6 (seis) cargos de Assessor Jurídico - AJ.

Art. 173. Ficam criadas as Coordenadorias de Planejamento e a Coordenadoria de Auditoria em Operações de Créditos Internacionais do Tribunal de Contas, nos termos desta lei e do Regimento Interno, atribuindo aos cargos de Coordenadores, símbolo DAS-3.

Art. 174. O Tribunal aprovará em 90 (noventa) dias, da data da vigência desta lei, o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Caso não aprovado no prazo acima fixado, os dispositivos desta lei tornam-se auto-aplicáveis, cabendo à Presidência a regulamentação devida, por ato próprio.

Art. 175. Ficam mantidas as disposições normativas que não conflitem com a presente lei.

Art. 176. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 5615, de 11 de agosto de 1967, a Lei nº 6473 de 31 de outubro de 1973, Lei nº 13983, de 30 de dezembro de 2002, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 2005.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | |
|---|--|---------|---|--|---------|
| CARGOS EM COMISSÃO | | | CARGOS EM COMISSÃO | | |
| Grupo Ocupacional I: Direção e Assessoramento | | | Grupo Ocupacional I: Direção e Assessoramento | | |
| Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Símbolo | Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Símbolo |
| 1 | Diretor-Geral | DAS-1 | 1 | Diretor-Geral | DAS-1 |
| 1 | Coordenador-Geral | DAS-1 | 1 | Coordenador-Geral | DAS-1 |
| 10 | Diretor | DAS-2 | 10 | Diretor | DAS-2 |
| 6 | Inspetor de Controle | DAS-2 | 6 | Inspetor de Controle | DAS-2 |
| 7 | Diretor de Gabinete de Conselheiro | DAS-2 | 7 | Diretor de Gabinete de Conselheiro | DAS-2 |
| 7 | Assessor Técnico de Conselheiro | DAS-2 | 7 | Assessor Técnico de Conselheiro | DAS-2 |
| 6 | Assessor de Planejamento de Inspeção | DAS-2 | 6 | Assessor de Planejamento de Inspeção | DAS-2 |
| 1 | Diretor de Gabinete da Presidência | DAS-2 | 1 | Diretor de Gabinete da Presidência | DAS-2 |
| 1 | Assessor Técnico da Presidência | DAS-2 | 1 | Assessor Técnico da Presidência | DAS-2 |
| 1 | Secretário Especial da Presidência | DAS-2 | 1 | Secretário Especial da Presidência | DAS-2 |
| 1 | Assessor de Planejamento Presidência | DAS-2 | 1 | Assessor de Planejamento da Presidência | DAS-2 |
| 1 | Assessor Parlamentar | DAS-2 | 1 | Assessor Parlamentar | DAS-2 |
| 1 | Assessor Técnico da Diretoria Geral | DAS-2 | 1 | Assessor Técnico da Diretoria Geral | DAS-2 |
| 1 | Assessor de Planejamento da IGC | DAS-2 | 1 | Assessor de Planejamento da IGC | DAS-2 |
| 1 | Assistente Administrativo da Presidência | DAS-2 | 1 | Assistente Administrativo da Presidência | DAS-2 |
| 1 | Assessor Administrativo da Presidência | DAS-2 | 1 | Assessor Administrativo da Presidência | DAS-2 |
| 4 | Coordenador | DAS-3 | 6 | Coordenador | DAS-3 |
| 1 | Assessor de Planejamento da Diret. Geral | DAS-3 | 1 | Assessor de Planejamento da Diret. Geral | DAS-3 |
| 1 | Assessor Jurídico da Presidência | DAS-3 | 1 | Assessor Jurídico da Presidência | DAS-3 |
| 4 | Assessor Jurídico | DAS-3 | 4 | Assessor Jurídico | DAS-3 |
| 7 | Assessor Administrativo de Conselheiro | DAS-3 | 7 | Assessor Administrativo de Conselheiro | DAS-3 |
| 1 | Assessor Jurídico Corregedoria-Geral | DAS-3 | 1 | Assessor Jurídico Corregedoria-Geral | DAS-3 |
| 1 | Assessor Jurídico do Conselho Superior | DAS-3 | | | |
| 2 | Assessor Admin. da Procuradoria Geral | DAS-3 | 2 | Assessor Admin. da Procuradoria Geral | DAS-3 |
| | | | 2 | Secretário de Câmara | DAS-3 |
| 1 | Assessor Técnico da Coordenadoria Geral | DAS-4 | 1 | Assessor Técnico da Coordenadoria Geral | DAS-4 |
| 7 | Assistente Técnico de Conselheiro | DAS-4 | 7 | Assistente Técnico de Conselheiro | DAS-4 |
| 1 | Secretário de Sessão | DAS-5 | | | |
| 1 | Assessor de Gabinete da Auditoria | DAS-5 | 1 | Assessor de Gabinete da Auditoria | DAS-5 |
| 1 | Assessor de Gabinete da Procuradoria | DAS-5 | 1 | Assessor de Gabinete da Procuradoria | DAS-5 |
| 7 | Oficial de Gabinete de Conselheiro | 1-C | 7 | Oficial de Gabinete de Conselheiro | 1-C |

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | |
|----------------|---|-----|-------------------|---|-----|
| 7 | Auxiliar de Controle Externo | 1-C | 7 | Auxiliar de Controle Externo | 1-C |
| 1 | Assessor Técnico da Diretoria Geral | 1-C | 1 | Assessor Técnico da Diretoria Geral | 1-C |
| 1 | Chefe de Gabinete da Diretoria Geral | 1-C | 1 | Chefe de Gabinete da Diretoria Geral | 1-C |
| 6 | Oficial de Gabinete da Presidência | 1-C | 6 | Oficial de Gabinete da Presidência | 1-C |
| 1 | Assessor de Gab. da Corregedoria-Geral | 1-C | 1 | Assessor de Gab. da Corregedoria-Geral | 1-C |
| 1 | Oficial de Gab. da Corregedoria-Geral | 1-C | 1 | Oficial de Gab. da Corregedoria-Geral | 1-C |
| 1 | Assessor Técnico do Conselho Superior | 1-C | | | |
| 1 | Chefe de Gabinete da Procuradoria | 1-C | 1 | Chefe de Gabinete da Procuradoria | 1-C |
| 1 | Chefe de Gabinete da Auditoria | 1-C | 1 | Chefe de Gabinete da Auditoria | 1-C |
| 7 | Assistente Técnico de ICE | 2-C | 7 | Assistente Técnico de ICE | 2-C |
| 7 | Auxiliar de Gabinete de Conselheiro | 2-C | 7 | Auxiliar de Gabinete de Conselheiro | 2-C |
| 6 | Auxiliar de Inspeção de Controle | 2-C | 6 | Auxiliar de Inspeção de Controle | 2-C |
| 2 | Oficial de Gabinete da Diretoria Geral | 2-C | 2 | Oficial de Gabinete da Diretoria Geral | 2-C |
| 1 | Auxiliar de Gabinete da Presidência | 2-C | 1 | Auxiliar de Gabinete da Presidência | 2-C |
| 1 | Auxiliar de Diretoria | 2-C | 1 | Auxiliar de Diretoria | 2-C |
| 1 | Auxiliar de Gabinete da Auditoria | 2-C | 1 | Auxiliar de Gabinete da Auditoria | 2-C |
| 1 | Auxiliar de Gabinete da Procuradoria | 2-C | 1 | Auxiliar de Gabinete da Procuradoria | 2-C |
| 7 | Auxiliar Técnico de Conselheiro | 3-C | 7 | Auxiliar Técnico de Conselheiro | 3-C |
| 1 | Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral | 3-C | 1 | Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral | 3-C |

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | |
|---|-----------------------|---------|---|-----------------------|---------|
| CARGOS EFETIVOS | | | CARGOS EFETIVOS | | |
| Grupo Ocupacional II: Atividades de Consultoria e Assessoramento Especial | | | Grupo Ocupacional II: Atividades de Consultoria e Assessoramento Especial | | |
| Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Símbolo | Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Símbolo |
| 10 | Consultor Jurídico | | 8 | Consultor Jurídico | |
| 37 | Consultor Técnico | CT-1 | 30 | Consultor Técnico | CT-1 |

| Grupo Ocupacional III: Atividades e Assessoramento de Nível Superior | | | Grupo Ocupacional III: Atividades e Assessoramento de Nível Superior | | |
|--|------------------------------|-------------------|--|------------------------------|-------------------|
| Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. | Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. |
| 108 | Técnico de Controle Contábil | TCC-E01 a TCC-G11 | 128 | Técnico de Controle Contábil | TCC-E01 a TCC-G11 |

| | | | | | |
|----|------------------------------------|-------------------|----|------------------------------------|-------------------|
| 48 | Técnico de Controle Econômico | TCE-E01 a TCE-G11 | 48 | Técnico de Controle Econômico | TCE-E01 a TCE-G11 |
| 37 | Técnico de Controle Administrativo | TCA-E01 a TCA-G11 | 37 | Técnico de Controle Administrativo | TCA-E01 a TCA-G11 |
| 2 | Técnico de Controle Atuarial | TCA-E01 a TCA-G11 | 2 | Técnico de Controle Atuarial | TCA-E01 a TCA-G11 |
| 73 | Assessor Jurídico | AJ-E1 a AJ-G11 | 79 | Assessor Jurídico | AJ-E1 a AJ-G11 |
| 24 | Assessor de Engenharia | AE-E01 a AE-G11 | 24 | Assessor de Engenharia | AE-E01 a AE-G11 |
| 22 | Analista de Sistemas | AS-E01 a AS-G11 | 22 | Analista de Sistemas | AS-E01 a AS-G11 |

| Grupo Ocupacional IV: Atividades Diversas de Nível Superior | | | Grupo Ocupacional IV: Atividades Diversas de Nível Superior | | |
|---|-------------------------|-------------------|---|-------------------------|-------------------|
| Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. | Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. |
| 2 | Assessor de Comunicação | AC-D01a AC-F10 | 2 | Assessor de Comunicação | AC-D01a AC-F10 |
| 3 | Assistente Social | ASO-D01 a ASO-F10 | 3 | Assistente Social | ASO-D01 a ASO-F10 |
| 14 | Revisor Assistente | RA-D01 a RA-F10 | 14 | Revisor Assistente | RA-D01 a RA-F10 |
| 4 | Bibliotecário | BB-D01 a BB-F10 | 4 | Bibliotecário | BB-D01 a BB-F10 |
| 3 | Médico | MD-D01 a MD-F10 | 3 | Médico | MD-D01 a MD-F10 |
| 3 | Odontólogo | OD-D01 a OD-F10 | 3 | Odontólogo | OD-D01 a OD-F10 |
| 4 | Psicólogo | PS-D01 a PS-F10 | 4 | Psicólogo | PS-D01 a PS-F10 |

| Grupo Ocupacional V: Atividades de Apoio Técnico, Administrativo e de Controle - Escolaridade: 2º grau | | | Grupo Ocupacional V: Atividades de Apoio Técnico, Administrativo e de Controle - Escolaridade: 2º grau | | |
|--|-----------------------|-----------------|--|-----------------------|-----------------|
| Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. | Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. |
| 6 | Taquígrafo* | TQ-D01 a TQ-F5 | 6 | Taquígrafo* | TQ-D01 a TQ-F5 |
| 14 | Programador Analista | PA-C01 a PA-E11 | 14 | Programador Analista | PA-C01 a PA-E11 |
| 97 | Oficial de Controle | OC-B01 a OC-D09 | 97 | Oficial de Controle | OC-B01 a OC-D09 |
| 7 | Datilógrafo* | DT-A05 a DT-C10 | 7 | Datilógrafo* | DT-A05 a DT-C10 |

* Cargos que se extinguem ao vagarem

| Grupo Ocupacional VI: Atividades de Apoio Administrativo | | | Grupo Ocupacional VI: Atividades de Apoio Administrativo | | |
|--|--------------------------|-----------------|--|--------------------------|-----------------|
| Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. | Nº de Cargos | Categorias Funcionais | Cód./Nível/Ref. |
| 1 | Auxiliar de Controle* | AC-A09 a AC-D02 | 1 | Auxiliar de Controle* | AC-A09 a AC-D02 |
| 3 | Auxiliar Administrativo* | AD-A01 a AD-C06 | 3 | Auxiliar Administrativo* | AD-A01 a AD-C06 |
| 13 | Motorista | MT-A09 a MT-C01 | 13 | Motorista | MT-A09 a MT-C01 |

* Cargos que se extinguem ao vagarem

OFÍCIO Nº 983/2005

Curitiba, 27 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei que institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná, acompanhado da respectiva justificativa, que altera a Lei nº 5615, de 11 de agosto de 1967.

Certo de que a proposta merecerá de V. Exa. e eminentes Parlamentares que honram essa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) HEINZ GEORG HERWIG

Presidente do Tribunal de Contas do
Estado do Paraná

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o incluso projeto de lei, que institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná.

A atual Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, requer algumas alterações para adaptar-se à ordem jurídica vigente, profundamente modificada nos últimos anos, não só pelas reformas patrocinadas pelo Governo Federal através das Emendas Constitucionais 19, 20 e 41, como também pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Referidas mudanças estão a exigir uma nova postura dos Tribunais de Contas, uma vez que os órgãos responsáveis pelo controle externo receberam novas e importantes atribuições sem o necessário incremento nas áreas operacionais e de recursos humanos.

O projeto de lei contém modificações substanciais em relação à Lei nº 5.615/67, das quais destacam-se:

- dá prioridade à comunicação das impugnações de atos e despesas à Assembléia Legislativa, bem como ao encaminhamento dos processos formalizados por solicitação desse Poder Legislativo, criando seção específica para o disciplinamento da matéria;

- preenche lacunas de ordem processual quando conceitua e define as hipóteses de cabimento dos instrumentos indispensáveis à instauração do contraditório nos processos instruídos nesta Corte de Contas e quando estabelece prazos ao Relator e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

- determina a divisão do Tribunal de duas Câmaras deliberativas, o que ampliou o leque de recursos a serem interpostos contra as decisões proferidas pela Corte;

- inova com a criação da Comissão de Ética, definindo as sanções a serem aplicadas na hipótese de violação do Código de Ética Disciplinar;

- inclui uma seção específica, dentro do capítulo que trata da fiscalização a cargo do Tribunal de Contas, para disciplinar a fiscalização da gestão fiscal, em cumprimento às normas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

- a seção que trata da fiscalização de atos e contratos recebeu um novo ordenamento, para facilitar a aplicação da lei, distinguindo-se com clareza os limites de atuação do Tribunal de Contas;

- cria uma seção para disciplinar a instrução e as decisões do Tribunal de Contas, matéria não contemplada na atual Lei Orgânica do Tribunal;

- de acordo com o projeto de lei as denúncias e representações encaminhadas ao Tribunal tramitarão em caráter de urgência, sendo estabelecidos prazos para instrução e inclusão em pauta e julgamento;

- com o objetivo de evitar o engessamento da gestão de órgãos cujos dirigentes detêm mandato de um ano em face às proibições de aumento de despesa nos últimos seis meses do respectivo mandato, impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei altera o mandato do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal de Contas, de um ano para dois anos, vedando a reeleição;

- o Projeto de nova Lei Orgânica encampou o anterior anteprojeto de lei de multas, anteriormente enviado ao Poder Legislativo, tendo por finalidade emprestar sustentação legal à penalização decorrente da constatação de irregularidades levantadas pelo Tribunal de Contas, tanto na apreciação e julgamento das contas dos administradores, quanto das fiscalizações produzidas por intermédio de auditorias, inspeções ou quaisquer outros atos de controle externo que visem a defesa do erário.

- Finalmente, presta-se o instrumento legal a conceder celeridade às sanções corretivas deste Tribunal, acarretando, ato contínuo e pelo efeito disciplinador, a ação didática indicada pela premissa de que é mais fácil e econômico prevenir do que remediar, reduzindo a adoção de ações corretivas e maximizando as ações preventivas, dentro do processo educacional próprio dos órgãos públicos de fiscalização.

Com estes esclarecimentos, submeto, respeitosa-mente, à aprovação de V. Exa. o presente projeto de lei.

Curitiba, 27.06.2005.

(a) HEINZ GEORG HERWIG

PREVISÃO DO IMPACTO FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da implantação do presente anteprojeto de lei, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Tribunal de Contas, promovendo a extinção do Conselho Superior e a criação de duas novas Câmaras e dá outras providências, fica demonstrado conforme segue.

O limite fixado para despesa de pessoal, estabelecido no artigo 20, inciso II, letra "a", da referida Lei Complementar, é de 3% para Poder Legislativo, sendo 1,36% destinado ao Tribunal de Contas.

Tal limite, após a implantação pretendida, não será desrespeitado, visto que, se considerada a Receita Corrente Líquida para o exercício de 2005 em igual valor a realizada nos últimos doze meses, demonstra a necessária adequação ao cálculo do referido percentual e a dotação orçamentária deste Tribunal.

| | |
|--|------------------|
| RECEITA LÍQUIDA* - LIMITE ORÇAMENTÁRIO - DESP. TOTAL 1,90% | 6.311.721.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** LIMITE LRF - DESP. PESSOAL - 1,36% | 9.580.920.000,00 |
| * Previsão para o exercício de 2005 ** Realizado até maio de 2005 | |

| | |
|-----------------------------------|----------------|
| LIMITE LRF | |
| LIMITE LEGAL - 1,36% RCL | 130.300.512,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL 95% - 1,29% RCL | 123.785.486,40 |
| LIMITE 1º ALERTA 90% - 1,22% RCL | 117.270.460,80 |
| LIMITE ORÇAMENTÁRIO | |
| 1,90% RL | 119.922.699,00 |

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições legais que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2005 e no Plano Plurianual 2004/2007 e que as medidas compensatórias adotadas atendem ao disposto no artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como que os limites impostos no seu artigo 55, inciso I, alínea "a", estão sendo respeitados, conforme demonstrado através da previsão de impacto financeiro.

Curitiba, 27 de junho de 2005.

(a) HEINZ GEORG HERWIG
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 419/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que na ocasião apresenta sua Lei Orgânica, disciplinando a ordem interna e modo de atuação do próprio Tribunal. Haja vista que a lei que disciplinava esse Tribunal era datada de 1967, sob o nº 5615, e que a legislação correlata desde essa data sofreu inúmeras alterações, bem como emendas à Constituição Federal, adaptando-se à nova ordem jurídica vigente.

Legitimidade

A Constituição Estadual assim assegura:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e

ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 101 desta Constituição.

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciais; (grifos nossos)

Assim, não há óbice algum quanto à iniciativa da propositura do presente projeto, visto que a autorização para a organização própria, por Lei Orgânica, é legítima do Tribunal de Contas, interpretando-se a Constituição Estadual nos artigos supracitados.

Fundamentação

O presente projeto apresenta-se em desconformidade com algumas proposições, sofrendo por isso algumas alterações mediante emendas, conforme autorizado nos artigos 136 e 137 do Regimento Interno desta Casa, para que se revista de uma maior clareza, conforme a Lei Complementar 95/98, e para que se faça com que a atuação do Tribunal de Contas seja aquela pretendida pelo Estado.

Ainda vale dizer, algumas alterações ou supressões de incisos foram feitas em razão da falta de correspondência com a indicação legal, qual seja, faziam menção ou fundamentavam-se em incisos ou parágrafos inexistentes.

Ainda, esta comissão acatou algumas emendas, perfazendo-se o substitutivo geral que segue anexo.

Conclusão

O presente projeto apresenta diversas obscuridades ou contradições, que, na medida do possível foram alteradas ou excluídas a fim de saná-las. Por isso, apresentamos o substitutivo geral que segue anexo, para que haja conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Assim, o projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à iniciativa legislativa, fundamentos jurídicos e Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/2000, e encontrou-se em sintonia com a técnica legislativa.

Portanto, em nosso parecer opinamos pela regular tramitação do projeto, na forma do substitutivo geral em anexo, em virtude de sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 419/2005

De acordo com o que determina o artigo 136 e seguintes do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, passará o Projeto de Lei nº 419/2005 como Lei Complementar, a contar com a seguinte redação:

SÚMULA:

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

TÍTULO I

NATUREZA, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

Capítulo I

Natureza e Competência

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos prefeitos municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei;

II - julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal;

III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

IV - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

V - realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, fiscal e ambiental, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso III;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os repasses para entidades privadas de caráter assistencial, que exerçam atividades de relevante interesse público, sem fins lucrativos, assim declaradas em lei, ou que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizarem acordos de Parceria Pública Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público, por contratos de gestão, termos de parceria ou instrumentos congêneres;

VII – homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa;

VIII – prestar, por intermédio do Presidente do Tribunal, as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa e suas respectivas comissões e demais Poderes do Estado, inclusive pelo Procurador Geral de Justiça, na forma de suas leis orgânicas e regimentos, sobre matérias sujeitas ao seu exame e o resultado das auditorias e inspeções que realizar;

IX – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas no artigo 85 e seguintes dessa lei, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei e adotar as medidas cautelares cabíveis;

X – assinar prazo de até (30) trinta dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

XI – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;

XII – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades inclusive as de Secretário de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente;

XIII – decidir sobre a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receita, no julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete;

XIV – decidir a respeito, se a Assembleia Legislativa, as Câmaras Municipais ou os Poderes estaduais ou municipais, inclusive o Ministério Público, no prazo de 90 (noventa) dias, não efetivarem as medidas previstas no parágrafo 2º, do artigo 75, da Constituição Estadual;

XV – decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato e sobre representações feitas pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público;

XVI – julgar recursos interpostos contra as suas decisões;

XVII – decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida sus-

citada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida nesta lei;

XVIII – emitir parecer conclusivo, no prazo de (30) trinta dias, por solicitação de comissão técnica ou de inquérito da Assembleia Legislativa, devidamente constituída, em obediência ao disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 76, da Constituição Estadual;

XIX – emitir parecer prévio sobre a proposta orçamentária, por solicitação da Assembleia Legislativa, nos termos do parágrafo 8º, do artigo 134, da Constituição Estadual;

XX – prestar contas, anualmente à Assembleia Legislativa, da sua execução orçamentária, na forma do artigo 77 parágrafo 6º da Constituição Estadual;

XXI – determinar a baixa de responsabilidade nos casos previstos nesta lei e no Regimento Interno;

XXII – solicitar ao Poder Executivo a intervenção nos municípios, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Estadual;

XXIII – oficial ao chefe de Poder e representar ao Ministério Público, no curso de qualquer atividade fiscalizatória, para fins de afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causando novos danos ao erário ou inviabilizando o seu ressarcimento;

XXIV – comunicar à Assembleia Legislativa as impugnações de atos e despesas, propostas pelas Inspetorias de Controle Externo do Tribunal, após o julgamento pelo órgão colegiado, expondo os motivos e fundamentos legais, para subsidiar procedimentos de investigação e/ou comissões de inquérito;

XXV – deverá comunicar e enviar cópia, no estágio em que se encontrarem, à Câmara Municipal, ao Prefeito e ex-Prefeito, dos processos de análises de contas e das inspeções e auditorias, realizadas nos respectivos municípios, bem como das impugnações de atos e despesas em até 6 meses após o encerramento do exercício financeiro a que se referem para subsidiar procedimentos de investigação e/ou comissões de inquérito;

XXVI – apreciar, em grau de recurso, as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário;

XXVII – o Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, e desse todos os Parlamentares terão conhecimento;

XXVIII – emitir parecer sobre a execução orçamentária dos demais Poderes por solicitação de Comissão Técnica ou da Assembleia Legislativa

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

I – elaborar e aprovar o Regimento Interno e normas de procedimento administrativo;

II - eleger, nos termos desta lei, o seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral, e dar-lhes posse;

III - instituir e organizar as suas diretorias e serviços auxiliares e os das unidades que lhes forem vinculadas;

IV - elaborar sua proposta orçamentária, bem como as referentes a créditos adicionais, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a, até 60 dias antes do encerramento da sessão legislativa, diretamente ao Poder Legislativo;

V - propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos;

VI - apreciar e deliberar sobre direitos, vantagens e afastamentos dos Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e demais integrantes do quadro de pessoal;

VII - propor à Assembléia Legislativa a fixação de subsídios dos Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

VIII - prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, os cargos necessários ao quadro de pessoal do Tribunal e os de Auditor e de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, exceto os de confiança assim definidos em lei;

IX - criar e adotar metas, planos, programas, fundos e sistemas compatíveis com a sua autonomia e finalidade;

X - adquirir, alienar bens e contratar obras e serviços, obedecidos os dispositivos da Lei nº 8666/93 bem como da Lei nº 10520/2002;

XI - celebrar termo de cooperação técnica para utilização de cadastro de pessoas físicas e jurídicas com vistas à obtenção de domicílio fiscal atualizado para fins de citação e intimação dos atos de competência do Tribunal;

XII - exercer outras funções e atribuições inerentes à sua autonomia e finalidades.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, ao Tribunal de Contas do Estado, as prerrogativas e competências previstas no artigo 101, da Constituição do Estado do Paraná.

Capítulo II

Da Jurisdição do Tribunal de Contas

Art. 3º A jurisdição do Tribunal abrange:

I - qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso III, do artigo 1º desta lei, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

II - aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

III - os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

IV - os responsáveis pelas contas das empresas estatais ou de cujo capital social o Estado ou o Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos do ato constitutivo;

V - os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam contribuições e prestem serviços de interesse público ou social, bem como, as que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizaram acordos de Parceria Público Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público;

VI - todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos;

VII - os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, que sejam contabilizados pelo Tesouro Estadual ou Municipal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive recursos internacionais;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV, do artigo 5º, da Constituição Federal;

IX - os representantes do Poder Público na Assembléia Geral das empresas estatais, das autarquias e sociedades anônimas de cujo capital o Estado, os Municípios ou o Poder Público participem, solidariamente, com os membros dos Conselhos Fiscais e de Administração, pela prática de atos de gestão ruinosa ou liberalidade à custa das respectivas instituições.

Parágrafo único. Os agentes públicos, mencionados neste artigo, ficam obrigados a franquear o acesso e fornecer informações e elementos indispensáveis ao desempenho da competência do Tribunal.

Capítulo III

Do Controle Interno

Art. 4º Para as finalidades e na forma prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como, para apoio ao controle externo, todos os jurisdicionados deverão, obrigatoriamente, instituir sistemas de controle interno com as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos municípios;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios; e

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 5º No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento

Art. 6º Os responsáveis pelo controle interno, ou na falta destes, os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º Na comunicação ao Tribunal, o dirigente do órgão de controle interno competente indicará as providências adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário; e

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º Verificada em inspeção ou auditoria, ou no julgamento das contas, irregularidade ou ilegalidade que não tenham sido comunicadas tempestivamente ao Tribunal, e provada a omissão, o dirigente do órgão de controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Art. 7º Os gestores emitirão sobre as contas e o parecer do controle interno pronunciamento, expresso e indelegável, nos quais atestarão haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas.

Art. 8º A falta de instituição do sistema de controle interno poderá sujeitar as contas ou o relatório objeto do julgamento à desaprovação ou recomendação de desaprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão injustificada no atendimento ao seu dever legal.

TÍTULO II

DO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 9º No exercício das funções de fiscalização, o Tribunal de Contas, através de inspeções e auditorias, acompanhará a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos, estadual e municipal e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

§ 1º O acompanhamento de que trata este artigo visará à verificação dos atos quanto à legitimidade e economicidade, bem como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade, devendo:

I - verificar e orientar o controle interno;

II - examinar o controle contábil e os registros a ele correspondentes;

III - acompanhar as fases da despesa, inclusive verificando a regularidade dos empenhos, liquidações, contratos e procedimentos licitatórios;

IV - acompanhar a arrecadação da receita, bem como as operações de crédito, a emissão de títulos, além de verificar os depósitos em caução, fiança, ou dos bens dados em garantia;

V - verificar a regularidade da execução da programação financeira;

VI - examinar os créditos adicionais, as despesas de exercícios encerrados e os “Restos a Pagar”;

VII - avaliar os programas governamentais;

VIII - verificar o controle de custos das ações e projetos públicos;

IX - acompanhar a gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

X - todas as demais matérias previstas em lei específica, bem como, o que mais for determinado em Regimento Interno ou Resolução do Tribunal de Contas.

§ 2º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado às inspeções ou auditorias do Tribunal de Contas, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.

§ 3º Em caso de sonegação, será fixado prazo para ser apresentado o processo ou o documento requisitado, ou prestada a informação solicitada, findo o qual serão adotadas as providências necessárias.

Art. 10. O Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e indireta dos Poderes Públicos estaduais ou municipais para instruir os seus procedimentos de acompanhamento e fiscalização, conforme estabelecido em Regimento Interno ou Resolução.

Capítulo II
Da Formalização dos Processos
Seção I
Das Matérias

Art. 11. No exercício do controle externo e interno, serão formalizadas em processos administrativos, além de outras matérias referidas nesta lei e no Regimento Interno as relativas a:

- I - prestação de contas;
- II - tomada de contas;
- III - alerta e notificação;
- IV - admissão de pessoal;
- V - aposentadoria, reforma, reserva, revisão e pensão;
- VI - denúncia e representação;
- VII - impugnações;
- VIII - consulta;
- IX - prejudicado e súmula;
- X - uniformização de jurisprudência;
- XI - incidente de inconstitucionalidade;
- XII - homologação de ICMS;
- XIII - recurso fiscal;
- XIV - sindicância e processo administrativo disciplinar;
- XV - pedido de rescisão;
- XVI - relatório de auditoria;
- XVII - relatório de inspeção;
- XVIII - relatório de adiantamento;
- XIX - atos internos de pessoal;
- XX - proposta de resolução;
- XXI - proposta de regimento;

Parágrafo único. Os recursos, as medidas cautelares e demais incidentes processuais, assim como os processos autônomos acima relacionados, serão regulados pelo Regimento Interno.

Seção II
Da Tomada e Prestação de Contas

Art. 12. Os processos de tomada e prestação de contas abrangem os ordenadores de despesa, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração, nos termos do artigo 3º desta lei, sendo previstos no Regimento Interno os tipos e procedimentos a serem adotados, conforme as regras gerais e princípios ora estabelecidos.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas procederá à apuração, mediante inspeções e exames, quanto à realização das despesas a que se refere o processo de tomada de contas de que trata este artigo, nos termos estabelecidos no Regimento Interno e demais atos normativos deste Tribunal.

Art. 13. Diante da omissão do dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e Municípios na forma prevista

no inciso VI, do artigo 1º, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou anti-econômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Parágrafo único - Não providenciando o disposto no caput, o Tribunal determinará a instauração de tomada de contas de gestão em caráter especial, ordinário ou extraordinário, fixando o prazo para cumprimento dessa decisão, conforme previsto no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

Art. 14. Responderá pelos prejuízos que causar ao erário o ordenador de despesa, o responsável pela guarda de bens e valores públicos ou aquele que autorizar ou der causa direta ou indiretamente ao gasto irregular.

Seção III
Decisões em Processos de Tomada ou Prestação de Contas

Art. 15. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

§ 1º Preliminar é a decisão pela qual o Relator ou órgão colegiado, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve ordenar a citação, intimação ou a manifestação dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias à instrução do processo, observadas as limitações e vedações previstas nesta lei, bem como, as regras de formalização dos atos previstas no Código de Processo Civil, no que couber.

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.

§ 3º Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, nos termos desta lei.

Art. 16. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão; e,

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) infração à norma legal ou regulamentar;

c) dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou ainda, lesivo ao meio ambiente;

d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

e) desvio de finalidade.

§ 1º Nas hipóteses das alíneas *c*, *d* e *e*, do inciso III, deste artigo, o Tribunal de Contas fixará responsabilidade solidária:

a) do agente público que praticou o ato irregular; e,

b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

§ 2º Na hipótese da alínea *e*, do inciso III, deste artigo, a decisão do Tribunal de Contas fixará a responsabilidade solidária do ente público beneficiado com o desvio de finalidade, para fins de ressarcimento e do agente público responsável, e sem prejuízo das demais sanções pessoais deste último.

§ 3º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

§ 4º - verificada as hipóteses do ?1?, o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público Estadual, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

Art. 17. Ao julgar as contas, o Tribunal de Contas decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, definindo conforme o caso, a responsabilidade patrimonial dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Parágrafo único - Quando julgar as contas regulares com ressalva, o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

Art. 18. Quando julgar as contas irregulares, havendo dano, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida, atualizada monetariamente e com os acréscimos legais devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa nos termos da lei, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

Art. 19. O julgamento de irregularidade das contas poderá acarretar Declaração de Inidoneidade nos termos do art. 96 desta lei.

Art. 20. O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o conseqüente arquivamento do processo.

§ 1º As contas serão consideradas ilíquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

§ 2º Dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação da decisão terminativa nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas.

§ 3º Transcorrido o prazo referido no parágrafo anterior sem que tenha havido nova decisão, as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

Seção III

Das Contas Anuais

Subseção I

Das Contas do Governador e dos demais administradores estaduais

Art. 21. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembléia Legislativa, no prazo máximo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

§ 1º As contas abrangerão a totalidade do exercício financeiro, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, sendo que o parecer prévio se restringirá apenas ao Poder Executivo, e as demais contas de gestão objeto de julgamento em separado, em procedimento próprio.

§ 2º As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o parágrafo 6º, do artigo 134, da Constituição Estadual.

§ 3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira Sessão Ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar, durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida nesta lei e demais atos normativos do Tribunal.

§ 4º O acompanhamento compreende, também, a reunião de elementos de informação e prova para a elaboração, no exercício subsequente, na forma da legislação aplicável, do relatório final e parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado prestar anualmente à Assembléia Legislativa, como restar estabelecido em Regimento Interno ou norma regulamentar.

Art. 22. As contas dos demais administradores estaduais deverão ser apresentadas e julgadas conforme previsto no Regimento Interno e demais atos normativos deste Tribunal.

Subseção II

Das Contas dos Prefeitos e dos Administradores Municipais

Art. 23. O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais.

§ 1º O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.

§ 2º Se as contas não forem enviadas na forma e prazo indicados no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas comunicará ao Legislativo Municipal, para os fins de direito, sem prejuízo da instauração do processo de tomada de contas.

§ 3º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas deixará de prevalecer, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, não perdendo a validade de seu teor perante este Tribunal, bem como, não implicará em convalidação ou saneamento das irregularidades apontadas no respectivo opinativo, que serão objeto de julgamento individualizado e apartado da prestação de contas anual, enquanto ato de gestão e de ordenação de despesa.

Subseção III

Das Disposições Comuns

Art. 24. As contas dos administradores e responsáveis referidos na Seção IV, do Capítulo II, do Título II, serão anualmente submetidas ao Tribunal, organizadas de acordo com normas regimentais, resoluções e instruções técnicas.

§1º Devem ser incluídos na prestação de contas todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.

§ 2º O Sistema Estadual de Informação - SEI, obrigatório no âmbito da administração pública estadual, recepcionará e sistematizará, através de meio eletrônico, dados necessários à realização do controle externo de competência do Tribunal de Contas.

§ 3º O Sistema de Informações Municipais - SIM, obrigatório na esfera das administrações públicas municipais, recepcionará e sistematizará, através de meio eletrônico, a coleta e remessa de dados necessários à composição da prestação de contas anual dos agentes públicos municipais.

§ 4º O Sistema Integrado de Transferências Voluntárias Estaduais - Sinte, obrigatório para os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta repassadores de recursos públicos, a título de transferências voluntárias, bem como para as entidades públicas e priva-

das beneficiárias dos recursos, recepcionará e padronizará, através de meio eletrônico os dados necessários à realização do controle externo de competência do Tribunal de Contas.

§ 5º O Tribunal poderá alterar os sistemas informatizados previstos nesta lei ou criar novos sistemas, para o melhor desempenho de suas atribuições.

Art. 25. Os demais gestores e responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, na esfera estadual e municipal, prestarão contas, anualmente, até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao das referidas contas, como previsto nesta lei e no Regimento Interno, além de Resoluções específicas do Tribunal de Contas.

Art. 26. As prestações de contas, bem como, os respectivos pareceres prévios, evidenciarão os principais aspectos da Gestão Fiscal como parte integrante da avaliação anual.

Art. 27. Os pareceres prévios, julgamentos de gestão anual e avaliação da gestão fiscal, bem como, instruções técnicas e opinativos integrantes, serão objeto de ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico, ficando disponíveis para consulta de qualquer interessado, após trânsito em julgado.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas disciplinará em Regimento Interno as versões simplificadas desses instrumentos de transparência da gestão pública.

Art. 28. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididas em:

I - recomendação;

II - determinação legal;

III - ressalva.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre os conceitos e casos de aplicação das conclusões referidas neste artigo.

Seção V

Da Fiscalização de Atos e Contratos

Art. 29. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa praticada pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, conforme previsto nesta lei, no Regimento Interno ou nos demais atos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas, competindo-lhe, para tanto, em especial:

I - acompanhar, pela publicação na imprensa oficial, ou por outro meio:

a) a lei relativa ao plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e a abertura de créditos adicionais;

b) os editais de licitação, os contratos, inclusive administrativos, e os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

II - fiscalizar, na forma estabelecida no regimento interno, as contas estaduais das empresas nacionais ou supranacionais de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

III - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

IV - fiscalizar a execução de termos de parcerias, contratos de gestão, concessões, permissões, parcerias público privadas e instrumentos congêneres.

Seção VI

Das Denúncias e Representações

Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.

Art. 31. A denúncia poderá ser oferecida por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:

I - obrigatoriamente pelos responsáveis dos controles internos dos órgãos da Administração Pública estadual ou municipal, sob pena de serem solidariamente responsabilizados;

II - por comunicação de irregularidades subscritas por qualquer autoridade judiciária estadual ou federal, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, pelos Poderes Executivo e Legislativo;

III - através de comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União ou órgãos da União Federal em relação às atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado.

IV - por ato encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado, através de seu Presidente ou comissões permanentes, especiais ou de investigação, em relação à administração pública estadual ou municipal.

V - em função de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito ou Comissão Especial, instauradas e concluídas pelos Poderes Legislativos Municipais, desde que contendo conclusões específicas e a comprovação das medidas efetivamente adotadas ou recomendadas nos respectivos relatórios.

VI - por meio de outras medidas previstas em Regimento Interno ou outros atos normativos do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 33. O Tribunal de Contas dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria, a fim de preservar direitos e garantias individuais.

Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.

Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.

Art. 35. A denúncia e a representação tramitarão em regime de urgência, devendo:

I - em 5 (cinco) dias ser protocolada, autuada, verificada eventual prevenção e distribuída ao Corregedor Relator;

II - em 10 (dez) dias, ser despachada liminarmente pelo Corregedor Relator, que, se a entender regularmente apresentada:

a) quando suficientemente instruída, mandará citar o responsável para apresentar defesa, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias;

b) quando insuficientemente instruída, encaminhará o processo à unidade de fiscalização deste Tribunal competente para informações em igual prazo;

c) ocorrendo o previsto no item anterior, após recebidas as informações, determinará, se for o caso, a citação do responsável, para oportunidade de defesa no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

III - decorrido o prazo de defesa, será encaminhada pelo Relator à unidade técnica para, em 15 (quinze) dias, emitir parecer, e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para igual fim, no prazo de 30 (trinta) dias;

IV - em 30 (trinta) dias, com relatório e voto escrito, ser encaminhada pelo Corregedor Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.

Art. 36. A decisão do Tribunal que julgar procedente a denúncia determinará a intimação das autoridades responsáveis para as providências corretivas e punitivas inerentes ao procedimento.

Art. 37. Ao denunciante será assegurada a condição de parte interessada, seja para acompanhamento da instrução processual, seja para oferecimento dos recursos previstos nesta lei.

Seção VII

Da Consulta

Art. 38. A consulta deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ser formulada por autoridade legítima;

II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida;

III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal;

IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consultante, opinando acerca da matéria objeto da consulta;

V - ser formulada em tese.

§ 1º Havendo relevante interesse público, devidamente motivado, a consulta que versar sobre dúvida quanto à interpretação e aplicação da legislação, em caso concreto, poderá ser conhecida, mas a resposta oferecida pelo Tribunal será sempre em tese.

§ 2º Quando, na hipótese do parágrafo anterior, empresa privada for, direta ou indiretamente, beneficiária, é vedada a resposta à consulta.

§ 3º O Pedido de consulta e a resposta à mesma deverão ser publicados no Diário Oficial do Tribunal de Contas e no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 39. Estão legitimados para formular consulta:

I - no âmbito estadual, Governador do Estado, Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador Geral de Justiça, Procurador Geral do Estado, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

II - no âmbito municipal, Prefeito, Presidente de Câmara Municipal, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios intermunicipais e conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

III - Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional.

Art. 40. É obrigatória a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas em todas as consultas submetidas ao conhecimento do Tribunal Pleno, não sendo oponível, neste caso, nenhuma vedação ou impedimento institucional, considerando a característica específica da jurisdição do Tribunal de Contas.

Art. 41. A decisão do Tribunal Pleno, em processo de consulta, tomada pelo quorum qualificado a que se refere o art. 117, desta lei, tem força normativa, constitui prejulgamento de tese e vincula o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação.

Seção VIII

Do Recurso Fiscal de Decisões Fazendárias

Art. 42. O recurso fiscal da decisão fazendária previsto no artigo 79, § 3º, da Constituição Estadual, deverá

ser remetido ao Tribunal para apreciação e julgamento devidamente instruído com a manifestação do contraditório do contribuinte autuado, nos termos do Regimento Interno.

Capítulo III

Dos Procedimentos Comuns aos Processos

Seção I

Do Processo de Julgamento

Art. 43. Após a autuação será efetuada a distribuição, por processamento eletrônico, mediante sorteio aleatório e uniforme, por tipo de processo, observadas as causas de prevenção, dependência, sucessão, impedimentos ou outras, respeitada a devida compensação, conforme previsto no Regimento Interno.

§ 1º. O sorteio deverá observar a alternatividade e o princípio da publicidade e será regulamentado no Regimento Interno.

§ 2º. Os membros do Tribunal de Contas deverão solicitar sua exclusão do sorteio nos casos e impedimentos previstos nos artigos 139, 141 e em outros previstos nesta lei.

§ 3º. No caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior aplicam-se as sanções previstas nesta lei.

Art. 44. Distribuído o processo, o Relator presidirá a instrução do feito, determinando a citação dos interessados, quando instaurado o processo por iniciativa do Tribunal, e, em qualquer caso, as diligências necessárias ao seu saneamento, mediante encaminhamento às unidades competentes e à manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos do Regimento Interno, podendo determinar, ainda, a intimação e a audiência dos responsáveis.

§ 1º - Far-se-á a citação pessoalmente aos interessados, segundo as formas e modalidades previstas nesta lei e no Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado;

I - Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do interessado;

II - Estando o interessado ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

§ 2º Concluída a instrução do processo, o Relator pedirá a inclusão em pauta para julgamento, conforme o Regimento Interno.

§ 3º A pauta de julgamento será publicada nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, atendendo ao princípio da publicidade e ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

§ 4º A retirada de pauta somente será permitida por decisão colegiada, mediante proposta devidamente motivada, devendo o Regimento Interno disciplinar as causas

excepcionais, prevendo, também, o prazo de retorno para julgamento.

Art. 45. O Relator determinará as diligências antes da inclusão em pauta para julgamento.

§ 1º Após o relatório, havendo dúvidas, os Conselheiros, os Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral poderão fazer uso da palavra, pedindo esclarecimentos, defendendo o posicionamento do Relator ou formulando novas soluções ao caso em exame.

§ 2º Excetuado o julgamento do Recurso de Agravo e dos Embargos de Declaração, será permitida à parte fazer sustentação oral, por 15 (quinze) minutos, desde que inscrito seu nome, na Diretoria Geral, até o início da sessão.

§ 3º O uso da tribuna para os fins previstos no parágrafo anterior é facultado a qualquer das partes ou representante legalmente constituído.

§ 4º O Procurador Geral, no decorrer dos debates, poderá opinar, sem prejuízo da manifestação de outro Procurador, que tenha oficiado nos autos.

Art. 46. Proferido o relatório do processo ou voto do Relator, os Conselheiros, Auditores, quando em substituição, e o Procurador Geral, poderão requerer vistas dos autos, pelo prazo máximo 4 (quatro) sessões consecutivas, observado o disposto no artigo 55, desta lei.

§ 1º O pedido de adiamento, após a sua inclusão em pauta ou após o retorno de pedido de vistas, deverá ser motivado pelo Relator e será concedido, somente uma única vez, pelo prazo máximo de 4 (quatro) sessões regulamentares.

§ 2º Vencido o prazo do pedido de vistas ou do adiamento, o Presidente do colegiado deverá avocar os autos, com as devidas anotações na ata, vedado ao requerente da vista ou do pedido de adiamento, solicitar novas diligências, bem como votar no processo.

Art. 47. O Relator ou Conselheiro que der causa ao excesso, em relação ao prazo para inclusão em pauta, pedido de vista ou de adiamento, ficará impedido de relatar, votar ou solicitar qualquer diligência, devendo o Presidente retirar de pauta o processo e determinar sua redistribuição eletrônica mediante compensação.

Parágrafo único. Não caberá designação de Auditor, para o fim previsto no *caput* deste artigo, ficando, reduzido o *quorum* do respectivo julgamento.

Art. 48. As atribuições, conferidas nesta seção ao Presidente do colegiado, constituem ato vinculado a ser praticado de ofício, independente de prévia manifestação ou autorização do colegiado, caracterizando a sua omissão como ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. O não atendimento à requisição de devolução solicitada pelo Presidente, constituirá conduta tipificada no artigo 11, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade admi-

nistrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, sujeitando o faltoso às penas previstas no artigo 12, inciso III, do citado diploma legal.

Art. 49. Será parte integrante e obrigatória das decisões do Tribunal, voto escrito, elaborado pelo Relator, nas seguintes hipóteses:

I - quando imputar sanções, débitos e outras responsabilidades;

II - quando divergir das instruções técnicas e jurídicas do processo;

III - nas Consultas, Recursos, Impugnações, denúncias e Representações;

IV - outras previstas no Regimento Interno ou Resolução.

§ 1º O voto conterá obrigatoriamente:

I - a ementa;

II - o relatório circunstanciado do Relator, do qual constarão as conclusões das instruções das unidades técnicas que se manifestaram no processo e do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

III - fundamentação jurídica da análise das questões de fato e de direito;

IV - dispositivo legal que embasou a decisão do voto;

V - a indicação dos responsáveis, do dano ao erário e dos valores, no caso de ressarcimento, se houver.

§ 2º As decisões dos órgãos colegiados constarão de acórdãos, redigidos e apresentados pelo Relator, até a sessão seguinte, devendo conter a assinatura do Presidente do órgão colegiado.

Art. 50. Sendo o voto do Relator vencido, será designado pelo Presidente, na própria sessão, novo Relator dentre os votantes vencedores, para lavratura de voto, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A lavratura de voto vistas ou declaração de voto é facultativa por qualquer dos membros do colegiado.

Art. 51. Comprovada no julgamento do processo, de qualquer natureza, a ocorrência de ilegalidade ou irregularidade, haverá obrigatoriamente a delimitação de responsabilidades e sanções aplicáveis ao ente jurisdicionado e aos responsáveis, de forma individualizada ou solidária, seja pecuniária ou reparatória do dano, de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos estabelecidos em lei.

Art. 52. Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber, em todos os julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas.

Seção II

Das Medidas Cautelares

Art. 53. O Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente, aos órgãos e Poderes competen-

tes a aplicação de medidas cautelares definidas em lei, ou determinar aquelas previstas no Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil.

§ 1º A solicitação ou a determinação, conforme o caso, deverão ser submetidas ao órgão julgador competente para a análise do processo, devendo ser apresentada em mesa para apreciação independente de inclusão prévia na pauta de julgamentos.

§ 2º As medidas cautelares referidas no *caput* são as seguintes:

I - afastamento temporário de dirigente do órgão ou entidade;

II - indisponibilidade de bens;

III - exibição de documentos, dados informatizados e bens;

IV - outras medidas inominadas de caráter urgente.

§ 3º São legitimados para requerer medida cautelar:

I - o gestor, para a preservação do patrimônio;

II - as partes;

III - o Relator;

IV - o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal.

Seção III

Da Comunicação dos Atos e da Contagem dos Prazos

Art. 54. As citações e intimações serão feitas:

I - via postal, mediante carta registrada com aviso de recebimento;

II - por despacho publicado nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas;

III - por meio eletrônico, assegurada a sua certificação digital;

IV - por oficial de intimação, em casos excepcionais, conforme previsto no Regimento Interno.

§ 1º Nos processos instaurados por iniciativa do interessado, a comunicação dos atos, desde o início, será feita na forma do inciso II.

§ 2º Nos processos de iniciativa do Tribunal, a citação será feita na forma do inciso I; quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o interessado, será feita por edital, publicado no periódico do Tribunal, sendo essa publicação, em qualquer caso, nos termos do inciso II deste artigo, o modo de intimação para os demais atos do processo, inclusive da decisão definitiva, ressalvados casos excepcionais a serem regulados no Regimento Interno.

Art. 55. Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º Os prazos são contínuos, não se interrompendo nos feriados.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o início ou o término cair em finais de semana, feriado ou dia que:

a) for determinado o fechamento do Tribunal;

b) o encerramento do expediente ocorrer antes da hora normal.

§ 3º No caso de ocorrência das alíneas *a* e *b*, será de obrigação do Tribunal a publicação prévia do fechamento para conhecimento dos interessados, sendo que se decorrente de fato imprevisto é obrigatória a realização da publicação posterior.

Art. 56. Os prazos serão contados:

I - da data da juntada aos autos do aviso de recebimento;

II - da data da publicação oficial;

III - da data da certificação eletrônica.

Parágrafo único. No caso do inciso II, tratando-se de intimação a se realizar em município do interior do Estado, os prazos iniciam-se após o decurso de três dias úteis da data da publicação, nos termos do Regimento Interno.

Art. 57. Todos os atos ordenatórios e decisórios do Relator e do órgão colegiado que envolva comunicação aos jurisdicionados serão publicados nos Atos Oficiais do Tribunal de Contas, e colocados à disposição em meio eletrônico de amplo acesso.

Art. 58. O prazo para manifestação dos interessados, inclusive na oportunidade do contraditório e ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.

Art. 59. Salvo disposição expressa nesta lei, o Regimento Interno disciplinará os prazos aplicáveis em todas as fases do processo.

Art. 60. Aplica-se, no que couber, o Código de Processo Civil, nas disposições sobre comunicação dos atos processuais.

Seção IV

Dos Prazos do Relator e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Art. 61. Após o recebimento dos feitos, o Relator disporá de:

I - 10 (dez) dias, para os despachos de mero expediente;

II - 10 (dez) dias, para despacho liminar em denúncia;

III - 10 (dez) dias, para apreciar os pedidos de liminar, inclusive em medidas cautelares, e outros de natureza urgente;

IV - 10 (dez) dias, para o juízo de admissibilidade de recursos e consultas;

V - 15 (quinze) dias, para o juízo de retratação no Recurso de Agravo.

Art. 62. Concluída a instrução, disporá o Relator dos seguintes prazos para a inclusão dos processos em pauta para julgamento, contados desde a data da remessa para o Gabinete:

- I - Recursos em geral: 60 (sessenta) dias;
- II - Recurso de Agravo: 30 (trinta) dias;
- III - Embargos de Declaração: 30 (trinta) dias;
- IV - Parecer Prévio das Contas dos Prefeitos Municipais: 60 (sessenta) dias;
- V - Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias;
- VI - Denúncia: 30 (trinta) dias;
- VII - Pedido de Rescisão: 60 (sessenta) dias;
- VIII - Consulta: 60 (sessenta) dias;
- IX - Atos sujeitos a registro, previstos no artigo 1º, inciso IV, desta lei: 30 (trinta) dias;
- X - demais processos e recursos: 30 (trinta) dias.

Art. 63. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas disporá de 10 dias para requerer as diligências que entender necessárias, e, para manifestação conclusiva, os mesmos prazos referidos no artigo anterior.

Parágrafo Único - Nas hipóteses de afastamento legal interrompe-se a contagem dos prazos referidos

Art. 64. O Regimento Interno disporá sobre os demais prazos para a instrução e tramitação dos processos.

§ 1º O descumprimento dos prazos deverá ser justificado, cabendo ao Corregedor a aplicação das sanções cabíveis que serão estabelecidas no regimento interno do Tribunal de Contas, a ser elaborado no prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei.

§ 2º A justificativa reiterada caracteriza falta grave.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores e demais responsabilidades estabelecidas em lei, poderá o Conselheiro, Auditor ou Procurador, ser convocado pela Assembléia Legislativa para, na forma estabelecida em regimento interno do Poder Legislativo, fornecer informações e justificativas sobre as omissões constatadas.

Seção V

Dos Recursos

Art. 65. São admissíveis os seguintes recursos:

- I - Recurso de Revista;
- II - Recurso de Revisão;
- III - Recurso de Agravo;
- IV - Embargos de Declaração.
- V - Embargos de Liquidação.

Art. 66. Estão legitimados a interpor recurso, quem foi parte no processo, o Ministério Público junto ao

Tribunal de Contas e o terceiro interessado ou prejudicado.

Art. 67. Interposto o recurso pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas serão intimados os demais interessados para manifestarem-se no prazo recursal.

Parágrafo único. O prazo para interposição do recurso pelo Ministério Público conta-se a partir da publicação do ato.

Art. 68. O recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência dos demais interessados, desistir do recurso ou renunciar ao direito de recorrer.

Art. 69. A petição recursal, acompanhada das razões, será dirigida ao Relator, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.

Parágrafo único. Nos municípios do interior, para efeito de tempestividade, será considerada a data de postagem no correio como a de sua interposição, nos termos do Regimento Interno.

Art. 70. Excetuado o caso de Embargos de Declaração, o Relator da decisão recorrida será excluído do sorteio para relato do recurso.

Art. 71. Salvo hipótese de má-fé, as partes interessadas não poderão ser prejudicadas pela interposição de um recurso por outro, desde que interposto no prazo legal.

Parágrafo único. Se o Tribunal, desde logo, reconhecer a inadequação do recurso interposto, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que, satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade.

Art. 72. Dos despachos de mero expediente não caberá recurso.

Art. 73. Cabe Recurso de Revista, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, com efeito devolutivo e suspensivo, contra acórdão proferido por qualquer das Câmaras.

Art. 74. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferidos, nos seguintes casos:

- I - acórdão não unânime, que, ao julgar Recurso de Revista, houver reformado a decisão da Câmara;
- II - nas decisões em Pedido de Rescisão;
- III - negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;
- IV - divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas ou dissídio jurisprudencial demons-

trado analiticamente, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 1º No caso do inciso I, a fundamentação do recurso e seu conhecimento restringir-se-ão ao objeto da divergência.

§ 2º Não cabe recurso em processo de consulta.

Art. 75. Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito, apenas devolutivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Auditor ou do Presidente do Tribunal.

§ 1º Relevante a fundamentação e constatado o risco iminente de lesão grave e de difícil reparação, o Relator poderá conceder efeito suspensivo, submetendo tal ato, à convalidação colegiada, nos termos do Regimento Interno.

§ 2º Por ocasião do exame de admissibilidade, o Relator poderá exercer o juízo de retratação.

§ 3º Caso não reforme a decisão, o Relator submeterá o Recurso de Agravo ao órgão colegiado competente para o conhecimento do processo em que foi interposto.

§ 4º Tratando-se de recurso dirigido contra ato do Presidente do Tribunal, a ele caberá exercer o juízo de admissibilidade e de retratação, e o Tribunal Pleno será o competente para seu conhecimento.

Art. 76. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:

I - conter obscuridade, dúvida ou contradição; ou,

II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado competente.

§ 2º A interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos.

Seção VI

Do Pedido de Rescisão

Art. 77. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, desde que:

I - a decisão se haja fundado em prova cuja falsidade foi demonstrada em sede judicial;

II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;

III - erro de cálculo ou material;

IV - tenha participado do julgamento do feito Conselheiro ou Auditor alcançado por causa de impedimento ou de suspeição;

V - violar literal disposição de lei.

Parágrafo único. O direito de propor a rescisão se extingue em dois anos, contados da data da irrecorribilidade da decisão.

Seção VII

Dos Incidentes Processuais

Subseção I

Do Incidente de Inconstitucionalidade

Art. 78. Se, por ocasião do julgamento de qualquer feito pela Câmara, esta verificar a inconstitucionalidade de alguma lei ou ato normativo do Poder Público, os autos serão remetidos à discussão em sessão do Tribunal Pleno para pronunciamento preliminar sobre a matéria, conforme procedimento a ser estabelecido em Regimento Interno.

§ 1º Em sessão plenária, o Relator do feito exporá o caso, procedendo-se, em seguida, à deliberação sobre a matéria.

§ 2º Proferido o julgamento pelo Tribunal Pleno e publicada a respectiva deliberação, serão os autos devolvidos à Câmara, para apreciar o caso de acordo com a decisão prejudicial.

§ 3º Idêntico incidente poderá ser suscitado por qualquer Conselheiro, Auditor quando em substituição, ou membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em feitos de competência originária do Tribunal Pleno.

§ 4º A decisão contida no Acórdão que deliberar sobre o incidente de reconhecimento de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, solucionará a questão prejudicial, constituindo prejulgado a ser aplicado a todos os casos a serem submetidos ao Tribunal de Contas.

Subseção II

Do Prejulgado e da Súmula

Art. 79. Por iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas, a requerimento do Relator ou do Procurador Geral junto ao Ministério Público, poderá o Tribunal Pleno pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecendo a importância da matéria de direito e de sua aplicabilidade de forma geral e vinculante até que o prejulgado venha a ser reformado na forma prevista em Regimento Interno.

Parágrafo único - Não poderá atuar como Relator o Conselheiro que suscitar a matéria.

Art. 80. Será inscrita na Súmula o entendimento que o Tribunal tenha por predominante e firme, conforme procedimentos a serem estabelecidos em Regimento Interno.

Subseção III

Da Uniformização de Jurisprudência

Art. 81. O Relator, de ofício ou por provocação da parte interessada, antes de proferir seu voto na Câmara,

poderá solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno acerca de interpretação de direito, quando, no curso do julgamento, a interpretação for diversa da que lhe haja dado outro órgão colegiado do Tribunal.

Parágrafo único. O mesmo incidente poderá ser suscitado em sessão do Tribunal Pleno, em relação aos seus próprios julgados.

Subseção IV

Das Disposições Comuns aos Incidentes Processuais

Art. 82. Para a deliberação dos incidentes de que tratam essa Seção, será exigido quorum qualificado, conforme previsto no artigo 116 desta lei.

Art. 83. Além dos Conselheiros e do Presidente do Tribunal, os Auditores, quando em substituição, e o membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas possuem legitimidade para suscitá-los.

Art. 84. Os processos dos incidentes de que trata esta Seção serão regulamentados em Regimento Interno, obedecido, em qualquer dos casos, o mesmo quorum qualificado para modificação ou revogação de entendimento sumulado ou julgado.

Capítulo IV

Das Sanções e Responsabilidades

Seção I

Das Sanções

Art. 85. O Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas:

- I - multa administrativa;
- II - multa por infração fiscal;
- III - multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento;
- IV - restituição de valores;
- V - impedimento para obtenção de certidão liberatória;
- VI - inabilitação para o exercício de cargo em comissão;
- VII - proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; e
- VIII - a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será comunicada à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, a decisão que determinar a sustação de ato, e à Secretaria de Estado da Administração e Previdência a decisão que declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e proibição de contratar com o Poder Público Estadual e à secretaria municipal correspondente no âmbito do município interessado.

Art. 86. Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei os jurisdicionados definidos no Capítulo II, do Título I, sem prejuízo de outras pessoas jurídicas ou físicas, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, por disposição legal.

Parágrafo único. A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular, e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, devendo o Acórdão definir as responsabilidades individuais.

Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, fixadas em valor certo, em razão dos seguintes fatos:

I - No valor de R\$ 100,00 (cem reais):

a) prestar com atraso de até 100 (cem) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

II - No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaiando esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

b) prestar com atraso de 101 (cento e um) dias a 180 (cento e oitenta) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

c) prover cargo em comissão para funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento, a ser aplicada por cargo provido.

III - No valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;

b) deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos;

c) prestar com atraso de 181 (cento e oitenta e um) dias a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas;

d) deixar de observar, no processo licitatório, formalidade determinada em lei, incluindo-se a não exigência de certidões negativas e de regularidade fiscal, podendo ser aplicada ao presidente da comissão de licitação, ao emitente do parecer técnico ou jurídico e ao gestor;

e) retardar, além do prazo fixado, sem motivo justificado, a devolução de autos com pedido de carga processual ou encaminhados por força de diligência;

f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;

g) sonegar processo, documento ou informação em inspeções *in loco* ou auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas.

IV - No valor de R\$ 1.000,00 (mil reais):

a) prestar com atraso superior a 1 (um) ano as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas;

b) realizar concurso nos termos da Lei nº 8.666/93, bem como, admissão de pessoal, sem a observância das normas legais aplicáveis;

c) fazer nomeação ou contratação, em virtude de concurso público, sem a observância da ordem de classificação;

d) contratar ou adquirir bens, serviços e obras de engenharia, sem a observância do adequado processo licitatório, quando exigível este, ou sem os devidos processos administrativos justificando a dispensa ou inexigibilidade, excetuando-se as compras de pequeno valor, realizadas mediante pronto pagamento;

e) não repassar, no prazo e na forma avençada, recurso que esteja obrigado a repassar em virtude de lei ou de convênio celebrado;

f) obstruir o livre exercício de inspeções e auditorias determinadas pelo Tribunal;

g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário.

V - No valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

a) nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo;

b) não realizar o objeto de convênio, auxílio ou subvenção, no prazo e na forma fixados no instrumento próprio, salvo se demonstrado não ter concorrido o agente para a inexecução do pacto;

c) realizar obra de construção civil sem a observância das normas técnicas e legislação específica, de âmbito profissional, fiscal, previdenciária e trabalhista.

§ 1º As sanções e multas referidas no inciso II, alínea "a", inciso IV, alínea "c", e inciso V, alínea "a", serão aplicadas por cada ato de pessoal não encaminhado ou cargo em comissão provido irregularmente.

§ 2º Nas infrações administrativas enumeradas neste artigo, a cada fato corresponderá uma sanção, podendo incidir o agente em mais de uma, no mesmo processo.

§ 3º A reincidência somente será apurada em infração de mesma natureza, nos termos do artigo 64, I, do Código Penal, e será aplicada a multa em dobro quando o fato for superveniente à aplicação de multa anterior.

§ 4º A irregularidade das contas nos termos do inciso III do artigo 16 da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III.

§ 5º Os valores das multas estabelecidos no presente artigo serão revistos anualmente por ato administrativo do Tribunal, com base na variação acumulada no período, na forma e pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários estaduais,

§ 6º Não cumpridas as determinações contidas na decisão que impôs débito ou multa, quando houver, deverá o Tribunal de Contas, mesmo no caso de recolhimento dos valores, renovar sua imposição como reincidência, até a efetiva regularização.

Art. 88. Caberá ao Tribunal de Contas o processamento, julgamento e aplicação da multa que trata o parágrafo 1º do artigo 5º, da Lei Federal nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Art. 89. Ficará sujeito à multa proporcional ao dano, sem prejuízo da reparação deste, o ordenador da despesa ou terceiro que com este concorrer, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, que resultar em lesão ao erário.

§ 1º Considera-se lesão ao erário:

I - a prática de ato que importe em despesa desnecessária ou indevida, ou acima da devida, apurando-se esta mediante aferição do valor médio de mercado, de bens e serviços, ou de média de consumo, bem como no caso de dilapidação de receita ou patrimônio social, e ainda a perda de valor decorrente do mau uso e conservação de bens públicos;

II - a prática dos atos relacionados no artigo 10, da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992;

III - o recolhimento direto de encargos previdenciários e trabalhistas na hipótese de obra contratada por empreitada global;

IV - a perda de receita decorrente do não lançamento de tributos; do lançamento a menor; da emissão fraudulenta de guia de recolhimento; de concessão indevida de anistia, remissão, isenção; da não realização de atos administrativos tendentes à constituição e execução de crédito tributário ou não;

V - a não sustação, no prazo fixado pelo Tribunal, observado o disposto no inciso IX do artigo 75 da Constituição Estadual, de ato irregular ou que implique em despesa ilegal;

VI - o pagamento de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias ou remuneração a qualquer título, em desconformidade com as normas legais.

§ 2º A multa será arbitrada em percentual variável de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do dano, não excluindo a aplicação de multa administrativa prevista no artigo 87, desta lei, como também não exclui o dever de restituição ou reparação do dano.

Art. 90. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do trânsito em julgado da decisão,

quando líquida, ou a partir da intimação da liquidação da decisão, quando ilíquida.

§ 1º Será admitido o parcelamento da multa ao agente público que demonstrar que o valor desta ultrapassa 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal, sendo que o referido percentual passará a corresponder ao valor das parcelas respectivas.

§ 2º Para beneficiar-se do parcelamento o interessado deverá comprovar o fato, no prazo do *caput*, mediante juntada da guia de recolhimento da primeira parcela e do seu contracheque no processo administrativo correspondente.

§ 3º O não recolhimento da parcela subsequente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recolhimento anterior, implica na rescisão do parcelamento e autoriza a adoção dos atos executivos correspondentes.

§ 4º O valor da multa terá atualização segundo os índices utilizados para os créditos tributários estaduais, e decorrido o prazo fixado no *caput* incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 5º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do *caput* deste artigo, sem que tenha havido a quitação da multa ou seu parcelamento, ou interrompido este, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Secretaria de Estado ou Municipal da Fazenda para fins de inscrição em dívida ativa e subsequente cobrança executiva judicial pela respectiva Procuradoria Geral, cabendo ao Tribunal de Contas o controle do cumprimento dessas decisões e execuções.

Art. 91. A atualização das multas e encargos que forem imputados aos responsáveis, contar-se-á sempre da data da mora ou omissão até a data do efetivo recolhimento, salvo nos casos de atos e despesas ilícitas, que será calculada a partir do efetivo dano ou do evento danoso.

Parágrafo único. A atualização monetária, segundo os índices oficiais praticados nos créditos tributários estaduais, será devida sempre a partir da mora, do dano ou da data em que o ressarcimento passou a ser devido.

Art. 92. Após o transito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.

§ 1º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do *caput* deste artigo, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 2º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legislação específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio.

Art. 93. A decisão que resulte em imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo extrajudicial, e será executável independentemente de inscrição em dívida ativa.

§ 1º A prévia inscrição em dívida ativa é faculdade do ente federativo credor, sendo obrigatória, contudo, se não satisfeita a obrigação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da citação para pagamento do débito.

§ 2º É facultado o protesto do título executivo, desde que em fase anterior à execução judicial.

§ 3º Semestralmente, deverá ser encaminhado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas um relatório circunstanciado das medidas executivas adotadas pelo ente federativo, relacionando-se os títulos e valores quitados, títulos e valores protestados, títulos e valores inscritos em dívida ativa, títulos e valores em execução judicial, a existência de garantia do Juízo e de embargos à execução, e relatório sucinto da fase processual em que se encontram os autos respectivos.

§ 4º Ao imputar a restituição de valores ou fixar multa, o Tribunal de Contas poderá solicitar à Procuradoria Geral de Justiça ou outro órgão que a lei indicar, a adoção de medidas necessárias ao arresto ou indisponibilidade dos bens dos responsáveis, limitando-se a medida ao valor atualizado do débito, devendo ser ouvido o Tribunal quanto à liberação dos bens e sua restituição.

Art. 94. Os débitos relacionados à devolução de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias, ou remuneração a qualquer título, cujos índices de reajustes estejam aquém dos índices de atualização monetária oficial, desde que não tenha havido dolo ou má-fé, serão corrigidos de acordo com a variação das parcelas recebidas, contando-se os juros da data da constituição da mora ou omissão, quando se tratar de atraso no recolhimento.

Art. 95. O não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, por parte das entidades vinculadas à sua jurisdição, no prazo e forma fixados, resultará em impedimento para obtenção de certidão liberatória, emitida para fins de transferências voluntárias.

§ 1º As entidades de Direito Público ou Privado, que receberem do Estado auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título, serão obrigadas a comprovar, perante o Tribunal, a aplicação das importâncias recebidas, aos fins a que se destinarem sob pena de suspensão de novos recebimentos, além das cominações cabíveis aos seus responsáveis legais.

§ 2º Emitida a certidão liberatória e caracterizado o inadimplemento de decisão do Tribunal de Contas, poderá ser aplicada a sanção de suspensão de transferências voluntárias, excetuadas as hipóteses previstas no § 3º, do artigo 25, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 96. Caracterizada a fraude em procedimento licitatório, ou outra irregularidade tipificada na Lei Fede-

ral nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, ou ainda o cometimento de ato de improbidade, o Tribunal, por maioria absoluta do Corpo Deliberativo, poderá declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão dos gestores ou terceiros envolvidos, no âmbito da Administração Municipal e Estadual, e ainda aplicar a sanção de proibição de contratação com o Poder Público, observados os prazos fixados no art.12, da Lei Federal nº. 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 97. O Tribunal de Contas, no julgamento dos atos e contratos administrativos em que for verificada a ocorrência de fraude ou naqueles que resultarem em dano ao Erário, expedirá Declaração de Inidoneidade dos responsáveis perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios.

Parágrafo único. A Declaração de Inidoneidade inabilitará os responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como para contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Art. 98. A decisão que resulte em imputação de multa, reparação de dano e/ou restituição ao erário quantificará os valores, bem como identificará e qualificará os responsáveis pelo ressarcimento de danos causados, quando for o caso, o dispositivo legal aplicável à espécie, a identificação do credor, atribuindo-se, ainda a responsabilidade solidária ou subsidiária, quando cabíveis.

Art. 99. A decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

§ 1º No caso de decisão ilíquida, far-se-á a liquidação na forma estabelecida no Código de Processo Civil, cabendo ao Relator do Acórdão a condução e decisão da fase de liquidação do julgado.

§ 2º Cabem Embargos de Liquidação, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, de decisão que julgar a liquidação de decisão, que obedecerão aos prazos e procedimentos estabelecidos para os recursos em geral.

§ 3º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado competente.

Art. 100. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a conseqüente baixa de responsabilidade.

Art. 101. O Tribunal de Contas manterá em sistema informatizado o banco de dados das sanções aplicadas.

Parágrafo único. As decisões que fixarem multa ou implicarem em restituição de valores ou reparação de dano terão registro específico, a partir do qual se extrairá

a Certidão de Débito relativamente às decisões transitadas em julgado em que não se constate o recolhimento respectivo.

Seção II

Do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas

Art. 102. Fica instituído o Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - FETC/PR, sendo o gestor o Tribunal de Contas do Estado, na pessoa de seu Presidente.

Art. 103. Constituem-se receitas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Tribunal de Contas, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar, em percentual, total ou parcial, a ser definido pelo Conselho de Administração;

III - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Tribunal de Contas para terceiros;

IV - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Tribunal de Contas;

V - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Tribunal de Contas;

VI - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Tribunal de Contas;

VII - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e mídias eletrônicas;

VIII - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Tribunal de Contas;

IX - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

X - multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas;

XI - taxa de ocupação das dependências de imóveis do Tribunal de Contas;

XII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XIII - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIV - receita decorrente do custo de operacionalização dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Tribunal de Contas, em decorrência da inclusão de descontos consignáveis;

XV - outras receitas eventuais.

§ 1º As receitas do FETC/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Tribunal de Con-

tas do Estado do Paraná, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão recolhidos em conta específica, junto à instituição financeira oficial definida pelo seu Conselho de Administração.

Art. 104. O Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem por finalidade suprir o Tribunal com os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação, adaptação, reforma de materiais e equipamentos, em imóveis destinados ao Tribunal de Contas, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional;

V - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em percentual da receita do Fundo a ser definido pelo Conselho de Administração;

VI - despesas relativas ao desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade;

VII - despesas relativas a treinamento, aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional dos servidores do Tribunal, bem como do desenvolvimento de programas de qualificação e capacitação de gestores de entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas;

VIII - um terço dos recursos previstos no caput deste artigo serão destinados às despesas relativas às atividades da escola do legislativo estadual e da TV Assembleia.

XIX - Obrigatoriamente a programação de treinamento e capacitação de recursos humanos contemplará atividades destinadas a consolidação do controle social.

§ 1º Não serão admitidos, por conta do FETC/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal.

§ 2º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 105. Aplicam-se à Administração Financeira do Fundo as normas da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade Pública, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação pertinente a contratos e licitações.

Art. 106. O FETC/PR terá escrituração contábil própria, sendo seu representante legal e ordenador das despesas, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 107. O FETC/PR prestará contas ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa do Estado da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente, constituindo parte integrante da prestação de contas o parecer prévio elaborado pelo respectivo Conselho de Administração.

Art. 108. O Conselho de Administração baixará as instruções normativas complementares à operacionalidade do FETC/PR, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária, submetendo-os à aprovação do Plenário do Tribunal.

Art. 109. O Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Paraná - FETC/PR, terá como gestor um Conselho de Administração, que será formado por funcionários efetivos, designados pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 110. A atual Diretoria de Tomada de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná fica transformada em Diretoria de Execuções, inserindo-se dentre suas atribuições previstas em Regimento Interno, o registro e o controle das sanções de multa administrativa, multa proporcional ao dano, restituição de valores, declaração de inidoneidade, inabilitação para exercício de cargos em comissão, proibição para a contratação com o Poder Público estadual ou municipal e a sustação de ato impugnado.

Parágrafo único. É responsabilidade da Diretoria de Execuções a emissão de certidão de débito, o acompanhamento do parcelamento das multas previsto no parágrafo 1º do artigo 90, desta lei, bem como a atualização dos valores e o cálculo de juros moratórios.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Capítulo I

Da Sede e Composição

Art. 111. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem sede na Capital e jurisdição sobre o território do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Tribunal poderá criar unidades administrativas descentralizadas e regionais, dentro do território do Estado, para o exercício da sua função institucional no controle dos Poderes Públicos estadual e municipal.

Art. 112. Integram o Tribunal de Contas:

I - o Tribunal Pleno;

II - as Câmaras;

III - a Presidência;

IV - a Vice-Presidência;

V - a Corregedoria Geral;

VI - os Conselheiros;

VII - os Auditores;

VIII - o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

IX - o Corpo Instrutivo, composto pelo Quadro de Pessoal do Tribunal.

Capítulo II

Do Tribunal Pleno

Art. 113. O Tribunal Pleno, órgão máximo de deliberação, será dirigido pelo Presidente e terá seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente, em caso de ausência ou impedimento, será substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal, ou pelo Conselheiro mais antigo.

Art. 114. Para o funcionamento do Tribunal Pleno, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais seis de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores regularmente convocados, ressalvadas as hipóteses de quorum qualificado, previstas nesta lei e no Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 115. Quando exigido o *quorum* qualificado para a deliberação, será necessária, para a instalação da sessão, a presença de, pelo menos 4 (quatro) Conselheiros efetivos, além do Presidente e para a aprovação da matéria, o voto favorável de, no mínimo, 3 (três) Conselheiros efetivos.

Art. 116. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno e nesta lei, compete ao Tribunal Pleno, originariamente:

I - emitir Parecer Prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado;

II - julgar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos órgãos do Poder Legislativo Estadual, do Poder Judiciário Estadual e do Ministério Público;

III - julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas;

IV - responder às consultas que lhe forem formuladas;

V - apreciar e julgar as denúncias e representações;

VI - julgar os Recursos de Revista, de Revisão e os Pedidos de Rescisão;

VII - julgar os Embargos de Declaração e os Agravos opostos à deliberação de sua competência originária;

VIII - decidir sobre prejudgados e incidentes de inconstitucionalidades, uniformizar a jurisprudência do Tribunal e expedir súmulas sobre matéria de sua competência, conforme regulamentado em Regimento Interno;

IX - aprovar a solicitação ao Poder Executivo de intervenção nos municípios, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Estadual;

X - aplicar as penalidades propostas pela Comissão Disciplinar;

XI - dar posse ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Corregedor Geral, aos Conselheiros e ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, bem como, atestar-lhes o exercício nos respectivos cargos;

XII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e demais Resoluções, observado o disposto no artigo 116 desta Lei, assim como decidir sobre as dúvidas suscitadas na sua aplicação;

XIII - elaborar e aprovar o encaminhamento ao Poder Legislativo de proposta para fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;

XIV - elaborar e aprovar o encaminhamento ao Poder Legislativo de proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso XII, entende-se por Resolução os atos de caráter normativo, que têm por objeto a regulamentação desta lei, com observância obrigatória pelo próprio Tribunal e seus jurisdicionados.

Capítulo III

Das Câmaras

Art. 117. O Tribunal de Contas dividir-se-á em duas Câmaras deliberativas, compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros, com exclusão do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 1º A Primeira Câmara será presidida pelo Vice-Presidente do Tribunal e, a Segunda Câmara, pelo Conselheiro mais antigo, adotando-se, para substituição em caso de falta ou impedimento, a ordem de antiguidade dos Conselheiros no Tribunal, dentro de cada Câmara.

§ 2º O Presidente de cada Câmara, além de relatar e votar os processos de sua pauta participará da votação de todas as matérias, nos termos do Regimento Interno.

§ 3º O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas integrará obrigatoriamente as Câmaras, através do seu Procurador-Geral ou por Procuradores especialmente designados.

§ 4º Cada Câmara terá um Secretário, a quem competirá preparar a pauta e encaminhá-la à Diretoria Geral, elaborando as atas, dentre outras atribuições a serem previstas no Regimento Interno.

Art. 118. Para o funcionamento da Câmara, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais dois de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores.

Art. 119. A composição e o funcionamento das Câmaras serão regulamentados pelo Regimento Interno.

Capítulo IV

Do Presidente, do Vice-Presidente e Corregedor Geral

Art. 120. Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

§ 1º A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, exigindo-se, sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§ 2º No caso de vaga eventual, a eleição realizar-se-á em sessão plenária e ordinária, até 30 (trinta) dias após a vacância e obedecido o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º Caberá ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, além das demais atribuições previstas pelo Regimento Interno.

§ 4º O eleito para vaga eventual completará o tempo de mandato anterior.

§ 5º Não se procederá a nova eleição se ocorrer vaga dentro de 60 (sessenta) dias anteriores ao término do mandato.

§ 6º A eleição do Presidente precederá a do Vice-Presidente, e a deste, a do Corregedor-Geral.

§ 7º Considerar-se-ão eleitos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, os Conselheiros que, no respectivo escrutínio, obtiverem maioria absoluta dos votos.

§ 8º No caso de não haver maioria absoluta de sufrágios, proceder-se-á a novo escrutínio, prevalecendo, neste caso, o critério da maioria relativa.

§ 9º No caso de empate, proceder-se-á novo escrutínio, e, persistindo o empate, dar-se-á, como eleito, o mais antigo no cargo de Conselheiro ou de mais idade, se tiverem a mesma Antigüidade.

§ 10 Somente os Conselheiros efetivos, ainda que licenciados, ou em gozo de férias, poderão tomar parte nas eleições.

§ 11 Na primeira sessão plenária ordinária do exercício seguinte às eleições, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado.

Art. 121. Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente, o Presidente será substituído pelo conselheiro mais antigo em exercício no cargo, excetuando-se o Corregedor Geral.

Art. 122. Competem ao Presidente, além de outras atribuições previstas nesta lei, no Regimento Interno ou em Resoluções, as seguintes:

I - dirigir e representar o Tribunal;

II - dar posse aos Auditores, membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dirigentes de seus órgãos e serviços auxiliares, na forma estabelecida no Regimento Interno;

III - encaminhar ao Poder Legislativo proposta para fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;

IV - encaminhar ao Poder Legislativo proposta de criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração.

V - expedir atos de nomeação, admissão, exoneração, remoção, dispensa, aposentadoria e outros atos relativos aos servidores do quadro de pessoal do Tribunal;

VI - diretamente ou por delegação, praticar os atos de administração orçamentária, financeira e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal;

VII - encaminhar, trimestral e anualmente, à Assembléia Legislativa, relatório das atividades do Tribunal de Contas;

VIII - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo estadual as listas tríplices para escolha de Conselheiro, nos termos do artigo 127, inciso I desta lei.

Art. 123. Na ausência ou impedimento, o Vice-Presidente será substituído pelo conselheiro mais antigo em exercício no cargo.

Capítulo V

Da Corregedoria Geral

Art. 124. A Corregedoria Geral terá como titular o Corregedor-Geral na pessoa do conselheiro eleito para o cargo, com atribuições previstas nesta lei e no Regimento Interno.

Art. 125. Ao Corregedor-Geral do Tribunal, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser definidas pelo Regimento Interno, compete:

I - determinar correição, por iniciativa própria ou por solicitação do Presidente, na forma prevista em Regimento Interno, em todos os órgãos e unidades administrativas do Tribunal, emitindo a competente conclusão;

II - instaurar e presidir processo administrativo disciplinar tanto contra o corpo técnico como contra membro do Tribunal de Contas precedido ou não de sindicância;

III - respeitadas as normas do Regimento Interno, elaborar instruções normativas para a organização de seus serviços internos e externos;

IV - receber, proceder a instrução e proferir decisões, inclusive de caráter cautelar ou preventivo em processos de representação, previsto na Lei 8666/93;

V - organizar os serviços de Ouvidoria do Tribunal de Contas, conforme estabelecido em Regimento Interno.

VI - Receber, por parte dos Conselheiros, Auditores e do Procurador-Geral, relatórios das atividades bimestrais, elaborando relatório contendo dados estatísticos do bimestre anterior, entre os quais, no mínimo: o número de votos ou pareceres que cada um de seus membros, nominalmente indicado, proferiu com relator ou

procurador; o número de feitos que lhe foram distribuídos no mesmo período; o número de processos que recebeu em consequência de pedido de vista; a relação dos feitos que lhe foram conclusos para voto, despacho e lavratura de acórdão, ou, para pareceres, ainda não devolvidos, embora decorridos os prazos legais, com as datas das respectivas conclusões.

VII - Elaborar, como ficar definido em Regimento Interno, relatórios de transparência e informação social sobre as atividades da Corregedoria, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo informações sobre os processos e feitos afetos à sua competência.

Parágrafo único. O Corregedor Geral será substituído, em seus impedimentos, pelo Conselheiro mais antigo em exercício no Tribunal.

Capítulo VI

Dos Conselheiros

Art. 126. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, observados os requisitos constitucionais e escolhidos:

I - três pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um de livre escolha e dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, na forma estabelecida no artigo 128.

II - quatro pela Assembléia Legislativa.

§ 1º Estando completo o quadro de conselheiros, segundo as normas constitucionais, as próximas vagas serão preenchidas segundo a origem do ocupante do cargo vago.

§ 2º Fica estabelecido que somente profissionais com bacharelado em Direito poderão concorrer às vagas a serem preenchidas por indicação da Assembléia Legislativa quando no uso de sua competência residual normativa.

Art. 127. Ocorrendo vaga de cargo de Conselheiro a ser provida por Auditor ou por membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o Presidente convocará sessão extraordinária para deliberar sobre a respectiva lista tríplice, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de ocorrência da vaga.

§ 1º O quorum para deliberar sobre a lista a que se refere o caput será de, pelo menos, 5 (cinco) Conselheiros efetivos incluindo o que presidir o ato.

§ 2º A lista tríplice obedecerá, alternadamente, ao critério de Antiguidade e merecimento.

§ 3º Quando o preenchimento da vaga deva obedecer ao critério de Antiguidade, caberá ao Presidente elaborar a lista tríplice, no caso de vaga a ser provida por Auditor, e, ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas se o provimento for desti-

nado a membro do Ministério Público, a ser submetida ao Tribunal de Pleno.

§ 4º No caso de vaga a ser preenchida segundo o critério de merecimento, o Presidente apresentará ao Plenário, conforme o caso, os nomes dos Auditores ou a lista sêxtupla dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que possuam os requisitos constitucionais, elaborada pelo Procurador Geral.

§ 5º Cada Conselheiro escolherá até 3 (três) nomes, se houver, de auditores ou de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

§ 6º O Presidente chamará na ordem de Antiguidade, os Conselheiros, que colocarão na urna os votos contidos em invólucro fechado.

§ 7º Os três nomes mais votados, se houver, constarão da lista tríplice a ser encaminhada ao Governador do Estado.

§ 8º Na avaliação do merecimento serão considerados prioritariamente os trabalhos e as atividades especiais desenvolvidas no âmbito do Tribunal de Contas e os dados profissionais e acadêmicos de cada indicado, como anotado em ficha funcional.

Art. 128. Os Conselheiros terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, sendo-lhes estendidas, também, as mesmas causas de impedimento e suspeição previstas na lei processual, além daquelas estabelecidas no Capítulo IX desta Lei.

Capítulo VII

Dos Auditores

Art. 129. Os Auditores, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que satisfaçam os requisitos para o cargo de Conselheiro, após aprovação em concurso público, em que será exigido nível superior com pertinência temática às funções do Tribunal de Contas.

Art. 130. Os Auditores, mediante convocação prévia, substituirão os Conselheiros em seus impedimentos e ausências por motivo de licenças, férias, vacância do cargo ou outro afastamento legal.

§ 1º A sistemática de substituição será definida em Regimento Interno do Tribunal, observados critérios de rodízio, vedada a vinculação permanente entre auditor e conselheiro.

§ 2º Nos afastamentos legais de Conselheiros, inclusive o de férias cujo período não poderá ser inferior a 30 dias, os processos conclusos serão automaticamente redistribuídos ao Auditor substituto de Conselheiro, ao qual ficarão vinculados os processos que lhes forem distribuídos para relatar, mesmo depois de cessada a substituição.

§ 3º Os Auditores serão também convocados para substituir os Conselheiros, para efeito de quórum, inclu-

sive durante as sessões, em razão de ausências declaradas ou impedimentos.

Art. 131. Os Auditores terão, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, os de Juiz de Direito de última entrância.

Art. 132. O Auditor, quando não convocado para substituir Conselheiro, presidirá a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, nos termos do Regimento Interno, relatando-os em Plenário com proposta de decisão a ser votada pelos integrantes do Plenário.

Art. 133. Aos Auditores aplicam-se as mesmas incompatibilidades, deveres, vedações e causas de impedimento e suspeição a que se submetem os Conselheiros.

Capítulo VIII

Das Disposições Comuns aos Conselheiros e Auditores

Art. 134. Os Conselheiros e Auditores poderão funcionar como juízo singular, naquelas matérias definidas em Regimento Interno, ressalvados os casos em que, por disposição legal ou constitucional, imponha-se a manifestação do Tribunal como órgão colegiado.

Art. 135. O Conselheiro e o Auditor, depois de empossados, somente perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Art. 136. Aos Conselheiros e Auditores aplicam-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, inclusive, no que diz respeito a direitos, vedações, impedimentos e obrigações.

Capítulo IX

Da Ética

Art. 137. Os membros do Tribunal de Contas observarão, no exercício de suas funções, os padrões éticos de conduta a elas inerentes, visando preservar e ampliar a confiança do público na integridade, objetividade, imparcialidade e no decoro da Administração Pública, devendo adotar os seguintes princípios:

I - lisura e probidade, inclusive no que concerne à relação entre suas atividades públicas e particulares;

II - decoro inerente ao exercício da função pública.

Parágrafo Único. Os membros do Tribunal de Contas organizarão suas atividades privadas de maneira a prevenir a ocorrência real, potencial ou aparente, de conflito com o interesse público, que prevalecerá sempre sobre o interesse privado.

Art. 138. Além dos impedimentos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Código de Processo Civil, é vedado aos Membros do tribunal de Contas:

I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista sem poder de voto ou participação majoritária;

II - exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração;

III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos deliberativos, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

V - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

VI - exercer a advocacia no Tribunal, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;

VII - valer-se, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada, ainda que após seu desligamento do cargo;

VIII - utilizar para fins privados servidores, bens ou serviços exclusivos da administração pública;

IX - discriminar subordinado e jurisdicionado por motivo político, ideológico ou partidário, de gênero, origem étnica, idade ou portador de necessidades especiais;

X - descuidar-se do interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis do País;

XI - manifestar convicções políticas e partidárias em relação a indivíduos, grupos ou organizações;

XII - aceitar participar de conselhos ou comissões de órgãos ou entidades jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas;

XIII - manifestar-se previamente sobre matéria sujeita à sua decisão ou de cujo processo decisório venha a participar;

XIV - aceitar participar de Conselhos, Comissões de entidades privadas que tenham por finalidade fins lucrativos ou exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, sem remuneração;

XV - participar, a qualquer título, de organizações do terceiro setor;

XVI - dedicar-se à atividade político-partidária, incluindo qualquer ato, manifestação individual ou coletiva, e aparição pública de conotação partidária ou eleitoral.

XVII - indicar para cargo em comissão cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até 3º (terceiro) grau.

XVIII - fica impedido o servidor efetivo do Tribunal de Contas e ou comissionado, seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau, enquanto no exercício do cargo, de exercer qualquer atividade paralela de assessoramento e emissão de pareceres e, ainda, de ser titular, sócio ou exercer funções em escritórios técnicos que atuem na defesa dos interesses de municípios ou quaisquer outros entes públicos ou privados junto a este Tribunal, direta ou indiretamente, sujeitando-se as penas previstas no Estatuto do Servidor Público em caso de descumprimento do estabelecido.

Art. 139. São deveres dos Conselheiros:

I - cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e atos de ofício;

II - não exceder injustificadamente os prazos para prolação de votos, acórdãos, inclusão em pauta, encaminhamentos ou despachos interlocutórios e de mero expediente;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

IV - tratar com urbanidade os jurisdicionados, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, os advogados, servidores e terceiros, e atender aos que os procurarem, a qualquer momento, quando se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência;

V - comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente ou sessão, e não se ausentar injustificadamente antes de seu término;

VI - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados;

VII - manter conduta irrepreensível na vida pública e particular, velando pela autoridade da judicatura;

VIII - portar-se com lisura e probidade, inclusive no que concerne à relação entre suas atividades públicas e particulares;

IX - organizar suas atividades privadas de maneira a prevenir a ocorrência real, potencial ou aparente, de conflito com o interesse público, que prevalecerá sempre sobre o interesse privado;

X - zelar incondicionalmente pela coisa pública;

XI - declarar-se suspeito ou impedido na forma da lei processual, sob as penalidades de lei, pela omissão verificada;

XII - não perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvadas aquelas sujeitas às normas de reciprocidade, oferecidas às autoridades estrangeiras;

XIII - informar, na forma da Lei Federal nº. 8.730/93, sua situação patrimonial, além da Declaração de Bens e Rendas.

XIV - não opinar publicamente sobre a honorabilidade e o desempenho funcional de outra autoridade pública;

XV - não criticar ou emitir juízo, publicamente, sobre voto ou decisão de seus pares;

XVI - ser leal, respeitoso, solidário, cooperativo e cortês;

XVII - defender a competência da Instituição de Controle Externo;

XVIII - denunciar quaisquer atos ou fatos que venha sofrer ou conhecer que protelem a decisão dos feitos, limitem sua independência ou criem restrições à sua atuação;

XIX - desempenhar suas atividades com honestidade, objetividade, diligência, imparcialidade, independência, dignidade e dedicação;

XX - denunciar qualquer infração a preceito desta lei da qual tiver conhecimento;

XXI - manter boa conduta;

XXII - manter, no Tribunal de Contas, a ordem das sessões plenárias e reuniões administrativas;

XXIII - não atuar como preposto ou procurador em processo do qual tenha participado em razão do cargo;

XXIV - zelar pela celeridade de tramitação dos processos e pelo cumprimento desta Lei.

Art. 140. É vedado ao membro do Tribunal de Contas exercer suas funções nos processos de qualquer natureza que envolva:

I - sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado do qual o estado mantenha o controle acionário, concessionária de serviço público, fundações e autarquias de que tenha sido dirigente, cotista ou empregado;

II - município em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, seja detentor de mandato eletivo ou que tenha obtido 01 % (hum por cento) ou mais de votos, seja qual for o mandato eletivo, de cada colégio eleitoral, considerando os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral;

III - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual ou municipal, em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seja dirigente;

IV - gestor, responsável, denunciante, denunciado, interessado ou advogado que seja seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

§ 1º No caso do inciso I, o conselheiro impedido não poderá relatar nem votar no julgamento do processo, pelo prazo de 4 (quatro) anos, após seu desligamento.

§ 2º O impedimento deverá ser declarado de ofício pelo Conselheiro ou Auditor, quando em substituição, caracterizando a não declaração cometimento de falta grave.

§ 3º Quando não declarado de ofício, o impedimento poderá ser suscitado por qualquer Conselheiro, Auditor, quando em substituição, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, responsável ou interessado no processo e ainda qualquer pessoa do povo, e da decisão que o reconhecer será dado conhecimento ao Ministério Público Estadual e à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 4º O impedimento de membro do Tribunal de Contas previsto neste artigo incidirá inclusive em períodos de eleições, caso em que, a partir do registro de candidatura, de seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, serão adotados os critérios referente ao último pleito eleitoral, para fins de apuração das quantidades de votos recebidos; na hipótese de candidatura a reeleição, considerar-se-ão os dados da última eleição.

§ 5º Na hipótese de candidato sem mandato eletivo, o registro da candidatura de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até segundo grau do membro do Tribunal de Contas, ficará o mesmo impedido de exercer suas funções desde o momento em que, for concedido o registro da candidatura a cargo eletivo, cessando o período de suspensão com a realização das eleições.

§ 6º Se houver denúncia, que deve ser recebida ou denegada no prazo improrrogável de 5 dias, de que os Impedimentos previstos neste artigo foram violados, o Membro do Tribunal de Contas ficará afastado de suas funções até que seja concluído o procedimento administrativo que apurará a sua responsabilidade.

§ 7º Em sendo aprovada denuncia pela Assembléia, o Conselheiro do Tribunal de Contas será afastado liminarmente até que seja concluído o procedimento administrativo que apurará a responsabilidade.

Art. 141. Não podem ocupar, simultaneamente, cargos de Conselheiro, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau.

Parágrafo único. A incompatibilidade decorrente da restrição imposta no caput deste artigo resolve-se:

I - antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço, se nomeados na mesma data;

II - depois da posse, contra o que lhe deu causa;

III - se a ambos imputável, contra o que tiver menos tempo de exercício no Tribunal.

Capítulo X

Da Comissão de Ética e Disciplinar

Art. 142. A Comissão Disciplinar, destinada ao recebimento e instauração de processo administrativo contra os Membros do Tribunal de Contas, será composta pelo Vice-Presidente, pelo Conselheiro mais antigo, pelo Procurador Geral e pelo Corregedor-Geral, que a presidirá.

Art. 143 - Compete à Comissão de Ética:

I - receber denúncias, de qualquer cidadão ou entidade, devidamente fundamentadas, contra membro(s) do Tribunal de Contas, devendo ser mantido sigilo quanto à identidade do Denunciante;

II - instruir processos disciplinares contra os membros do Tribunal de Contas;

III - dar parecer sobre a adequação das imposições que tenham por objeto matéria de sua competência;

IV - propor ao Tribunal Pleno a aplicação das penalidades, na forma desse Código;

V - propor projetos de lei e resoluções atinentes à matéria de sua competência, visando manter a unidade desta lei;

VI - zelar pela aplicação desta lei e da legislação pertinente e pela imagem do Tribunal de Contas.

VII - zelar pelo cumprimento dos ditames previstos no artigo 141, e dar conhecimento aos órgãos enumerados das informações previstas no parágrafo 3º do referido artigo.

Art. 144. Aos integrantes da Comissão de Ética compete:

I - manter discrição e sigilo sobre a matéria inerente à sua função;

II - participar de todas as reuniões da Comissão, exceto por motivo previamente justificado ao seu Presidente.

Parágrafo Único. O membro da Comissão que transgredir qualquer dos preceitos deste Código será automaticamente desligado da Comissão e substituído, até a apuração definitiva dos fatos, sendo vedada a sua indicação ou recondução quando penalizado em virtude da transgressão das normas de ética estabelecidas por esta lei.

Seção I

Do Processo Ético

Art. 145 - O processo ético será instaurado de ofício ou por representação fundamentada, acompanhado da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a três.

Art. 146 - Precederá à instauração, a audiência do interessado, que, intimado, apresentará defesa prévia, querendo, no prazo, improrrogável, de quinze dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

§ 1º Acolhida preliminarmente a defesa, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto.

§ 2º Desacolhida a defesa prévia, será instaurado o processo, intimando-se o interessado para apresentar defesa, especificando as provas que pretenda produzir.

§ 3º Produzidas as provas, no prazo de quinze dias será o processo relatado pelo seu Presidente e julgado em sessão reservada do Tribunal Pleno.

§ 4º Da decisão caberá recurso inominado com efeito suspensivo, a ser interposto, no prazo de quinze dias, contados da intimação pessoal, e dirigido à Comissão de Ética.

§ 5º Na hipótese de processo ético iniciado de ofício pela Comissão de Ética, deverá a mesma recorrer da decisão Plenária, quando condenatória, devendo ser intimado o interessado para no prazo de 15 dias apresentar defesa, com juntada de documentos.

Art. 147. A violação das normas estipuladas no Código de Ética Disciplinar e nesta lei acarretará, conforme o ato e a gravidade da violação as sanções previstas no Estatuto dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo deverão ser anotadas na ficha funcional, sem qualquer outra formalidade.

§ 2º É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio interessado ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo.

§ 3º Havendo reincidência no cometimento de infração que acarrete quaisquer das sanções previstas neste artigo, o processo deverá ser automaticamente encaminhado, em caráter sigiloso, à Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público Estadual.

Capítulo XI

Do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Art. 148. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao qual se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, é integrado por onze procuradores, sendo chefiado pelo Procurador-Geral escolhido pelo Governador do Estado em lista tríplice formada entre seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução pelo mesmo processo.

§ 1º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, dentre bacharéis de direito, que possuam, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica regularmente comprovada, observada nas nomeações a ordem de classificação.

§ 2º Após a posse, será de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo, o período do estágio probatório.

§ 3º Considera-se atividade jurídica, para o fim estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, dentre outras estabelecidas pela Comissão de Concurso, o exercício das seguintes funções e a participação nos cursos de que trata a alínea m:

- a) membro da Magistratura;
- b) membro de Ministério Público;
- c) advogado;
- d) procurador da União, do Estado ou do município;

e) procurador de pessoas jurídicas de direito público ou privado (autarquias, fundações, sociedades de economia mista etc.);

f) delegado de polícia;

h) serventuário da Justiça;

i) professor universitário da área jurídica;

j) assessor ou consultor jurídico de órgão público ou privado;

l) estagiário do Ministério Público, do Poder Judiciário, de advocacia ou de procuradorias.

m) a participação em cursos de aperfeiçoamento jurídico, pós graduação, mestrado e doutorado.

Art. 149. Competem ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:

I - promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário;

II - comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação sobre preliminares e sobre o mérito, nos processos consulta, incidentes, prestação e tomada de contas, nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, bem como nas denúncias e representações;

III - manifestar-se em recursos e pedidos de rescisão de julgado, bem como, nos incidentes de uniformização de jurisprudência, incidente de inconstitucionalidade e na formação de prejudgados e entendimentos sumulados;

IV - velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

V - elaborar seu Regimento Interno, observada as especificidades de suas competências;

VI - interpor os recursos permitidos em lei;

VII - interpor o pedido de rescisão.

Art. 150. Compete ao Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas:

I - chefiar o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

II - delegar atribuições a membro do quadro de Procuradores, e aos servidores integrantes do serviço administrativo do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

III - solicitar nova audiência ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos processos submetidos a julgamento;

IV - propor ao Presidente medidas administrativas de interesse do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

V - expedir instruções e atos disciplinando as atividades administrativas dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dos servidores lotados na respectiva unidade, conforme artigo 152, desta lei;

VI - solicitar diárias, e encaminhar os pedidos de licença, férias, ou autorização para afastamento de membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e de servidores lotados na respectiva unidade;

VII - encaminhar ao Presidente a lista sêxtupla, de que trata o parágrafo 4º do artigo 128, e ao Governador do Estado a lista tríplice de que trata o artigo 128, parágrafo 3º desta lei

Parágrafo único. Em caso de vacância, impedimentos ou ausência por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, o Procurador-Geral será substituído pelo Procurador que designar para a função, e, na ausência deste, pelo procurador mais antigo em exercício, sendo assegurado, nestas substituições, os vencimentos do cargo exercido.

Art. 151. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná contará com apoio administrativo e de pessoal do quadro do Tribunal.

Art. 152. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas aplicam-se o art. 130 da Constituição da República e, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo-lhes vedado atribuições de representação judicial.

§ 1º Aplicam-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas as vedações contidas nos capítulos IX e X desta lei.

§ 2º Ao Procurador-Geral é assegurado idêntico tratamento jurídico e protocolar dispensado aos Conselheiros, assegurando-lhe o mesmo vencimento de Conselheiro.

Capítulo XII

Do Corpo Instrutivo

Seção I

Das Atribuições

Art. 153. Ao Corpo Instrutivo é atribuído o exercício das atividades operacionais necessárias ao desempenho da função institucional do Tribunal de Contas, na forma do estabelecido no Regimento Interno.

§ 1º O Regimento Interno definirá os segmentos administrativos que comporão a estrutura organizacional de que trata este artigo.

§ 2º As unidades técnicas integrantes do Corpo Instrutivo, sob a coordenação da Diretoria Geral, subordinam-se diretamente ao Gabinete da Presidência, sendo

vedada a sua vinculação aos Gabinetes de Conselheiros e respectivos titulares.

§ 3º Como ficar estabelecido em Regimento Interno, poderá a fiscalização estadual ser descentralizada por Inspetorias, Superintendidas por Conselheiros, ficando estabelecido na organização interna obrigatoriamente:

I - Meios de divulgação, na publicação oficial do Tribunal de Contas e por meio eletrônico, dos relatórios quadrimestrais ou outro que venha substituir os atuais, elaborados pelas respectivas Inspetorias de Controle Externo.

II - Encaminhamento, para fins de controle externo, dos relatórios periódicos de fiscalização, à Assembléia Legislativa.

III - Atendimento às solicitações a serem encaminhadas pela Assembléia Legislativa, como estabelecido nesta lei.

IV - Relatórios das impugnações de despesas, representações e outras medidas adotadas pela respectiva Inspetoria.

V - Divulgações das auditorias e trabalhos específicos elaborados por cada Inspetoria de Controle Externo.

Seção II

Do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

Art. 154. Os cargos do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, nos termos do Anexo I, desta lei, são de provimento efetivo, cuja investidura depende de aprovação prévia em concurso público, observados os requisitos de escolaridade e demais exigências legais.

Parágrafo único - No mínimo dois terços das unidades técnicas integrantes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na atividade fim de controle externo, como ficar estabelecido em Regimento Interno, serão dirigidas por Diretores, Inspetores e/ou Coordenadores nomeados dentre os ocupantes de cargos efetivos e de nível superior das carreiras técnicas do Tribunal.

Art. 155. A progressão funcional se dará mediante avaliação de desempenho, observados os critérios a serem estabelecidos em Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aplicando-se subsidiariamente as normas pertinentes estabelecidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Art. 156. Ao servidor do Tribunal de Contas é vedada a prestação de serviços particulares de consultoria ou assessoria a órgãos ou entidades sujeitos à sua jurisdição, bem como promover, ainda que indiretamente, a defesa dos administradores e responsáveis referidos no artigo 3º, desta Lei.

Art. 157. Os servidores do Tribunal de Contas poderão ser cedidos a Poderes, Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta da União, Estado ou do

Município, por ato da Presidência e respeitada a legislação vigente, na forma prevista no Regimento Interno.

Parágrafo único. Os servidores do Tribunal cedidos na forma disciplinada no *caput* deste artigo, quando do seu retorno, ficam impedidos de atuar em processos oriundos dos Poderes, Órgãos e Unidades da Administração Estadual ou Municipal para os quais prestaram serviço, referentes ao período da gestão em que ocorreu a cessão.

Art. 158. Ao servidor, no exercício de suas atividades fiscalizatórias, são asseguradas as seguintes prerrogativas:

I - livre ingresso em órgãos e entidades, incluindo o acesso a todos os documentos e informações necessários à realização do seu trabalho; e

II - competência para requerer, nos termos do Regimento Interno, aos responsáveis pelos órgãos e entidades objetos de inspeções, auditorias e diligências, as informações e documentos necessários para a instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado por sua chefia imediata.

Capítulo XIII

Controle Interno do Tribunal de Contas

Art. 159. O Tribunal de Contas manterá Sistema de Controle Interno com a finalidade de:

I - acompanhar e avaliar o cumprimento da programação das atividades das atividades e projetos;

II - apreciar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial quanto à legitimidade, à legalidade, à eficiência e à eficácia;

III - subsidiar a elaboração de relatórios gerais e informativos previstos nesta lei, inclusive para encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 160. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, à Presidência e à Corregedoria Geral sob pena de responsabilidade solidária, indicando as medidas administrativas necessárias para a correção da falha ou ilícitos encontrados.

TÍTULO IV

FISCALIZAÇÃO A SER EXERCIDA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Art. 161. Ao Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, compete:

I - realizar por iniciativa da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, e nas entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público;

II - prestar, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa ou por suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

III - emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela comissão técnica ou de inquérito;

IV - auditar, por solicitação da Assembléia Legislativa, de comissão, a que se refere o inciso IV, do art. 76, da Constituição Estadual, projetos e programas autorizados na Lei Orçamentária Anual do Estado, avaliando os seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade.

V - comunicar, no prazo de (30) trinta dias, à Assembléia Legislativa as impugnações de atos e despesas, propostas pelas Inspetorias do Tribunal, expondo os motivos e fundamentos legais, após o julgamento pelo órgão colegiado, exceto em caso de requerimento expresso da Assembléia Legislativa, relativo a fato específico.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas dará prioridade, na forma estabelecida no Regimento Interno, à matéria de que trata este artigo.

Art. 162. Os trabalhos de auditoria e inspeção, de natureza operacional, independentemente de eventuais responsabilizações, após a aprovação do respectivo relatório pelo órgão colegiado, decorrido os prazos recursais, serão encaminhados à Assembléia Legislativa, para subsidiar as suas atividades de controle do Poder Público, nos termos previstos em Regimento Interno.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 163. Os Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas têm prazo de (30) trinta dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por igual período, mediante solicitação escrita, para posse e exercício no cargo.

Art. 164. Os mandatos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral deste Tribunal, a partir da eleição de dezembro de 2006, cuja posse ocorrerá em 2007, serão bienais.

Parágrafo único. A vedação de reeleição de que trata o artigo 122, não se aplica aos eleitos em dezembro de 2005, cuja posse ocorrerá em 2006.

Art. 165. As atas das sessões e demais decisões do Tribunal serão publicadas na íntegra, no órgão de divulgação oficial do Tribunal e, subsidiariamente, no site do Tribunal na internet.

Art. 166. Os atos oficiais do Tribunal de Contas serão publicados gratuitamente no periódico próprio instituído pela Lei Estadual nº 14.704, de 01 de junho de 2005.

Art. 167. O Regimento Interno do Tribunal somente poderá ser aprovado e alterado pelo voto de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, vedada neste caso a substituição.

Art. 168. O Tribunal de Contas poderá firmar Acordos de Cooperação com outros Tribunais, organismos nacionais e internacionais e demais entidades cujos fins sejam correlatos.

Art. 169. Ficam mantidas as disposições provimentais que não conflitem com a presente lei, nos termos previstos em Regimento Interno.

Art. 170. O Tribunal enviará nos prazos previstos em legislação específica, no Regimento Interno e em Resoluções, ao Tribunal Regional Eleitoral, a lista contendo o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares, em decisão transitada em julgada, para fins de declaração de inelegibilidade.

Art. 171. Os prazos previstos nesta lei aplicam-se aos processos protocolados no Tribunal a partir da data da vigência desta lei.

Art. 172. O Conselho Superior será extinto na data de instalação das Câmaras.

Parágrafo único. Na mesma data, fica transformado o cargo de Assessor Jurídico do Conselho Superior, símbolo DAS-3 em Secretário de Câmara, símbolo DAS-3 e extintos os cargos de Secretário de Sessão, DAS-5 e Assessor Técnico do Conselho Superior, símbolo 1-C, e criado um cargo de Secretário de Câmara, símbolo DAS-3.

Art. 173. Ficam extintos os cargos de Consultor Técnico e de Consultor Jurídico.

§ 1º Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput integrarão quadro em extinção.

§ 2º Ficam criados 1 (um) cargo de Assessor de Engenharia Ambiental - AE, 4 (quatro) de Programador Analista - PA, que serão providos quando extintas as vagas a que se referem o parágrafo anterior, na medida das disponibilidades orçamentárias e na mesma proporção financeira.

§ 3º A progressão na carreira de Assessor de Engenharia Ambiental - AE dar-se-á do nível AE 01 ao nível G 11.

Art. 174. Ficam criados 20 (vinte) cargos de Técnico de Controle Contábil - TCC, 6 (seis) cargos de Assessor Jurídico - AJ e 2 cargos em comissão de assessor

jurídico - AJ, símbolo DAS-3, estes últimos lotados no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixado o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor da presente lei para provimento dos referidos cargos e para o início da realização de concurso público para o provimento dos cargos onde houver necessidade.

Art. 175. Ficam criadas as Coordenadorias de Planejamento e a Coordenadoria de Auditoria em Operações de Créditos Internacionais do Tribunal de Contas, nos termos desta lei e do Regimento Interno, atribuindo aos cargos de Coordenadores, símbolo DAS-3, fixando o prazo improrrogável de 60 dias da entrada em vigor da presente Lei para o provimento dos referidos cargos e para o início da realização de concurso público para o provimento dos cargos onde houver necessidade.

Art. 176. A remuneração máxima dos servidores que compõe o quadro de pessoal do Tribunal de Contas, ativos e inativos, percebida a qualquer título, não poderá exceder o subsídio do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 177. As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 178. O Tribunal aprovará em 90 (noventa) dias, da data da vigência desta lei, o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Caso não aprovado no prazo acima fixado, caberá a Presidência a regulamentação, ad referendum da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de trinta dias.

Art. 179. Ficam mantidas as disposições normativas que não conflitem com a presente lei.

Art. 180. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, a Lei nº 6.473 de 31 de outubro de 1973, a Lei Estadual nº 8082, de 28 de maio de 1985, Lei Estadual nº 8746, de 25 de março de 1988, a Lei Estadual nº 9436, de 09 de novembro de 1990, a Lei Estadual nº 11.508, de 06 de setembro de 1996, Lei nº 13.983, de 30 de dezembro de 2002, o parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 7077, de 03 de janeiro de 1979, os artigos 4º e 6º da Lei Estadual nº 14507, de 01 de outubro de 2004.

Sala da Comissões, em 25 de outubro de 2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Nelson Justus, Hermes Fonseca e Delegado Bradock.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de aproveitar este momento em que vamos votar esse projeto tão importante, apenas para manifestar que vou me abster dessa votação, até porque julgo que é uma ação correta minha, porque estou sob judice do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na condição de ex-Prefeito.

Acho, que neste momento, quando se vota um projeto de tamanha importância nesta Casa, na condição de estar sob judice do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, gostaria de me abster da votação, porque acho que é o mais correto neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o posicionamento de V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Para Encaminhar**)

Estou ouvindo as palavras de nosso ilustre Deputado, ex-Prefeito de Ponta Grossa. E também estou sob judice no Tribunal de Contas, mas não me sinto impedido ou por qualquer outra razão de votar essa matéria, não tem nada a ver uma coisa com outra. Sinto-me muito à vontade e vou votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Aprovado. **Aprovado por unanimidade**, por 37 Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço escusas a V. Exa. que deixei de registrar a sua abstenção. Trinta e seis Deputados favoráveis e, abstenção do Sr. Deputado Jocelito Canto.

Discussão/Votação

Passaremos ao restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 301/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, criando o programa Vida Nova Mulher Mastectomizada, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 301/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o programa Vida Nova Mulher Mastectomizada, de apoio

às mulheres carentes mastectomizadas no Estado do Paraná.

Art. 2º O programa, a ser oferecido pela Secretaria Estadual de Saúde, tem por finalidade apoiar, orientar, tratar, reabilitar e reintegrar pacientes e ex-pacientes carentes acometidos pelo câncer de mama.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, considera-se carente a mulher cuja renda familiar não ultrapasse a três salários-mínimos.

Art. 3º O Programa contará com equipes multidisciplinares formadas por médicos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, e terá por finalidade oferecer:

I - amparo psicológico individual e social à mulher mastectomizada;

II - local apropriado para realização de reuniões de cunho informativo e esclarecedor;

III - exames periódicos de ultra-sonografia e mamografia, entre outros, com a finalidade de controle ou prevenção ao câncer de mama;

IV - acesso rápido ao oncologista proporcionando tratamento farmacêutico, quimioterápico e radioterápico imediato;

V - perucas, lenços, gorros, luvas, próteses externas e sutiã adequado para o uso, sendo que bolinhas de isopor, no período imediato pós operatório, e próteses externas de silicone, às pacientes em tratamento quimioterápico;

VI - estímulo à criação de grupos que possam oferecer oficinas de artesanato, visando uma interação mais efetiva entre mulheres mastectomizadas, bem como um momento de troca de experiências entre elas;

VII - passagens de transporte coletivo para participantes do grupo de oficinas de artesanato;

VIII - feiras expositivas a cada trimestre onde serão expostos os trabalhos manuais confeccionados nas oficinas, sendo colocadas à venda para auxílio à mulher mastectomizada carente.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 572/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, assegurando o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores da rede pública de

ensino do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 572/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores de todos os níveis da rede pública de ensino do Estado do Paraná, estejam eles em atividade ou licenciados ou aposentados.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizarem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas, e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º Para usufruir do benefício previsto nesta lei, o professor deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, mediante apresentação da carteira de Identificação Funcional.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 588/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede e foro no município de Jataizinho. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 588/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho - Provocar, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, fixando prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 423/2005

Acrescente-se artigo no Projeto de Lei nº 423/2005, com a seguinte redação:

“Art. ... - Os efeitos da presente lei extinguem-se em três anos a partir da data da sua publicação.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Francisco Bühner, Artagão Júnior, Delegado Braddock e Rafael Greca.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2005, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, proibindo o Poder Executivo de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 527/2005

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 137, parágrafos 3º e 4º do Regimento Interno desta Casa, apresenta emenda aditiva e modificativa ao projeto de lei em questão, incluindo no *caput* do artigo 1º, os incisos I e II, os parágrafos 1º e 2º e o artigo 2º, (renumerando-se o subsequente), passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam o Poder Executivo, as Secretarias de Estado e quaisquer órgãos da administração pública direta e indireta, autárquica ou fundacional, proibidos de celebrar contratos e repasses de recursos financeiros de publicidade, de qualquer espécie:

I - junto a emissoras de rádio e televisão que pertençam, ou tenham como funcionários contratados, ou profissionais mediante qualquer modalidade de contrato destinado à realização de horário de programa; políticos com mandato eletivo, ou parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.

II - junto a publicações impressas como jornais, revistas e outros periódicos, que pertençam, ou tenham como funcionários contratados, ou profissionais com contrato de qualquer espécie a fim de veiculação em espaço de coluna ou página; políticos com mandato eletivo, ou parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.

§ 1º Igualmente fica vedado o repasse de verbas referidas no *caput* deste artigo, caso as contratações mencionadas nos incisos I e II se derem através de pessoas jurídicas, em que políticos com mandato eletivo figurem como sócios, mesmo que minoritários, ou funcionários, ou que ainda sejam ligados nos mesmos moldes a parentes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.

§ 2º A mesma proibição se dará a eventuais subcontratações, por interposta pessoa, física ou jurídica, nos meios de comunicação referidos nesta lei.

Art. 2º Incorrem na mesma vedação do artigo antecedente os membros e funcionários do Poder Executivo, do Poder Legislativo e Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, e quaisquer órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional; ou parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou cônjuges, ou companheiros, ou afins.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Geraldo Cartário e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo das modificações é aperfeiçoar o projeto de lei, incluindo membros do Poder Público que ficaram de fora do texto originário, os quais, comparativamente à classe política, também gozam de indiscutível representatividade.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 527/2005, tem por objetivo alterar a redação proposta em seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica a Administração Pública Estadual, direta e indireta, proibida de firmar contratos e repassar

recursos financeiros para publicidade junto a quaisquer veículos de comunicação, seja da mídia impressa, falada ou televisionada, inclusive pela internet, sempre que as respectivas empresas pertençam a políticos no exercício de mandato eletivo ou que exerçam cargo efetivo, contratados ou em comissão junto ao poder público estadual.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Miltinho Pupio, Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Barbosa Neto, Elio Rusch e Valdir Rossoni.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidades do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 07, de autoria dos diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 562/2005

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, apresenta emenda aditiva ao projeto de lei em questão, o qual dispensa ou parcela os créditos de titularidades do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A.; incluindo no artigo 4º, o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os mutuários do programa Panela Cheia, cuja dívida seja equivalente ao valor de até 03 (três) tratores, conforme especifica o referido programa, gozarão dos benefícios estabelecidos nesta lei.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

André Vargas, Marcos Isfer, Reni Pereira, Pedro Ivo Ilkiv.

JUSTIFICATIVA:

Os mutuários que se beneficiaram do Programa Panela Cheia e que tomaram em conta de empréstimos as máquinas agrícolas (tratores) em até o número de três, traduzem em pequenos proprietários rurais.

Em razão do interesse público baseado na manutenção do homem no campo, produzindo o alimento para sua subsistência e para o abastecimento dos grandes centros, e, considerando que não há no Estado uma política ou mesmo um programa de incentivo aos pequenos agricultores que não seja o Pronaf, do Governo Federal, merecem, portanto, no nosso entendimento, esses mutuá-

rios serem albergados no benefício que estipula o referido projeto de lei.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 562/2005, tem por objetivo alterar a redação do artigo 3º e acrescentar-lhe parágrafo único, conforme segue:

“Art. 3º Os contratos poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

§ 1º Para os mutuários signatários de contratos com apenas um bem, em situação de adimplência ou não, o valor do mesmo será reduzido ao valor do bem atualizado até a data da assinatura do contrato de repactuação, considerada a efetiva depreciação do bem.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, NELSON GARCIA e 02 ilegíveis.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 562/2005, tem por objetivo alterar a redação dos artigos 4º e 5º, conforme segue:

“Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei, aplicam-se a todos os mutuários independentemente do somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos.

Art. 5º Os mutuários cujos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar um valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais), estará dispensado do pagamento da integralidade da sua dívida.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 562/2005, tem por objetivo acrescentar inciso a redação do artigo 8º, conforme segue:

“Art. 8º ...

V - para os parcelamentos de dívidas superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), não será concedida

dispensa progressiva do saldo devedor aplicando-se a correção prevista no artigo 11 desta lei.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, CIDA BORGHETTI, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

A presente Emenda Modificativa e Aditiva ao Projeto de Lei nº 562/2005, tem por objetivo alterar a redação do artigo 10 e acrescentar-lhe parágrafo único, conforme segue:

“Art. 10. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada a comprovação do pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos parceladamente, em tantas vezes quantas concedidas para o pagamento do crédito parcelado.

Parágrafo único. Ficam limitados em 4% (quatro por cento) os respectivos honorários advocatícios.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 562/2005, tem por objetivo acrescentar parágrafo único à redação final do artigo 12, conforme segue:

“Art. 12.

Parágrafo único. Para os mutuários considerados pequenos produtores rurais, com propriedades com até seis módulos rurais, e estando a mesma em garantia do contrato, esta será levantada sem exigência de substituição. Os mesmo ocorrendo para os mutuários signatários de contratos, com apenas um bem.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA

NETO, CIDA BORGHETTI, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07

O artigo 5º, do Projeto de Lei nº 562/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), estarão dispensados do pagamento da integralidade da sua dívida.”

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ADEMIR BIER, ALEXANDRE CURI, ANTONIO ANIBELLI, ARTAGÃO JÚNIOR, CESAR SELEME, CLEITON KIELSE, DOBRANDINO DA SILVA, JOSÉ MARIA FERREIRA, GERALDO CARTÁRIO, ELZA CORREIA, DELEGADO BRADOCK, MAURO MORAES, NEREU MOURA e RAFAEL GRECA.

Apoioamento:

Miltinho Pupio e Elton Carlos Welter.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 06 (seis), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 563/2005

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 563/2005, tem por objetivo alterar a redação do artigo 3º e acrescentar-lhe parágrafo único, conforme segue:

“Art. 3º Os contratos poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

§ 1º - Para os mutuários signatários de contrato com apenas um bem em situação de adimplência ou não, o valor do mesmo será reduzido ao valor do bem atualizado até a data da assinatura do contrato de repactuação, considerada a efetiva depreciação do bem.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH,

MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 563/2005, tem por objetivo alterar a redação dos artigos 4º e 5º, conforme segue:

“Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei, aplicam-se a todos os mutuários independentemente do somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos.

Art. 5º Os mutuários cujos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar um valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), estará dispensado do pagamento da integralidade da sua dívida.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 563/2005, tem por objetivo acrescentar inciso a redação do artigo 8º, conforme segue:

“Art. 8º ...

V - para os parcelamentos de dívidas superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), não será concedida dispensa progressiva do saldo devedor aplicando-se a correção prevista no artigo 11 desta lei.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, CIDA BORGHETTI, BARBOSA NETO, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

A presente Emenda Modificativa e Aditiva ao Projeto de Lei nº 563/2005, tem por objetivo alterar a redação do artigo 10 e acrescentar-lhe parágrafo único, conforme segue:

“Art. 10. A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada a comprovação do pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser pagos

parceladamente, em tantas vezes quantas concedidas para o pagamento do crédito parcelado.

Parágrafo único. Ficam limitados em 4% (quatro por cento) os respectivos honorários advocatícios.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 563/2005, tem por objetivo acrescentar parágrafo único à redação final do artigo 12, conforme segue:

“Art. 12.

Parágrafo único. Para os mutuários considerados pequenos produtores rurais, com propriedades com até seis módulos rurais, e estando a mesma em garantia do contrato, esta será levantada sem exigência de substituição. O mesmo ocorrendo para os mutuários signatários de contratos, com apenas um bem.”

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(aa) CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCOS ISFER, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, NELSON GARCIA e 01 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06

O artigo 5º, do Projeto de Lei nº 563/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), estarão dispensados do pagamento da integralidade da sua dívida.”

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ADEMIR BIER, ALEXANDRE CURI, ANTONIO ANIBELLI, ARTAGÃO JÚNIOR, CESAR SELEME, CLEITON KIELSE, DOBRANDINO DA SILVA, JOSÉ MARIA FERREIRA, GERALDO CARTÁRIO, ELZA CORREIA, DELEGADO BRADOCK, MAURO MORAES, NEREU MOURA e RAFAEL GRECA.

Apoiamento:

Miltinho Pupio e Elton Carlos Welter.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2003, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, criando o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CEMA. PARECER CONTRÁRIO DA CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. (Publ. no DA nº 077/2003, de 24.09.2003, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO SEPARADO

PROJETO DE LEI Nº 572/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei do nobre Deputado Pedro Ivo Ilkiv, sumulado nos seguinte termos: cria o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar, e dá outras providências.

O projeto em tela visa taxar em 1% (um por cento) a comercialização de agrotóxicos utilizados para fins agropecuários e florestais, objetivando a constituição de um fundo, cujos recursos serão aplicados no apoio à agricultura ecológica.

Invoca o nobre Deputado Bradock o disposto no artigo 61, parágrafo 1º, II “b” da CF/88, como causa a eivar de inconstitucionalidade o projeto em análise, por suposto vício de iniciativa, pedimos vênica para discordar do entendimento do nobre colega, senão vejamos:

1 - O disposto em questão, artigo 61, parágrafo 1º, II “b”, da CF/88 trata efetivamente da competência privativa do Presidente da República na iniciativa de projetos de lei das matérias ali constantes para os territórios, já que juridicamente esses são considerados autarquias federais não possuindo, portanto, executivo, legislativo e judiciário próprio. Para os estados membros, evidentemente deve se aplicar o disposto no *caput* desse artigo que dispõe:

Art. 61. A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Como se pode observar, a simples leitura do *caput* deste artigo diz expressamente que a competência é concorrente dos agentes políticos ali especificados, para a proposição de leis complementares ou ordinárias. Essa é a correta interpretação analógica que deve ser feita desse dispositivo, pois a Constituição e as leis de forma geral não contém palavras inúteis.

2 - Ademais vale ressaltar os precedentes recentes, a corroborar o entendimento nesse sentido, de projetos de lei que esta comissão analisou exarando pareceres favorá-

veis, como por exemplo no de nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, convertido em Lei Complementar sob nº 107/2004 - Código de Defesa do Contribuinte, matéria por excelência de cunho eminentemente tributário. Também neste sentido o Projeto de Lei nº 105/2005 que altera a Lei nº 14.585/2004, na eminência de ser votado em plenário, entre tantos outros como por exemplo o que isentou de ICMS a compra de aviões utilizados no agronegócio (aplicação de agrotóxicos).

Convém salientar a importância de tal proposição quando a proteção ao ambiente e a uma vida saudável, além de preceito constitucional é uma preocupação da agenda atual do Brasil e do planeta.

Por essas razões submeto o presente voto/parecer em separado no sentido de considerar legal e constitucional a proposição em tela, sendo, portanto, nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 572/2003

P A R E C E R :

A Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar sobre o Projeto de Lei nº 572/2003, de autoria do ilustre Deputado Pedro Ivo Ilkiv que: "Cria o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar e dá outras providências", após analisar o presente projeto relata o seguinte:

1 - O que pretende o ilustre Deputado Pedro Ivo Ilkiv é criar o Fundo Estadual da Agricultura, Ecologia e Soberania Alimentar, propondo a taxa de 1% (um por cento) sobre o valor bruto dos produtos agrotóxicos comercializados com fins agropecuários e florestais a serem recolhidos pelo comércio varejista que atua com estes produtos.

2 - Para se considerar o mérito da criação de um fundo para amparar a Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar do Estado do Paraná, se faz necessário primeiramente dizer que na sua forma original o projeto teria que ser considerado Inconstitucional, por apresentar vício de origem, pois o artigo 61 da Constituição Federal assevera que: "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

"§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios".

Como toda proposição legislativa estadual deva seguir a orientação federal - principalmente as de ordem constitucional - é necessário afirmar, a bem da verdade, que a referida matéria apresenta óbices desta ordem.

Porém, considerando-se, que a referida matéria passou pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa com parecer favorável, cabe a esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, observar que o objetivo do projeto é criar o Fundo Estadual de Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar.

Considerando-se que o referido projeto visa taxar em 1% (um por cento) a comercialização de agrotóxicos usados para fins agropecuários e florestais, nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento destes produtos, sabemos perfeitamente que o produtor e o comerciante já estão altamente carregados de impostos, taxas e tantos outros encargos, este projeto viria onerá-lo ainda mais, desestimulando a indústria e o comércio.

Como Parlamentares, temos que nos preocupar com projetos que visem criar empregos e estimular todo e qualquer agente gerador de empregos e não desestimular a indústria e o comércio, fonte geradora desses empregos.

Sabemos que todos os impostos e/ou taxas cobrados a mais poderá ser fator de risco para a população ativamente trabalhadora, pois esses encargos sempre estouram na ponta, onde o pequeno agricultor, aquele que depende da agricultura familiar, já se encontra bastante onerado e até com dificuldades para a sua sobrevivência.

Desta forma, por se tratar de um projeto que cria novas taxas para o agricultor, cremos que esta iniciativa deveria ser do Poder Executivo, que teria condições de estudar uma contra-partida para desonerar o valor de 1% que é proposto pelo autor.

Desta forma, nosso parecer final é contrário à tramitação do presente projeto de lei pelo augusto Plenário desta Casa, pois o seu objetivo poderá produzir a retração e não o desenvolvimento da agricultura familiar.

Portanto, nosso parecer final é pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MECOSUL
VOTO EM SEPARADO
PROJETO DE LEI Nº 572/2003

Respeitosamente pedimos vênias ao nobre relator da presente matéria para discordar de seu parecer nesta comissão que foi desfavorável ao referido projeto, pela razões seguintes:

1) primeiramente a preocupação com a degradação ambiental e a saúde humana em decorrência do uso indiscriminado de agrotóxicos está na ordem do dia das discussões nacionais e internacionais devido,

especificamente na questão da contaminação da água potável, bem de uso público, verdadeiro tesouro do III milênio;

2) em segundo lugar a agricultura orgânica vem se constituindo um grande nicho de mercado em âmbito nacional e principalmente internacional, por exemplo, nos países da União Européia há uma enorme demanda por gêneros agrícolas produzidos sem agrotóxicos o que garante mercado certo para a produção desse tipo de gênero agrícola com um excelente valor, pois o preço médio desses produtos é cerca de 30% maior que os da agricultura convencional;

3) em terceiro lugar a taxaçoão proposta é num percentual ínfimo de 1% que na equalizaçoão final resta evidente que os benefícios serão infinitamente superiores ao suposto aumento da carga tributária que poderia ocorrer. Há ainda que se considerar o aspecto pedagógico do projeto no sentido de educar os produtores e consumidores para práticas mais saudáveis na produção e consumo de alimentos, ora os danos à saúde humana, aumento de casos de câncer e outras moléstias falam por si só, portanto urge ao Estado tomar atitudes para viabilizar o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas que afetam diretamente o ambiente que é justamente o que propõe o presente projeto de lei.

Por essas razões, nosso parecer/voto em separado é favorável à tramitaçoão do presente projeto de lei, pois os benefícios finais aos agricultores e consumidores são evidentes e certamente contribuirão para o sadio desenvolvimento econômico da agricultura do nosso Estado.

Opinamos portanto, pela aprovaçoão do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 572/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 572/2003, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, cria o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar, e dá outras providências.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza constitucional.

Segundo o projeto de lei, o fundo terá dotações orçamentárias do Estado, todavia, tais dotações orçamentárias não estão previstas na Lei do Orçamento do Estado, o que é vedado pelo artigo 133, parágrafos 2º e 6º, I da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 133 *omissis*

§ 2º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem

prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

omissis

§ 6º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, fixando as despesas referentes nos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, estimando as receitas do Estado, efetivas e potenciais aqui incluídas as renúncias fiscais a qualquer título”

O projeto deve sofrer emendas a fim de que o Estado possa incluir os recursos destinados ao fundo em tempo hábil na Lei Orçamentária de 2006.

Há que se destacar que o fundo conta como renda, o produto da taxaçoão de 1% sobre o valor bruto dos agrotóxicos, todavia, tal taxaçoão não existe e não pode ser criada por esta Casa de Leis, tendo em vista que a Assembléia não tem competência para propor a criação de novos tributos.

A renda de supostas dotações orçamentárias da União e dos municípios também não possui respaldo legal, vez que não se pode obrigar a União e os municípios a contribuírem para o fundo de caráter estadual.

Em função das questões acima levantadas, o projeto, para poder ser aprovado, necessita de mudanças na redação, motivo pelo qual apresentamos o substitutivo geral.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma do substitutivo geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 04.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 572/2003

O Projeto de Lei nº 572/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas e projetos que objetivam o desenvolvimento dos princípios, métodos e práticas da agricultura ecológica no ambiente da agricultura familiar, bem como promova mecanismos de controle e resíduos tóxicos nas principais cadeias agroalimentares responsáveis pelo abastecimento da população paranaense.

Art. 2º Constituem recursos do Fundo Estadual de Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II- rendimentos de qualquer natureza derivado de aplicação de seu patrimônio:

III - receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas,

nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais e pertinentes;

IV - outras receitas eventuais que lhe forem destinadas por lei, regulamento, acordo ou convenção.

Art. 3º Os recursos carreados ao Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa deverão ser aplicados através de órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios, bem como de entidades privadas sem fins, lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com aqueles estabelecidos no artigo 1º.

Art. 4º Os recursos do Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, serão aplicados em planos, programas ou projetos que visem:

I - o resgate da agrobiodiversidade adaptada aos ecossistemas naturais do Estado;

II - a promoção da produção de alimentos ecológicos para o mercado interno;

III- o controle e monitoramento da qualidade na cadeia agroalimentar e da educação alimentar;

IV - o desenvolvimento institucional e pesquisa em agroecologia;

V - o desenvolvimento de campanhas institucionais de incentivo à produção e ao consumo de produtos agrícolas ecologicamente cultivados e de políticas públicas relacionadas à agroecologia.

Art. 5º O Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa terá suas contas submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º Fica criado o Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - (CEG-Faesa) composto de forma paritária por cinco representantes indicados pelo Governo do Estado e por cinco representantes oriundos de organizações da sociedade civil ligadas à agricultura ecológica.

Art. 7º O Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa será administrado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná através do Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar.

Art. 8º O Estado do Paraná deverá incluir na Lei Orçamentária do ano de 2006 as dotações orçamentárias necessárias para a implementação do Fundo.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.”

Sala das Comissões, em 04.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 572/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, tem por objetivo criar o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar.

Chamadas a se manifestarem as comissões de Constituição e Justiça e da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, apresentaram parecer, na forma de Substitutivo Geral e voto favorável, respectivamente.

Igualmente, esta Comissão, seguindo as posições tomadas pelas acima citadas, posiciona-se favoravelmente à tramitação da matéria em análise.

Sala das Comissões, em 24.10.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
RENATO GAÚCHO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 3342, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 572/2003.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 063/2005, de 20/06/2005, em Projetos de Lei, pág. 13).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 398/2005

P A R E C E R :

Relatório:

O Projeto de Lei nº 398/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por escopo a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis.

Para tanto, impõe penas de multa, apreensão do produto, perdimento do produto ou interdição parcial ou total do estabelecimento, àqueles que adquirirem, transportarem, estocarem, distribuírem ou revenderem produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente.

Tal desconformidade deve ser comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, ou ainda por entidades ou órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados, cabendo à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), aplicar as sanções administrativas, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Em análise-prévia a respeito da proposição, entendeu a assessoria desta Comissão:

Com relação à competência, determina o artigo 24, V, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

A Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, dispõe em seu artigo 55:

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

Esse projeto, portanto, está de acordo com a disposição constitucional e o Código de Defesa do Consumidor.

Quanto à iniciativa para legislar, no entanto, vejamos o que determina o artigo 66, IV, da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

O Decreto 2085/2003, que dispõe sobre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, determina no artigo 3º, inciso V, do seu anexo:

Art. 3º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania:

V - Nível de Execução Programática - Coordenação Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon/PR.

O Procon é órgão integrante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Dar-lhe atribuições, portanto, é matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme se depreende da Constituição Estadual. O presente projeto é, portanto, inconstitucional, pois não compete à sua iniciativa a matéria sobre a qual legisla. Para corrigir tal inconstitucionalidade, sugere-se uma emenda supressiva e aditiva, na forma do anexo.

Quanto à técnica legislativa, há que se observar o disposto no artigo 1º do referido projeto:

“Quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender (...)”. Com esse texto, o projeto afeta inclusive quem pretende proteger, ou seja, o próprio consumidor. Afinal ele também adquire o produto irregular. Essa falha poderia gerar um vício de legalidade com relação aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Esse fato também é objeto da emenda corretiva anexa, a fim de sanar-lhe as inconstitucionalidades.

Dessa forma, em sede de análise prévia, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei, nos moldes da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 11.08.2005.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 398/2005

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 322/2005, passando o seu artigo 1º a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O estabelecimento que adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente, ficará sujeito às seguintes sanções administrativas:

Além disso, suprime os artigos 30, 4º, 5º e 90, na sua integralidade, e o parágrafo 3º do artigo 6º, artigo esse que passa a ser renumerado como artigo 3º; da mesma maneira, o artigo 10, passa a ser numerado como artigo 5º. Faz-se ainda, através dessa emenda, o acréscimo do artigo 40, com a seguinte redação:

Art. 40. O Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de noventa dias, estabelecendo os métodos de fiscalização e os procedimentos administrativos, a fim de serem aplicadas as sanções determinadas pela presente.

Sala das Comissões, em 11.08.2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

É o relatório.

Voto:

Acertada a análise prévia, no que concerne à competência legislativa concorrente:

Está prevista no artigo 24 da Constituição, onde se declara competir à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar sobre produção e consumo (inciso V).

Nesse âmbito da legislação concorrente, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais.

Têm os Estados competência legislativa suplementar de normas gerais estabelecidas pelo governo federal, nos termos do artigo 24, parágrafo 2º.

A respeito da matéria objeto da proposição, a União já expediu a lei nº 9847/1999, que: dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências. de tal lei, colhe-se:

Art. 1º A fiscalização das atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata a Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997, será realizada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou, mediante convênios por ela celebrados, por órgãos da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O abastecimento nacional de combustíveis é considerado de utilidade pública e abrange as atividades de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e

comercialização de petróleo, seus derivados básicos e produtos, gás natural e condensado, bem como a distribuição, revenda e comercialização de álcool etílico combustível.

§ 2º A fiscalização abrange, também, a construção e operação de instalações e equipamentos relativos ao exercício das atividades referidas no parágrafo anterior.

Art. 2º Os infratores das disposições desta lei e demais normas pertinentes ao exercício de atividades relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil e penal cabíveis:

I - multa;

II - apreensão de bens e produtos;

III - perdimento de produtos apreendidos;

IV - cancelamento do registro do produto junto à ANP;

V - suspensão de fornecimento de produtos;

VI - suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação;

VII - cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação;

VIII - revogação de autorização para o exercício de atividade.

Parágrafo Único. As sanções previstas nesta lei poderão ser aplicadas cumulativamente.

...

Art. 12. São autoridades competentes para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo os funcionários da ANP ou de órgãos conveniados, designados para as atividades de fiscalização.

Decidiu o STF, na ADI 2396:

Segundo a conclusão exposta no exame do pedido liminar, respaldada pela melhor doutrina, o espaço de possibilidade de regramento para legislação estadual, em casos de competência concorrente abre-se:

a) toda vez que não haja legislação federal, quando então, mesmo sobre princípios gerais, poderá a legislação estadual dispor;

b) quando, existente legislação federal que fixe os princípios gerais, caiba complementação ou suplementação para o preenchimento de lacunas, para aquilo que não corresponda à generalidade; ou ainda para a definição de peculiaridades regionais.

É essa a compreensão que o Tribunal sem manifestado quando se defronta com hipóteses de competência legislativa concorrente. Dentre as decisões precedentes desta Casa, destaco a ADI 903/MG-MC, Rel. Mim. Celso de Mello, na qual o Tribunal entendeu que reconhecida a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para dispor sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e, enquanto não sobrevier a legislação de caráter nacional, é de se admitir a existência de um espaço

aberto à livre atuação normativa do Estado-membro, do que decorre a legitimidade do exercício, por essa unidade federada, da faculdade jurídica que lhe outorga o artigo 24, parágrafo 3º, da Carta Política.

Por igual, na ADI 1980/PR-MC, também de relatoria do eminente Ministro Celso de Mello, analisada a legislação editada por aquela unidade da federação, que assegurava ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis, o Tribunal recusou a cautelar ao fundamento de que, no caso, a lei impugnada preencheria, tão somente, a esfera de competência suplementar garantida aos Estados, sem porém, invadir a que se reserva à União Federal.

Pode-se concluir, portanto, que em caso de competência concorrente, não pode o Estado dispor diversamente da União, mas pode adequar a norma geral à sua realidade local.

Aparente conflito entre a proposição e a Lei Federal surge na medida em que se observa que esta, em seu artigo 12, imputa à ANP a lavratura de auto de infração, ao passo que a primeira imputa tal poder-dever ao Procon/PR, no âmbito de nosso Estado.

Contudo, observa-se que a legislação federal ressalta a possibilidade de tal incumbência ser atribuída a órgãos conveniados (mediante convênios por ela celebrados, por órgãos da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios).

Grave problema resulta de que o artigo 23, parágrafo único da Constituição (Lei Complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional), remete a Lei Complementar, ainda não editada.

Surge aí uma lacuna que, imagina-se, objetiva a proposição suprir, através da atribuição ao Procon/PR, da incumbência de aplicar as multas e demais sanções administrativas.

Segundo Alexandre de Moraes¹:

Os métodos tradicionais da interpretação jurídica são insuficientes para a interpretação constitucional que se depara, freqüentemente, com normas do tipo geral, abertas, enunciadoras de princípios básicos (verdadeiros standards).

A Constituição Federal há de sempre ser interpretada, pois, somente por meio da conjugação da letra do texto com as características históricas, políticas, ideológicas do momento encontrar-se-á o melhor sentido da norma jurídica, em confronto com a realidade sociopolítico-econômica e almejando sua plena eficácia.

Partindo-se da premissa fundamental da supremacia das normas constitucionais, são os seguintes os prin-

1. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional / 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

cípios e regras interpretativas das normas constitucionais:

- *da unidade da constituição: a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas. Assim, a análise sistêmica do texto magno é impositiva e primordial, pois, como salienta Canotilho, o intérprete deve "considerar a constituição na sua globalidade e procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar". A necessidade de interpretar-se a Constituição na forma uma demonstra a interdependência e complementaridade das normas constitucionais, que não poderão, sob pena de desrespeito à vontade do legislador constituinte, ser interpretada isoladamente;*

- *do efeito integrador: na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política;*

- *da máxima efetividade ou da eficiência: a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia conceda-lhe. Conseqüentemente, todas as normas constitucionais têm validade, não cabendo ao intérprete optar por umas em detrimento total do valor de outras;*

- *da justeza ou da conformidade funcional: os órgãos encarregados da interpretação da norma constitucional não poderão chegar a uma posição que subverta, altere ou perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido pelo legislador constituinte originário;*

- *da concordância prática ou da harmonização: exige-se a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros;*

- *da força normativa da constituição: entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais. A supremacia das normas constitucionais e sua força normativa já foram analisadas.*

Aponta, igualmente, com Canotilho e Vital Moreira, a necessidade de delimitação do âmbito normativo de cada norma constitucional, vislumbrando-se sua razão de existência, finalidade e extensão.

Esses princípios são perfeitamente completados por algumas regras propostas por Jorge Miranda:

- *a contradição dos princípios deve ser superada, ou por meio da redução proporcional do âmbito de alcance de cada um deles, ou, em alguns casos, mediante a preferência ou a prioridade de certos princípios;*

- *deve ser fixada a premissa de que todas as normas constitucionais desempenham uma função útil no ordenamento, sendo vedada a interpretação que lhe suprima ou diminua a finalidade;*

- *os preceitos constitucionais deverão ser interpretados tanto explicitamente quanto implicitamente, a fim de colher-se seu verdadeiro significado.*

Mirando na máxima efetividade, e considerando o caráter prevalente da proteção aos consumidores, é de se admitir como constitucional, portanto, a presente proposição relativamente ao tópico em questão.

Contudo, é de se modificar o parágrafo 4º do artigo 1º da proposição, em razão de que a lei federal estabelece os critérios de fixação dos multas que prevê.

Assim, deve ser atribuída ao dispositivo a seguinte redação: a imposição das penas de multa deverá observar o artigo 3º da Lei Federal nº 9847/1999, que trata da fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências.

Não assiste razão, por fim, à análise prévia quando trata da questão da iniciativa (privatiza do Governador) para atribuição da função ao Procon/PR.

É que a proteção e a defesa do consumidor já é atribuição do Procon/PR, sua razão de ser, e nenhuma função além das que já possui está lhe sendo atribuída.

Sendo assim, o parecer é favorável à proposição, observada a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 398/2005

Art. 1º O artigo 1º, parágrafo 4º do Projeto de Lei nº 398/2005, passa a ter a seguinte redação:

§ 4º A imposição das penas de multa deverá observar o artigo 3º da Lei Federal nº 9847/1999, que trata da fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 398/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo dispor sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis.

Após receber parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, com relação à legalidade, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito.

Visando proteger a saúde com relação ao aumento de emissão de poluentes e para evitar danos ao motor e

outros componentes dos veículos, exaramos parecer favorável à matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelecendo normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis, em área urbana, do território paranaense. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2005, de 22.06.2005, em Projetos de Lei, pag.09)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 411/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que normatiza, em termos legislativos, o controle ambiental na atividade de comércio de combustíveis em postos localizados em área urbana no âmbito do Estado do Paraná.

A proposição ora apresentada tem como fundamento a Resolução nº 273 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que formula política ambiental integrada, com participação e controle social. Esta resolução, cujo texto foi alterado pela Resolução nº 319, de 04 de dezembro de 2002, regulamenta o modo operacional dos postos de combustíveis, inclusive modos de construção, localização, instalação e outros, nos parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando uma otimização na forma de controle da poluição e fiscalização dos órgãos competentes.

É neste espírito, e utilizando em parte redação desta norma administrativa, que o ilustre Deputado Hermas Brandão propõe a esta Casa aprovar uma lei estadual específica, com aplicação em nosso Estado, embora, ao nosso ver, não traga nenhum dispositivo inovador.

Voto de Fundamentação

A competência para legislar sobre as formas de proteção ao meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do artigo 23, inciso VI, da Constituição Federal, enquanto fixar responsabilidades por dano ao meio ambiente é concorrente entre as três esferas governamentais, na forma estabelecida pelo artigo 24, da Constituição Federal.

Portanto, a competência desta Casa de Leis legislar sobre a matéria do projeto de lei ora em análise está asse-

gurado constitucionalmente. Evidentemente, no âmbito da fixação de responsabilidades por dano ao meio ambiente, em se tratando de matéria de competência concorrente, deve-se observar as normas gerais eventualmente estabelecidas em legislação federal. No entanto, não vislumbramos qualquer confronto neste sentido no texto ora proposto.

Quanto à iniciativa parlamentar há algumas invasões de competência, mas, ao nosso ver, toda sanáveis.

É quando o texto estabelece expressamente que o licenciamento prévio para a instalação ou modificação de postos de combustíveis, seja revendedor, seja distribuidor ou de abastecimento, deve ser dado pelo Instituto Ambiental do Paraná, ou ainda quando impõe atribuições a este órgão da Administração, como a obrigatoriedade e manter cadastro atualizado referente às condições ambientais dos estabelecimentos de comércio e/ou armazenamento de combustíveis, inclusive os tanques aéreos, invade competência exclusiva do Poder Executivo.

Propugnamos por emendas modificativas, no sentido de substituir, no artigo 1º e também no artigo 6º do projeto original o termo Instituto Ambiental do Paraná, por órgão ambiental do Estado do Paraná.

Sugerimos também, por questão de técnica legislativa, a supressão do número da resolução do Conama, como prevê o artigo 5º da proposição, passando a constar apenas o termo "...normas ambientais federais..." ao invés de "...Resolução 273 do Conama...". A justificativa é em razão de ser inconveniente fazer constar normas administrativas específicas, inclusive com número do ato administrativo em texto e lei, pois a alteração daquele ato importa em desatualização da lei e, por consequência, sua inaplicabilidade. Ou seja, o Executivo pode, por via indireta, alterar uma lei. O que seria inapropriado. Pugna-se pela generalidade da redação.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 411/2005, com as emendas acima mencionadas.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 411/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que tem por objeto estabelecer normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis na área urbana, do território paranaense.

Chamada a se manifestar, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou alterações substanciais em seu parecer. A Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, acompanhou a fundamentação.

Igualmente, esta Comissão, seguindo as posições tomadas pelas acima citadas, posiciona-se favoravelmente à tramitação da matéria em análise.

Sala das Comissões, em 24.10.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
RENATO GAÚCHO - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 411/2005**

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelece normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis, em área urbana, do território paranaense.

Fundamentação

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto ao analisar sua constitucionalidade e legalidade.

Conclusão

Isto posto, ao ser chamada para opinar, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, acompanha o parecer favorável da CCJ, entendendo que a matéria tem méritos indiscutíveis por objetivar o estabelecimento de normas de controle ambiental e regulamentar a operação de postos de combustíveis, em área urbana, no território paranaense.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, alterando a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02.08.2005, em Projetos de lei, pag. 13).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 442/2005**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo atribuir nova redação ao artigo 1º da LC nº 83/98 (Instituição da Região Metropolitana de Curitiba), incluindo-se o município de Presidente Castelo Branco.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme se pode depreender abaixo:

Seção II

Das Atribuições Da Assembléia Legislativa

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a san-

ção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

Subseção III

Das Leis

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência da Assembléia Legislativa, não havendo óbice quanto à legitimidade de iniciativa de sua proponente.

Mérito

A respeito da matéria, dispõe a Constituição Estadual:

Capítulo III

Das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões

Art. 21. O Estado, instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

No mérito, nada há a obstar o regular seguimento do projeto.

Constitucionalidade

O projeto de lei sob análise respeita a boa técnica legislativa e não encontra óbice quanto à legitimidade legislativa e tampouco acerca de seu mérito.

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 442/2005.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 442/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, altera dispositivos da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA MODIFICATIVA

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 442/2005

O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 442/2005, *in fine*, passa a vigorar com o seguinte teor:

“O artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Presidente Castelo Branco, Lobato e Santa Fé.””

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Tramita nesta Casa projeto de lei complementar de autoria da Deputada Cida Borghetti, que visa a inclusão do município de Presidente Castelo Branco à Região Metropolitana de Maringá.

Ocorre que é de veemente interesse dos municípios de Lobato e Santa Fé a integração à Região Metropolitana epigrafada.

Assim, a Parlamentar que esta subscreve, no uso das prerrogativas regimentais, especificamente nos artigos 53, parágrafo 3º e 136 do Regimento Interno desta Casa, propõe a presente emenda para que sejam incluídos os referidos municípios no Projeto de Lei Complementar nº 442/2005.

O município de Lobato faz parte da Amusep, contando com cerca de cinco mil habitantes, com taxa de crescimento anual de 1,54%. Possui um PIB de 23.41 milhões, sendo seu PIB *per capita* de R\$ 6.124,47. Localiza-se cerca de cinquenta quilômetros de Maringá.

Já o município de Santa Fé, igualmente integrante da Amusep, possui cerca de nove mil habitantes, com taxa de crescimento anual de 0,97%. Possui um PIB de 25,09 milhões, sendo seu PIB *per capita* de R\$ 2.941,43. Localiza-se a 47 quilômetros de Maringá.

Sendo de interesse comum do Estado, municípios e região; preenchendo os municípios de Lobato e Santa Fé os requisitos essenciais dos componentes de uma Região Metropolitana; e, por fim, facilitando a integração da organização, planejamento e execução das funções

públicas, necessárias a inclusão dos mesmos na devida Região Metropolitana.

Destarte, a fim de que se atendam os interesses locais, regionais e estaduais, facilitando a integração dos municípios e satisfação do interesse público, propõe-se a presente emenda, invocando o apoio dos nobres Pares, para que se incluam os municípios de Lobato e Santa Fé na Região Metropolitana de Maringá.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo sobre questões relativas à administração tributária do ICMS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 106/2005, de 03/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 14).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 608/2005

P A R E C E R :

Perâmbulo

O projeto, de autoria do Deputado Durval Amaral, visa regulamentar questões relativas à administração tributária do ICMS no Estado do Paraná.

Legitimidade

Os princípios gerais da ordem econômica, estabelecidas na Constituição do Estado, visam senão as melhores condições para o desenvolvimento da atividade comercial, da atividade econômica geradora de empregos, em especial daquelas de médio e pequeno porte, senão vejamos:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 143. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da Lei.

Parágrafo único. O Poder Público estimulará a atividade artesanal.

Conforme reza a Constituição Estadual supracitada, o Estado tem a prerrogativa de regular a cobrança do ICMS enquanto tributo estadual, bem como sua regulamentação na forma que entender necessário.

Nesse sentido, o projeto encontra-se em plenitude com o entendimento constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa, LC 95/98, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/00, bem como a iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida, que opinamos por sua aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 608/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Durval Amaral, que objetiva dispor sobre questões relativas à administração tributária do ICMS, e dá outras providências. (Programa: Bom Emprego, Paraná Mais Emprego, e de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar).

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela objetiva dar solução a questões surgidas em decorrência do cancelamento de benefícios fiscais, no âmbito do ICMS, por variadas razões de empresas industriais que realizaram investimentos no Estado. Sendo assim, este relator não encontrou nenhum impedimento quanto à normal tramitação do presente projeto de lei.

É o nosso parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário para a decisão finalística da presente matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3332, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 608/2005.

Discussão Única (Proposição/Veto)

TEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 009/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 095/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, facultando aos pequenos agricultores de produtos orgânicos deste Estado, a obtenção de subsídio junto ao Poder Executivo, para o plantio de cada safra, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 243/2004.

Curitiba, 28 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 325/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 095/2004, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que, com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado, a produção agrícola orgânica de pequenos agricultores poderá ser subsidiada em até 30% de seu custo, especificando, para tanto, cancelamento de recursos na vigente Lei Orçamentária.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere os artigos 133 e seguintes da Carta Estadual. A matéria foi analisada pela Procuradoria Geral do Estado que, através do Parecer nº 217/2004, adiante transcrito, aborda com maior detalhamento a apontada inconstitucionalidade:

Desde logo, vislumbra-se o valor da iniciativa, em face da sua preocupação social, já que visa atender a pequenos agricultores, bem como tendo em vista reflexo positivo em relação ao meio ambiente, pois na agricultura dita orgânica, diferentemente da agricultura tradicional, não seriam utilizados produtos tóxicos que acabam por poluir os solos e as águas.

Adentrando em análise formal, cumpre assinalar que o projeto trata de matéria de iniciativa legislativa, privativa do Poder Executivo.

É que a proposição, oriunda do ilustre membro do Poder Legislativo, adentra no tema de abertura de cancelamento de créditos orçamentários (vide os artigos 2º e 3º), a respeito do disposto no artigo 133 da Constituição Estadual:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

Ora, se a elaboração do orçamento por lei anual depende de iniciativa do Poder Executivo, soa lógico que a sua modificação também o dependa.

No âmbito da Constituição Federal a questão parece restar ainda mais clara, pois além da previsão do artigo 165, cuja redação é simétrica à do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná, também o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, letra “b” dispõe que “São da iniciativa privativa do Presidente da República as leis que... disponham sobre ... organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios”.

De outro lado, criar um subsídio, com recursos públicos, destinado a pequenos agricultores que utilizem métodos de cultivo orgânicos, configura um novo programa ou projeto não previsto quando da aprovação da lei orçamentária anual. Assim, o projeto também está em contradição com o artigo 135, I da Constituição Estadual, que tem a seguinte redação:

“Art. 135. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

Comentando previsão idêntica a essa, contida no artigo 167, I, da Carta Magna, Régis Fernandes de Oliveira acentua que esse dispositivo “... evita a ausência de planos e venda à improvisação administrativa”, e conclui que o governo deve utilizar “... as verbas orçamentárias de acordo com o que no orçamento ficou estabelecido.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 095/2004, encontra-se publicado no DA nº 021/2004, de 31/03/2004, em Projetos de Lei, pág.13).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 009/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 243/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, vetado pelo Governador do Estado, faculta aos pequenos agricultores de produtos orgânicos deste Estado a obter subsídio junto ao Poder Executivo, para o plantio de cada safra.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, sancioná-lo-á.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze

dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

A Comissão de Constituição e Justiça através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3338, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 009/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 095/2004.

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 075/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual, o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 136/2005.

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 171/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 130/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 130/2005, encontra-se publicado no DA nº 019/2005, de 30/03/2005, em Projetos de Lei, pág. 14).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 075/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo a autorização para que o Poder Executivo inclua na malha rodoviária estadual o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566.

A Comissão de Constituição e Justiça através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3343, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 075/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 130/2005.

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 087/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, dispondo sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 150/2005.

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 168/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 203/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque, tal como está, foi considerado inoportuno e inexecutável, conforme pontos de vista da Coordenadoria da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros do Estado.

Dispõe o autógrafo que é obrigatória a utilização de aparelhos sensores de gás, como prevenção de vaza-

mentos, pelos estabelecimentos e prédios residenciais que menciona.

As razões pelas quais o projeto de lei em referência foi vetado são, conforme análise feita pelos órgão competentes, basicamente as seguintes:

- a utilização de qualquer equipamento, aparelho ou sistema que tenha como objetivo a prevenção de sinistros, desde que regulamentados e aprovados por órgãos certificadores, devem ser considerados como um meio de proteção adicional das edificações;

- a instalação isolada de sensores de vazamento de gás em determinadas edificações, pode não ser a melhor forma de prevenção de sinistros, pois a eficácia do aparelho depende principalmente das características construtivas e de ocupação das edificações;

- conforme consulta à ficha técnica de alguns aparelhos disponíveis no mercado, o odor característico do gás pode ser sentido no ambiente antes do disparo do alarme;

- para uma análise mais aprofundada serão necessárias maiores informações acerca das exigências de instalação, a forma de acionamento do alarme, bem como demais parâmetros técnicos a serem exigidos para utilização desses aparelhos.

Por outro lado, é importante informar que o Corpo de Bombeiros do Paraná está finalizando, para implantação em breve, de uma proposta abrangente no aspecto prevenção de incêndios, explosões e afins dentro de um estudo completo, prevendo entre várias ações como serão visualizadas a aplicação e a fiscalização.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 203/2005, encontra-se publicado no DA nº 029/2005, de 19/04/2005, em Projetos de Lei, pag. 17).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 087/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, vetado pelo Governador do Estado, objetiva obrigar o uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, em sede de parecer, optamos pela aprovação e conseqüente encaminhamento da presente proposição de veto, ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

Solicito ao 1º Secretário Tadeu Veneri à chamado dos Srs. Parlamentares.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Somente para registrar e agradecer a presença da Comitativa de Acadêmicos do Curso de Direito das faculdades de Guarapuava que nos visitam nesta tarde, para conhecer esta Casa de Leis, acompanhando a Sessão Plenária e conhecendo um pouco mais do trabalho dos nobres Parlamentares.

O nosso agradecimento aos universitários do Curso de Direito das faculdades de Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos ilustres universitários.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Também, para registrar a presença nesta Casa, dos alunos do sexto período do Curso de Ciências Políticas da Facinter, acompanhando o professor Márcio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sejam bem-vindos.

Quero também registrar a presença do Presidente da Câmara de Toledo, Vereador Mossini, a pedido do Deputado Duílio Genari e do Deputado Elton.

Seja bem-vindo.

Registrar também a presença do Prefeito Fabiano, de Araruna, e o Presidente da Câmara que tem feito um belíssimo trabalho na região.

Nossas boas-vindas.

Para encaminhar o veto, o Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Em nome da Liderança do Governo, queremos solicitar aos Deputados que compõem a Base de Apoio do Governo para votar com a expressão SIM, mantendo o veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votando.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença nesta Casa, do ex-Primeiro Secretário, ex-Deputado, nosso amigo João Arruda que nos prestigia nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Registramos a presença das candidatas à Miss Curitiba que estão sendo recepcionadas pelo Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão.

Suspendemos a Sessão por alguns minutos para os cumprimentos.

(**Suspensa a Sessão**)

(**Reaberta a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Em nome do Presidente Hermas Brandão desejamos sucesso a todas.

Quarenta Deputados votaram.

Solicitamos a presença dos Deputados Cesar Seleme, Nelson Garcia e Luiz Nishimori para o escrutínio dos votos.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a ausência do Deputado André Vargas que está na audiência pública de Londrina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Esta Presidência registra e encaminha para anotações desta Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a ausência do Deputado Durval Amaral que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça no dia de hoje e, neste momento, está fazendo uma cirurgia de catarata e não pode estar presente participando desta Sessão Plenária.

Quero deixar registrada a ausência dele.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Obrigado pela informação prestada pelo Deputado Plauto Miró Guimarães. Esta Mesa recebe, acata e encaminha para o Departamento Legislativo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

29 votos SIM.

11 votos NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Barbosa Neto**)

Vinte e nove votos SIM e onze votos NÃO.

Está aprovado o veto e rejeitado o projeto.

(**Deputado Hermas Brandão assume a Presidência**)

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3316 e 3317, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3322, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3324 e 3325, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3331, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 3326 a 3329, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3333 a 3335, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3336 e 3337, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3339, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3341, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 301, 572 e 588/2005;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 423, 527, 562 e 563/2005;

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 572/2003, 398 e 411/2005, do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005 e dos Projetos de Lei nºs 608 e 419/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009, 075 e 087/2005.

Levanta-se a Sessão.

